Fundação de Economia e Estatística

698

ensaio sobre a totalidade econômica

PORTO ALEGRE, RS - N.3 - MAIO 1982

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL José Augusto Amaral de Souza

Governador

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO Eduardo Emílio Maurell Müller

Secretário

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Entidade de direito privado instituída pela Lei nº 6.624, de 13 de novembro de 1973, destinada à execução de estudos, pesquisas e análises da economia do Estado e à elaboração de estatísticas, como órgão de apoio operacional do planejamento estadual.

CONSELHOS:

CONSELHO DE PLANEJAMENTO:

Antônio Mário Pascual Bianchi Dionysio Azambuja da Silva Gaspar Albite Chuy Eudes Antidis Missio Antônio Ernani Martins Lima Odo Cazzulo Joal de Azambuja Rosa — PRESIDENTE DO CONSELHO

CONSELHO CURADOR:

Fernando Tadeu Soledade Habckost Paulo Olímpio Gomes de Souza Riograndino Vasconcellos Franzen

DIRETORIA:

PRESIDENTE: Joal de Azambuja Rosa DIRETOR TÉCNICO: Mário Baiocchi

DIRETOR ADMINISTRATIVO: Victor Toledo Haleva

GERÊNCIAS:

ANÁLISE: Nelson Castan

INDICADORES: Rafael Alves da Cunha

INFORMÁTICA: Abelardo Augusto Sório Ribeiro PROGRAMAS ESPECIAIS: Zilá Mesquita Mold

PUBLICAÇÕES: Roberto A. La Rocca RECURSOS: Roberto Luiz Machado

FEE - GERIN UNADA BIBLIOTECA



ensaio sobre a totalidade econômica

Luiz Roberto Pecoits Targa



BIBLIOTECA/FEE

Ensaio sobre a totalidade econ



A8207

PORTO ALEGRE, RS - N.3 - MAIO 1982

T185 Targa, Luiz Roberto Pecoits

Ensaio sobre a totalidade econômica. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística, 1982.

90p. i1. (Teses, 3)

1. Teoria econômica. I. Título.

CDU 330.8(816.5)

Tiragem: 600 exemplares

Toda a correspondência para esta publicação deverá ser en

dereçada a:

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Rua Gen. Vitorino, 77 - 2º andar

90.000 - Porto Alegre-RS

FEE - GERIN

UNADA

BIBLIOTECA

Nº Reg. 8 207 \$11 6x3

Data 14.08 87



... "ce que je sais doit être conditionné dialectiquement par ce que j'ignore." Jean-Paul Sartre

"viva eu, viva tu, viva o rabo do tatu."

Quadra popular brasileira

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
I – INTRODUÇÃO	9
II – SOBRE A TOTALIDADE	17
III – TOTALIDADE ECONÔMICA E RELAÇÕES DE PRODUÇÃO ENTRE PRODUTORES SIMPLES DE MERCADORIAS	25
IV - TOTALIDADE ECONÔMICA E RELAÇÕES DE PRODUÇÃO ENTRE CAPITALISTAS E OPERÁRIOS	35
V — TOTALIDADE ECONÔMICA E RELAÇÕES DE PRODUÇÃO ENTRE GRUPOS DE CAPITALISTAS INDUSTRIAIS	
VI - ACUMULAÇÃO E CRISE	57
VII – ESTADO NACIONAL E TOTALIDADE ECONÔMICA	71
ABSTRACT	87
BIBLIOGRAFIA	89

APRESENTAÇÃO

A questão essencial a ser discutida na dissertação que vou propor parte dos processos de análise vivenciados na minha experiência de técnico da Fundação de Economia e Estatística. Particípei de dois trabalhos que procuraram atingir um nível de inteligência da economia regional diverso do existente e que se consubstanciaram, fundamentalmente, nas análises da Indústria de Transformação e da Agricultura do Rio Grande do Sul, no período decorrido no último pós-guerra mundial. Esses trabalhos foram publicados pela Fundação de Economia e Estatística na série que levou por título 25 Anos de Economia Gaúcha.

Torna-se necessário acrescentar que a questão a ser tratada na dissertação possui como ponto de partida problemas concretos de trabalho. As premências de tempo e as tarefas profissionais propostas impediram que me dedicasse mais demoradamente à questão. A oportunidade aberta pela FEE — permitindo dedicação em tempo integral — possibilitou-me o debruçamento sobre uma questão que considero de especial relevância, na medida em que encerra um problema decisivo de concepção de análise regional.

Devo agradecer ao Prot. Haralambos Simeonidis, Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Economia do IEPE/UFRGS e ao Prof. Italo Danilo Fraquelli, Diretor Técnico da Fundação de Economia e Estatística, a oportunidade institucional de realizar este trabalho. Também um agradecimento especial ao Heitor Silveira pela decisão de permitir a continuidade da investigação e à Maria Elena Almeida, amiga das horas difíceis, cujo apoio decidido auxiliou a restabelecer as condições materiais de trabalho. Agradeço, ainda, a todos os que, lendo e/ou discutindo, me ajudaram de várias formas: Cláudio Einloft, Áurea Breitbach, Cezar Busatto, Rubens Soares de Lima, Sara Brumer e Maria Aparecida Grandene de Souza; também ao Enéas de Souza pela indicação e cedência de seus livros sobre a questão da totalidade. Minha particular gratidão à Maria Heloisa Lenz, que me estimulou a continuar quando da passagem mais difícil da investigação. Enfim, agradeço ao Salvatore Santagada a sugestão do tema da periodização, à Profê Lia Lourdes Marquardt pela revisão do trabalho e à Marli Marlene Mertz e à Vera Maria Targa pelo que foram de incansáveis na conferência do texto.

A presente tese foi defendida no Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (IEPE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para obtenção do título de Mestrado em Economia, em abril de 1981.

A banca examinadora foi composta pelos professores José Bonetti Pinto – Presidente da Banca – (IEPE), Roberto Camps Moraes (IEPE) e Benício Viero Schmidt (PROPUR).

I – INTRODUÇÃO

A questão que inicialmente me propus discutir se referia ao problema de periodizar o desempenho da economia do Rio Grande do Sul no presente século. E foi com essa intenção que elaborei o meu projeto de dissertação. O andamento da investigação, no entanto, levou-me a discussão de uma outra questão: a da totalidade econômica. Acho que a solução do problema da periodização necessita uma investigação anterior a propósito desse tema, ou seja, que sem a solução da questão da totalidade se tornaria impossível pensar a da periodização da economia regional do Rio Grande do Sul. E para que se possa ter uma ideia do ponto de partida que me levou a elaboração do presente ensaio, reproduzo a questão tal como ela se me colocava em maio de 1979.

À guisa de problemática geral, eu apresentava a questão da seguinte maneira:

"A discussão sobre o problema da periodização na história vem de longa data, e um dos pilares da divergência estriba-se na concepção de história que possuem os seus debatedores: de um lado estão os que concebem a história como sendo uma 'corrente contínua', um suceder sem interrupções, portanto não passível de divisão sob pena de desvirtuamente da compreensão e, de outro, os que a compreendem como um processo que se rompe, se rearticula, enfim, que pode se transformar através desaltos. Este último ponto de vista concebe a história como composta por períodos de diferentes características. É José Honório Rodrigues quem diz: 'Pensar na história já é, certamente, dividi-la, periodicá-la, pois, (...) pensamento é organismo, dialética, drama e, como tal, tem seu princípio, meio e fim e todas as outras pausas que um drama comporta e requer.''

"Evidentemente se compartilha do segundo ponto de vista e se acredita, além disso, que a periodização não resulta ser uma mera convenção estabelecida pelo historiador, mas que ela se depreende do proprio material histórico, sendo, portanto, algo inerente a ele. Não caberia aqui discutir — por não afetar o tema da dissertação que se vai propor — a respeito da impropriedade dos limites rígidos factuais ou temporais que encerram ou marcam o surgimento de um período histórico.

"Supõe-se suficiente apresentar o ponto de vista de Wirold Kula, que encara a periodização simultaneamente como instrumento da investigação e como síntese do conhecimento histórico.² A periodização como instrumento de trabalho pode ser vista como um ponto de partida provisório — uma hipótese da investigação—para atacar o material histórico, sendo, neste caso, passível de modificação ao longo da execução da investigação. Por outro lado, enquanto síntese do conhecimento histórico, ela

RODRIGUES, José Honório. <u>Teoria da História do Brasil</u>; (Introdução Metodológica). São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969. p. 112.

² KULA, Witold. <u>Problemas y Métodos de la Historia Económica</u>. Barcelona, Península, 1974. p. 94-5.

encerra a própria questão da qualidade da compreensão do material sob investigação. A periodização emerge, desta forma, como meio de trabalho e como qualidade do resultado da investigação. Assim, o lugar que a periodização ocupa na investigação é de uma importância crucial.

"Acredita-se, a esta altura, que já esteja caracterizada a razão da periodização, e o que se coloca, então, é a questão de como periodizar. Um exame do capítulo sobre periodização, na já citada obra de José Honório Rodrigues, revela que, ao fim e ao cabo, se necessita de uma teoria do comportamento humano para embasar a proposta de periodização. Não cabe aqui discutir a qualidade da 'teoria das gerações', apresentada quase no final do referido capítulo. É suficiente, para o que se está pensando, guardar o essencial, que é a manifestação expressa da necessidade de uma teoria do comportamento humano para estabelecer os critérios da periodização.

"No que diz respeito à questão a ser proposta para esta dissertação, não se coloca grande dificuldade em encontrar uma teoria que embase a proposta da periodização: a teoria economica desenvolveu um conjunto de conhecimentos de dinâmica que podem nortear, seguramente, as questões da periodização da história econômica de uma formação social. Esse conjunto de conhecimentos, no entanto, deverá ser 'ponderado' quando do exame do estabelecimento de critérios para periodizar a economia do Rio Grande do Sul a partir do início do processo de industrialização da economia brasileira. E isso porque não é uma teoria imediatamente 'espacializável'.

"A proposta que se faz, então, é que a periodização da economia nacional é a mais adequada para proceder-se à análise da economia do Rio Grande do Sul. Dentro disso, a tarefa que se coloca como mais urgente é a de justificar esse critério de periodização, ou seja, examinar sua qualidade".

Por outro lado, a questão específica emergia assim:

"A questão nuclear a ser discutida na dissertação que ora se propõe, portanto, será buscar justificativas para assumir a periodização da economia nacional como a mais apropriada para a elaboração de análises da economia regional, particularmente a partir de determinadas características que o processo de acumulação de capital passa a assumir, de um certo momento em diante, na economia nacional, e das relações interregionais que dele decorreram.

"A relevância da questão reside especificamente no fato de colocar em xeque a propriedade de um conjunto de comportamentos — resultados analíticos e técnicas utilizadas em análises econômicas de regiões — que trazem embutida uma concepção de economia, expressa com muita clareza por Walter Isard, ao comentar os trabalhos de alguns analistas regionais: 'Alguns deles partem da crença já exposta de que a nação é definitivamente a soma de suas regiões, e daí que tendam a explicar a conduta da economia nacional, ao menos parcialmente, em termos de seus componentes regionais.' E a descrição que o mesmo autor faz, em seguida, da metodologia utilizada por Vining aponta exatamente para uma ótica de análise da qual se discorda, pois obscurece questões como a espe-

³ ISARD, Walter. Métodos de Análisis Regional; Una Introduccion a la Ciencia Regional. Barcelona, Ariel, 1971. p.214.

cialização regional, as disparidades econômicas, a constituição de epicentros e as construções estelares de relações interempresas dispersas pelo território nacional. Em outros termos, a concepção subjacente a várias análises regionais poderia ser aproximada através da idéia de conceber a economia regional como uma unidade fechada dentro do país, ou, no dizer de Juan H. Arau, como uma 'pequena nação dentro da nação.' Embora as trocas com outras regiões do país e com o exterior sejam contempladas por essas análises, a concepção é, em seu cerne, isolacionista, ou seja, pensa a economia regional como uma totalidade internamente articulada, ou como um todo que se explica em si mesmo. Esse ponto de vista envolve o que se poderia chamar de um defeito de concepção, subjacente é claro, já que nenhum analista regional, ao ser arguido a respeito, confirmaria tal contra-senso. Na sua forma mais avançada, mas nem por isso mais apropriada, essa concepção leva a ideias tais como a de 'dependência' de uma região em relação a outra.

"Um passo importante, no sentido de agregar mais elementos ao que se vem discutindo, está em chamar a atenção para a intuição de Francisco de Oliveira a respeito da redivisão nacional do trabalho inter-regiões no Brasil, intuição esta que ajuda a esclarecer o que se vem tentando dizer: '... o processo em causa é o da substituição de uma economia nacional formada por várias economias regionais para uma economia nacional localizada em diversas partes do território nacional.' 5 Ou seja, se anteriormente a economia nacional poderia ser entendida como composta por uma soma de economias regionais, agora, no contexto redefinido, a economia do país não emerge mais como mera adição dessas economias.

"Essa ótica alternativa, acredita-se, coloca a pertinência do tema da dissertação, qual seja o de justificar a adoção da periodização da economia nacional para a realização de uma análise temporal apropriada da economia da região. Com o intuito de situar a relevância, para a produção regional de conhecimento, da questão que se está discutindo, é suficiente assinalar que algumas periodizações de análises da agricultura do Rio Grande do Sul, no presente século, propõem bases para os cortes temporais levando em conta tão-somente as flutuações das atividades econômicas regionais. Nesses casos, impor-se-ia a necessidade de, pelo menos, ponderar essas flutuações pela compreensão das oscilações e características dos períodos econômicos nacionais.

"Ainda assim, essa ponderação seria o mínimo requerido para a análise, já que se pergunta pela possibilidade de 'ver' a economia da região como um todo em si mesmo, ou se, ao contrário e mais apropriadamente, esta deveria ser 'vista' como um espaço físico onde se encontram instalados segmentos produtivos de uma 'outra' totalidade, no caso, a economia nacional. Ou seja, pergunta-se se faz sentido partir da hipótese subjacente de que existe uma coerência interna própria da parte, independente de suas relações com o todo, seja ela a atividade agrícola do Rio Grande do Sul, sua economia industrial, ou mesmo sua economia como um todo.

⁴ Ibidem p. XXIV.

OLIVEIRA, Francisco de & REICHSTUL, Henri-Philippe. Mudanças na Divisão Inter-Regional do Trabalho no Brasil. Estudos Cebrap, São Paulo, Brasileira de Ciências, (4) abr./maio/jun. 1973. p.148.

"A problemática, portanto, em que se inscreve o tema da dissertação proposta não é de menor relevância, pois dela decorrem tentativas profundamente equivocadas de compreensão deste pseudo todo regional, cujas consequências se ramificam, também, sobre a propria esfera do planejamento estadual. Talvez seja uma concepção que parta de uma base produtiva outrora relativamente integrada internamente e com algum 'sentido proprio', mas que tem encontrado fortes anteparos para avançar a compreensão do que se passa e passou com a economia estadual. Pensa-se que um dos pressupostos mais elementares para uma atuação possível sobre o real esteja radicado na sua compreensão mais adequada. Trata-se, portanto, de esboçar uma outra concepção subjacente que seja mais apropriada para o exame da economia regional.

"Neste momento da reflexão, coloca-se, então, a necessidade de identificar o todo do qual devem brotar os raciocínios. Ou seja, qual é o todo que propriamente se constitui em tal e que, portanto, deve ter primazia, para que uma análise regional possa produzir um conhecimento que se aproxime do seu objeto? Em outras palavras, qual é a totalidade significativa para se pensar a história econômica regional? Ora, esta história não é senão uma fração de uma história mais ampla, a história econômica do país, ela mesma inscrita na história da sociedade brasileira. O que quer dizer que o espaço decisivo para se considerar os embates econômicos e políticos, a partir de um certo grau de desenvolvimento das forças produtivas, é o definido pelas fronteiras nacionais. As questões do poder político ou econômico são inteligíveis tão-somente no espaço do Estado nacional. Sisso coloca para a dissertação o problema de justificar o Estado nacional como totalidade significativa para se pensar a história econômica da região.

"Admitindo-se, por outro lado, com Maria da Conceição Tavares, que já

⁶ Por ora, Francisco de Oliveira pode contribuir para o esclarecimento dessa questão - "(...) Não hã duvida (de) que a expansão do capitalismo no Brasil é impensavel autonomamente, isto é, não haveria capitalismo aqui se não existisse um sistema capitalista mundial. Não ha duvida, também, (de) que em muitas etapas, principalmente na sua fase agrário-exportadora, que é a mais longa de nossa história econômica, a expansão capitalista no Brasil foi um produto da expansão do capitalismo em escala internacional, sendo o crescimento da economia brasileira mero reflexo daquela. Mas, o enfoque que se privilegia aqui é o de que, nas transformações que ocorrem desde os anos trinta, a expansão capitalista no Brasil foi muito mais o resultado concreto do tipo e do estilo da luta de classes interna que um mero reflexo das condições imperantes no capitalismo mundial. Em outras palavras, com a crise dos anos trinta, o vácuo produzido tanto poderia ser preenchido com estagnação - como ocorreu em muitos países da América Latina e de outros continentes de capitalismo períférico - como com crescimento; este, que se deu no Brasíl, pode se concretizar, porque, do ponto de vista das relações fundamentais entre os atores básicos do processo, existiam condições estruturais, intrinsecas, que poderiam alimentar tanto a acumulação como a formação do mercado interno." OLIVEIRA, Francisco de. A Economia Brasileira; Critica à Razão Dualista. Estudos Cebrap, São Paulo, Brasileira de Ciências, (2) out. 1972. p.43. Grifo do autor.

tenha ocorrido a internalização do ciclo na economia brasileira⁷, pergunta-se pela pertinência da afirmação de que existe ciclo na economia do Rio Grande do Sul, seja na sua agricultura, seja na área das atividades industriais. Essa questão transcende a mera verificação empírica das flutuações, na medida em que ela deve ser resolvida, primeiramente, de maneira qualitativa, ou seja, pela investigação teórica a respeito das causas do ciclo econômico. Somente então, uma vez estabelecida sua possibilidade teórica, teria sentido identificar empíricamente ciclos regionais (e/ou transmissões inter-regionais de ciclos). O que se propõe para esta dissertação é a realização da tarefa qualitativa da investigação.

"O equacionamento da busca de justificativas para a adoção da 'cronologia' da economia nacional para proceder à realização de análises econômicas da região passará por três níveis de desdobramento: o da discussão das justificativas para assumir a economia do Estado nacional como totalidade significativa para a análise; o da investigação sobre a natureza e as causas do ciclo e de sua adequação a problemas de dinâmica regional; e o da apreciação do conhecimento produzido sobre a economia nacional e regional.

"Parte-se, além disso, do pressuposto de que exista, alternativamente, todo um elenco de possibilidades, cujo potencial poderá ser avaliado na dissertação proposta. Por exemplo, podem existir períodos em que a 'cronologia' seja própria à região e períodos em que o compasso da região seja dado pelo tempo na nação. De outro lado, é possível que existam defasageno e ligações entre as flutuações nacionais e regionais, que existam 'personagens' produtivos na economia do Rio Grande do Sul que possuam uma 'cronologia' própria, e assim por diante. A investigação, portanto, deverá consistir no exame da qualidade de un determinado ponto de vista: o de assumir a periodização da economia nacional para a 'leitura' da economia regional."

^{7 &}quot;A economía brasileira, depois que seu processo de acumulação passou a estar basicamente determinado endogenamente pela expansão e diversificação do setor industrial, vale dizer alcançada determinada dimensão dos setores produtores de bens de produção e de consumo durável, está sujeita a ciclos de expansão e a problemas de realização que podem ou não se desenvolver numa crise, como em qualquer economia capitalista." TAVARES, Maria da Conceição. Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil. Rio de Janeiro, UFRJ, 1975. Tese. Livre docencia. DAECA, mimeo.p.78.

A dissertação possuía dois objetivos básicos: 1) estabelecimento de critérios para a periodização da economia do Rio Grande do Sul, onde se avaliaria, específicamente, a propriedade de adotar a periodização da economia nacional para se proceder a análises da economia regional; 2) exame de diversas periodizações utilizadas para realizar análises da economia do RS. Enquanto isso, as hipóteses básicas foram assim formuladas: a) a periodização da economia nacional é a própria periodização da economia do Rio Grande do Sul; b) a periodização da economia nacional é, somente, o marco de referência mais abrangente que se deve ter presente para a análise da economia do Rio Grande do Sul; c) a história de alguns agentes econômicos, e não de todos, deve ser periodizada pela economía nacional; d) existe um período em que o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul possui um tempo próprio e um outro em que seu tempo é o da economia brasileira.

Nem seria preciso frisar que a questão da totalidade, que eu então qualificava de significativa, já possuía um "status" importante no corpo das minhas preocupações. O interessante, no entanto, é que, naquela época, eu não tinha conhecimento de que essa era uma questão de que os filosofos se ocupavam. Em outras palavras, de que a questão existia, era discutida e, portanto, havia sido pensada. Digo, sem ironia: ignorância de economista.

Naquela época, eu esperava que o produto final assumisse a seguinte forma: na primeira parte, seriam estabelecidos os critérios para a periodização. Distribuir-se-iam da seguinte maneira: 1) a questão da totalidade significativa; 2) a questão da dinâmica econômica; 3) a questão da economia nacional; 4) a questão regional. Na segunda parte, avaliar-se-iam as periodizações utilizadas em algumas análises da economia do Rio Grande do Sul.

O prosseguimento da investigação provocou, paulatinamente, o aparecimento de uma segur. La estrutura de discussão do problema. Sua forma era a seguinte: no primeiro segmento, seriam apresentadas as definições de totalidade, de totalização em curso, sua importância metodológica, significado e exemplos da questão; no segundo segmento, seriam desenvolvidos os argumentos que fundamentassem a identificação da totalidade e da totalização com o capital total e seu movimento. Os conteúdos abrangeriam questões relativas a acumulação de capital, à reprodução do Capital Social Global, à lei da tendência, à queda da taxa de lucro e à ação das forças contra-restantes a essa lei. Seria nesse segmento que, através dos conteúdos que se referem ao movimento do capital, emergiriam os critérios para a periodização propriamente dita. No segmento seguinte, seriam apresentados os argumentos que identificamo Capital Social Global, e o seu movimento, com o espaço econômico de um Estado nacional. No quarto segmento da dissertação, seriam expostos os argumentos que refutam a identificação da totalidade com as economias mundial e regional.

Entre outras, as questões que então me intrigavam eram da seguinte natureza: A economia do Rio Grande do Sul é uma totalidade econômica? O que se constitui em totalidade econômica? Existe uma questão econômica da totalidade? Quais são as determinações essenciais de uma totalidade econômica? Quais são as relações de interioridade em um processo econômico de totalização? O que pode ser parte e o que pode ser todo no econômico? Que partes compõem as multiplicidades de uma totalidade econômica? Que partes da totalidade econômica são tais que uma é incompreensível sem a outra? Que conjunto delas e de suas relações cria um ser diverso delas mesmas e que é o seu todo? É a cisão dos departamentos da produção social? É a cisão do Capital Total em constante e variável? A questão da totalidade econômica e a questão da reprodução do Capital Total Social? Como vincular os problemas de reprodução do Capital Total com o espaço de um Estado nacional? Por que uma totalidade Econômica não pode ser indiferentemente identificada com a economia mundial, nacional ou regional? Como identificar os problemas de reprodução do Capital Total com a intervenção do Estado sobre o Capital Social que atua em seu interior? Por que as nações não são partes de uma totalidade? No comércio internacional, elas não estabelecem entre si relações de produção? A questão da totalidade não será simplesmente o ponto de vista a partir do qual nos colocamos?

Grande parte delas revelaram-se mal formuladas, ou questões inexistentes. Elas foram importantes porque criaram um clima de problematização, sem dúvida crucial, para que eu pensasse valer a pena a continuidade da investigação. O que devo registran é que parece claro que a questão da totalidade já se espraiara sobre todo o universo das minhas preocupações. Particularmente três ideias me intrigavam: a de que a totalidade das relações de produção formava a estrutura econômica de uma sociedade (Marx); a de que entre a estrutura econômica e o Estado estava a sociedade civil (Gransci); e a de que o Estado era o instrumento para adequar a sociedade civil à estrutura econômica (Gransci). A solução da questão estava assim, inicialmente, nas relações de produção, e a leitura do Ensaio sobre a teoria marxista do valor de Rubin foi fundamental para que o meu trabalho se tornasse possível e tomasse a forma que tomou.

Foi assim que procurei, neste ensaio, estabelecer, em primeiro lugar, o que é uma totalidade econômica e, depois, arrolar os argumentos que permitem identificá-la com a economia de um Estado nacional.

A estrutura da exposição tomou a seguinte forma: apresento, no Capitulo II, algumas idéias de Sartre e de Lukács sobre a totalidade, a totalização, a importância metodológica da questão e o que penso ser a concepção de conhecimento que se vincula a essa questão. Nos três capítulos seguintes, procuro estabelecer o que é uma totalidade econômica atraves do exame de cada tipo básico de relação de produção existente em uma sociedade capitalista (Rubin). É assim que, no nível das relações de produção entre produtores simples de mercadorias, a totalidade economica aparece, fundamentalmente, tecida pela moeda enquanto equivalente geral e medida dos valores. No capítulo seguinte, em que examino a relação entre as classes sociais básicas do sistema capitalista, a totalidade aparece sintetizada pela massa global de mais-valia e pela permanente reposição das precondições que permitem o reencetamento, período a período produtivo, desse tipo de relação de produção. Por fim, no exame das relações entre os grupos de capitalistas industriais, no quinto capítulo, procuro mostrar que o lucro médio é um resultado que emana da totalidade dos capitais em funcionamento em uma economia. No sexto capítulo, considerando a taxa média geral de lucro como um momento sintético que contém em si todos os níveis das relações básicas de produção e que apresenta uma tendência à queda, busco nesta tendência-síntese o fundamento último das flutuações cíclicas da economia (Grossmann). Finalmente, no último capítulo, procedo ã identificação entre a totalidade econômica e o espaço do Estado nacional. Os principais argumentos que justificam essa identificação valorizam o papel do Estado como agente interventor de importância radical na reprodução do equivalente geral e da força de trabalho (Brunhoff) e como mantenedor do direito à propriedade privada, suporte jurídico da mais-valia.

Com essa estrutura, penso eu, deixa de ser necessária a produção de argumentos que refutem diretamente a identificação entre a totalidade econômica e as economias mundial e regional.

Finalmente, gostaria ainda de assinalar que, mesmo que se recuse todo o caminho percorrido neste ensaio e a propria natureza dos argumentos utilizados para traçar tanto a totalidade econômica quanto a sua identificação com o Estado nacional, creio que ainda restaria a importância da questão da totalidade para a análise da economia regional. E isso porque, desde Adam Smith com sua preocupação com a riqueza das na-

ções, passando por Ricardo, por Marx, por Keynes e Kalecki, considero terem sido sempre as economias nacionais que suscitaram a criação de teorias econômicas. A par disso, que sentido ou possibilidade haveria de prescindir do comércio exterior para mostrar o desenvolvimento do capitalismo em um país subdesenvolvido, como fez Lenin para a Rússia? Seria ocioso colher exemplos nos textos desses autores, pois estão eivados de referências a países e sociedades. E existe outra possibilidade de estimular a produção teórica que não seja a proveniente das crises em que se lançaram as sociedades concretas?

II – SOBRE A TOTALIDADE

A questão que eu me coloquei era a de como periodizar uma economia regional. Es e a periodização econômica for dada pelas alternâncias de desempenho de um conjunto dinâmico, pelo ciclo, pergunto-me, então, pelo ser que possui ciclo. Ou seja, qual é o conjunto econômico que pode trazer em si mesmo as condições do movimento, da alternância de sentido do desempenho? Qual o conjunto que pode conter em si mesmo as principais condições de expansão e de interrupção da atividade, de dilatação e de contração? Qual o conjunto, enfim, que pode possuir um tempo, um compasso, que chegue a determinar o comportamento de seus elementos?

Poderia começar pelo estabelecimento das razões do movimento e então determinar o conjunto que pode conter em si próprio essas condições. Preferi, no entanto, partir da caracterização do ser para, depois, estabelecer as condições de seu movimento. Ou seja, investigarei as duas vertentes: o que é uma totalidade econômica e quais são as razões do seu movimento.

É preciso que fique estabelecido, em primeiro lugar, que esse movimento deverá ser o do capital. Mas, que capital? Em qualquer acepção ou nível de abrangência, o movimento é, sempre, uma determinação essencial do capital: seja um capital individual, o de um setor ou o de um conjunto de ramos, sempre existirá, somente, em movimento. O capital, tome-se a empresa X ou o ramo Y, não encontra todas as possibilidades do seu desenvolvimento — expansão e contração — exclusivamente em si próprio. Seu "sucesso" ou "fracasso", as vicissitudes que atravessa ou pelas quais é atravessado, seu ritmo acelerado de expansão ou sua crise dependem de uma ambiência e de sua inserção num conjunto que é definitivamente diverso dele mesmo. O desempenho da firma ou do ramo, na região, no país ou no mundo, não encontra suas razões exclusivamente em si próprio; também é determinado de "fora".

Torna-se, pois, necessário perguntar pelo ser que, em se movimentando, determinará os limites e as possibilidades dos movimentos do capital nos níveis individual, de ramo produtivo ou regional. Qual o ser que pode determinar o movimento do outro? Em outras palavras, é preciso estabelecer quem é o conjunto e quem é a parte. Ou, invertendo: o movimento da economia como um todo depende, em última instância, do movimento do capital X ou Y, do capital empregado na agricultura ou na industria do vestuário? De certa forma, mas não parece ser essa a determinação mais importante. Existe a possibilidade de que ocorra um retorno de efeito do conjunto total da economia sobre cada parcela do capital em atividade no seu interior. Em outras palavras, de que o conjunto dos capitais atue fortemente sobre as partes individuais. De que as

Todas as afirmações que doravante forem emitidas trarão essa questão como norte orientador. Ela serã a questão subjacente aos argumentos e raciocínios que serão desenvolvidos daquí para a frente explícita ou implicitamente.

possibilidades de desempenho de um capital isolado, firma ou ramo, se enraízem simultaneamente dentro e fora dele mesmo. Então, qual é o ser que, ao se movimentar, define as possibilidades do movimento dos demais? Ora, esse ser precisa ser uma totalidade.

Logo, o que é preciso assinalar, por enquanto, é que o ciclo deve ser uma possibilidade da totalidade econômica. Especificamente, que somente uma totalidade econômica pode possuir ciclo. Por outro lado, que o ciclo, como flutuação, deve ser uma determinação que emana do conjunto do capital sobre suas partes constitutivas. E, para que a questão possa começar a ser encaminhada, é necessário estabelecer, agora, o que pode ser uma totalidade econômica. É o que se propõe o presente capítulo.

O ponto de partida, no entanto, para se atingir esse objetivo, desloca-se para a definição de totalidade. Diz Sartre: "A totalidade se define como um ser que, radicalmente distinto da soma de suas partes, se encontra todo inteiro — sob uma ou outra forma — em cada uma delas e que entra em relação consigo mesmo, seja pela sua relação com uma ou com várias de suas partes, seja por sua relação com as relações que todas ou que várias de suas partes mantêm entre elas"².

É assim que se pode pensar, então, qualquer objeto humano de conhecimento, por exemplo uma residência. Suas várias dependências só existem por suas relações com as demais, e as relações que todas as dependências mantem entre si expressam um conjunto, o habitat, que é por um lado distinto de cada dependência sua em particular e que está presente, simultaneamente, em cada dependência, ao determinar que parte das farefas serão ali, e não em outra, realizadas. As relações que existem entre a cozinha e a sala de jantar, entre o quarto de dormir e a lavanderia, entre a biblioteca e a sala de estar, excluindo-se e complementando-se, expressam uma totalidade. Mas essa é inerte.

A unidade sintética da habitação produz sua aparência de totalidade, mas é somente o vestígio de uma ação passada -- o trabalho que a produziu -, do mesmo modo que a unidade da medalha é o vestígio passivo da impressão. Essa totalidade inerte é corroída pela diversidade. E sem a ação de habitá-la, retorna à sua inércia, à sua ausência de funcionalidade. Restam partes sem sentido, sem especificidade, sem articulação. O ato de habitá-la refará a unificação sintética da residência, resgatando-a de sua diversidade inerte.

E essa ação de residir (nela), como o trabalho que a produziu, é uma ação totalizadora. A unidade sintética do diverso é uma unificação em curso, isto é, um ato. ⁵ A totalidade aparece assim como "um princípio regulador da totalização" e essa "persegue através de multiplicida-

² SARTRE, Jean-Paul. <u>Critique de la raison dialectique</u>. Paris, Gallimard, 1960. p.138.

³ Idem.

⁴ Idem.

⁵ Idem.

⁶ Idem.

des o trabalho sintético que faz de cada parte uma manifestação do conjunto e que relaciona o conjunto a si mesmo pela mediação das partes". Mas, é "um ato em curso e que não pode cessar sem que a multiplicidade retorne ao seu 'status' original", ou seja, à inércia. A ação totalizadora que ressuscita objetos inertes — as cores secas que se enxergam como um quadro ou a justaposição sincrônica e diacrônica que se escuta como uma sinfonia — é um ato de imaginação. A totalização pode aparecer, assim, como uma atividade do pensamento e, dessa maneira, "a totalização se distingue da totalidade, porque esta aqui está totalizada e porque aquela se totaliza". A totalização aparece assim como a ação de reter partes, de relacioná-las sinteticamente¹¹, de "buscar" o todo, que é a unidade da ação que totaliza.

Sartre apresenta, depois, o sentido das relações de interioridade numa totalização em curso, salientando que entende por todo a unidade do ato totalizador, através dos seguintes exemplos: 'O todo está inteiramente presente na parte como seu sentido atual e seu destino. Nesse caso ele se opõe a si mesmo como a parte se opõe ao todo na sua determinação (negação do todo) e como as partes se opõem entre elas (cada uma é a negação das outras, mas cada uma é o todo se determinando na sua atividade totalizadora e dando às estruturas parciais as determinações reclama o movimento total) a parte, enquanto tal, é mediada pelo todo nas suas relações com as outras partes: no interior de uma totalização, as multiplicidades (como ligações de exterioridade absoluta: quantidades) não se suprimem, mas se interiorizam, o fato (...) de ser cem se torna para cada um dos cem uma relação sintética de interioridade com os outros 99; ele é modificado na sua realidade singular pelo caráter numérico de ser centena; assim, a quantidade não pode se tornar qualidade (...) senão num todo que reinterioriza até mesmo as relações de exterioridade. Assim o todo (como ato totalizante) se torna a relação entre as partes. Dito de outra forma, a totalização é mediação entre as partes (consideradas nas suas determinações) como relação de interioridade: no interior de uma totalização e por esta totalização, cada parte é mediada por todas na sua relação a cada uma, e cada uma é mediação entre todas; a negação (como determinação) se torna um laço sintético de cada parte com cada outra, com todas as outras e com o todo. Mas, ao mesmo tempo, o sistema ligado das partes condicionando-se mutuamente se opõe ao todo como ato de unificação absoluta e isso na mesma medida em que esse sistema em movimento não existe e não pode existir senão como encarnação mesma e a realidade presente (aqui, agora) do todo como síntese em curso. Da mesma maneira, as relações sintéticas que duas (ou n+1) partes sustentam entre elas, precisamente porque elas são a encarnação eficaz do todo, as opõe a cada outra parte, a todas as outras como sistema ligado, e, consequentemente, ao todo sob sua tríplice atualidade de síntese em curso, de presença eficaz em cada par-

⁷ Idem.

⁸ Idem.

⁹ Idem.

¹⁰ Idem. p.143.

¹¹ Idem., p.138.

te e de organização em superfície. Não se trata aqui senão de indicar algums exemplos abstratos. Mas eles são suficientes para mostrar o sentido das ligações de interioridade em uma totalização em curso. É evidente que essas oposições não são estáticas (como elas poderiam ser se a totalização, não impossível, acabasse em totalidade) mas que elas transformam perpetuamente o campo interior na medida mesma em que elas traduzem o ato em curso na sua eficácia prática. Está claro também que isso que chamo todo não é uma totalidade, mas a unidade do ato totalizador enquanto ele se diversifica e se encarna nas diversidades totalizadas "12.

Antes de prosseguir, porém, vale a pena insistir ainda nas relações entre o interior e o exterior em uma totalização em curso. O fragmento de Sartre, que se apresenta a seguir, procura exemplificar isso: "Quanto a relação da reta e da circunferência, ela aparece aqui como aventura temporal e quase singularizada: é a síntese de duas ordens contraditórias e já executadas. A curva fechada resiste à exterioridade. Duplamente: ela opõe uma muralha a toda a força exterior, ela encerrra nesta muralha uma interioridade. Mas a reta que a atravessa, quebrando o cercamento, encontra-se submetida à lei da interioridade: c necessario que ela retorne ao exterior de onde veio, segundo a regra que definiu seu movimento. Subitamente a 'entrada' do movel exige a sua 'saída' porque a primeira transformou esta aqui em determinação da interioridade da circunferência. Mas, inversamente, a reta, atravessando a curva, realiza a exterioridade do conteúdo interior. A inteligibilidade prática da aventura geométrica é essa nova organização que a forneceu realizando por nos mesmos e pelo movimento que refazemos a exteriorização do interior (ação da reta sobre a circunferência) e a interiorização do exterior (a reta se faz interior para atravessar o obstáculo, ela obedece às estruturas da circunferência)"13. Pode-se perceber então, e isto será muito importante mais adiante, que se por um lado o interior é afetado pelo exterior, por outro, o capta. Do mesmo modo, se o exterior age sobre o interior, ele é simultaneamente aprisionado por ele. "A interioridade se exterioriza para interiorizar a exterioridade"14.

Totalidade, totalização, todo. Princípio regulador; conhecimento totalizante ou produto em elaboração; ação de pensar totalizando ou ato de produção do conhecimento totalizante. São três idéias a respeito do homem em ação: vivendo, pensando, conhecendo. Mas, e a realidade? Qual a relação que existe entre o que se expôs até aqui e a compreensão do real? O que é, enfim, a realidade? Ora, a realidade, neste contexto, é a sociedade, e Sartre diz que é necessário "abordar os problemas sociais situando-se sempre em relação aos conjuntos considerados" 15. Ou seja, que "a realidade số pode ser apreendida e compreendida como totalidade" 16. É Lukács quem situa historicamente a sociedade como a rea-

¹² Idem. Nota 1. p.139-40. Grifo do autor.

¹³ Idem. p.151-2. Grifo do autor.

¹⁴ Idem. p.149.

¹⁵ Idem. p.142.

¹⁶ LUKÁCS, George. <u>História e Consciência de Classe</u>. Porto, Publicações Escorpião, 1974. p.53.

lidade de homem dizendo: "O homem da sociedade feudal não podia tomar consciência de si mesmo como ser social porque (...) abarcava ainda muito pouco na sua unidade o conjunto das relações do homem com o homem para aparecer à consciência como <u>a</u> realidade do homem. A sociedade civil realiza este processo de socialização da sociedade (...) O homem torna-se — no verdadeiro sentido da palavra — ser social, a sociedade torna-se <u>a</u> realidade do homem. Assim, só no terreno do capitalismo, da sociedade burguesa, é possível reconhecer na sociedade a realidade" 17. L, se social, então histórico. Ou seja, se a realidade é a sociedade, então ela é também a história dessa sociedade.

Qual ő, pois, a relação entre sujeito, objeto e produção do conhecimento? Qual é a postura metodológica desses pensadores? Qual é a concepção da lação de conhecer? Marx diz que "não basta que o pensamento tenda para a realidade, a própria realidade deve tender para o pensamento"18. Ou seja, a possibilidade de pensar o objeto e a do objeto ser pensado esta simultaneamente presente no sujeito e no objeto. O sujeito, então, não pode ser definido como absolutamente exterior ao objeto, ou "como o que nunca pode tornar-se objeto"19. É sempre um conhecimento social sobre o social e, como tal, um conhecimento também a respeito de si proprio. Sartro indica que na microfísica, por exemplo, o investigador faz parte do sistema experimental. Assim sendo, ele, o sujeito, está contido no resultado a obter, ou obtido, da experiência. E o conhecimento? Ele é o real pensado, é o concreto. Não se confunda, por conseguinte, o "processo de reprodução da realidade com o processo de edificação da própria realidade." O concreto é concreto porque é a sintese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação."21

Luckács também assinala que é com a predominância metodológica da totalidade sobre os momentos particulares que as partes encontram no todo o seu conceito e a sua verdade²². Assim sendo, é necessário que, a partir da parte (do fato, do fenômeno), a totalidade se torne visível e que seja no conhecimento da totalidade que a situação da parte se torne compreensível.²³ Dessa maneira, pode-se dizer que "somente neste contexto que integra os diferentes fatos da vida social (...) numa totalidade se torna possível o conhecimento dos fatos como conhecimento da realidade. Este conhecimento parte das determinações simples, (...)

¹⁷ idem. p.35. Grifo do autor.

¹⁸ MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. Apud Lukács, ep. cit. p.16.

¹⁹ LUKÁCS, op. cit., p.37.

²⁰ Idem. p.23.

MARX, Karl. Introdução à Crítica da Economia Política In MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos. 2. ed. São Paulo, Abril Cultural, 1978. p.116.

²² LUKÁCS, Georg. op. cit. p.24.

²³ Idem. p.17.

para avançar a partir delas para o conhecimento da totalidade concreta enquanto reprodução em pensamento da realidade"24.

Dessa forma, parece claro que é colocando os fatos (os fenômenos sociais, as partes) em relação à totalidade que se pode perceber o "acontecimento no que ele realmente é, na sua função real no interior do todo histórico a que pertence, isto é, de o perceber no interior da unidade do processo histórico"²⁵. A parte, portanto, só se revela no que ela realmente é, quando inscrita na totalidade a que pertence. Nesse sentido, Lukács afirma também que "a distinção real das etapas da evolução histórica exprime-se de maneira muito menos clara e unívoca nas mudanças a que estão sujeitos os elementos parciais isolados, do que nas mudanças da sua função no processo de conjunto da história, das suas relações com o conjunto da sociedade"²⁶. Então, a transformação de sua relação com o todo. Assim, se a relação com o todo se transforma, isto quer dizer que a parte se transformou.

A origem, portanto, da inteligibilidade do objeto se faz "a partir da sua função na totalidade determinada em que funciona" e somente aí. "A relação com o todo torna-se a determinação que condiciona a forma de objetividade de todo o objeto; toda a mudança essencial e importante para o conhecimento manifesta-se como mudança da relação com o todo e por isso mesmo como mudança da propria forma de objetividade" e Lukács exemplifica com um fragmento de Marx, extraído de Trabalho Assalariado e Capital: "Um negro é um negro, so em certas condições se torna um escravo. Uma máquina de tecer algodão é uma máquina de tecer algodão; so em certas condições se torna capital. Separada destas condições é tão pouco capital como o ouro em si é dinheiro ou o açúcar o preço do açúcar" e moutra passagem, Lukács afirma que "esta concepção dialética da totalidade (...) é, de fato, o único método que pode captar e reproduzir a realidade no plano do pensamento. A totalidade concreta é, pois, a categoria fundamental da realidade" objeto se somento de se capital de capital de realidade" objeto a categoria fundamental da realidade" objeto se somento de capital de realidade" objeto a categoria fundamental da realidade" objeto se somento de capital de capital de realidade" objeto de capital de realidade" objeto de capital de realidade concreta é, pois, a categoria fundamental da realidade" objeto de capital de capital de realidade concreta é, pois, a categoria fundamental da realidade" objeto de capital de capital

As coisas sociais, portanto, só revelam aquilo que realmente são quando vinculadas às respectivas totalidades. O que pode ser, então, uma totalidade econômica? Na <u>Introdução à Crítica da Economia Política</u>, Marx assinala que "no método teórico (da economia política), o sujeito — a sociedade — deve figurar sempre na representação como pressuposição" e inicia o texto colocando o ponto de partida da sua investiga-

²⁴ Idem. p.23.

²⁵ Idem. p.27.

²⁶ Idem. p.24. Grifo do autor.

²⁷ Idem. p.29.

²⁸ Idem. p.28. Grifo do autor.

²⁹ MARX, Karl. Trabalho Assalariado e Capital. Apud LUKÁCS, op. cít. p.29.

³⁰ LUKÃCS, op. cit. p.24.

MARX, Karl. Introdução à Crítica da Economia Política In MARX, Karl.

Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. 2.
ed. São Paulo, Abril Cultural, 1978. p.117.

ção, dizendo: "Indivíduos produzindo em sociedade, portanto a produção dos indivíduos determinada socialmente, é por certo o ponto de partida (...) A produção em geral é uma abstração (...) Esse caráter geral, (...) é ele proprio um conjunto complexo, um conjunto de determinações diferentes e divergentes. Alguns destes elementos são comuns a todas as épocas, outros são comuns a poucas. Certas determinações serão comuns à época mais moderna e à mais antiga (...), o que constitui seu desenvolvimento é o que os diferencia destes elementos parciais comuns (...) Se não existe produção em geral, também não pode haver produção geral. A produção é sempre um ramo particular da produção — por exemplo, a agricultura, a pecuaria, a manufatura etc.-, ou ela e totalidade"32. Então, se o ponto de partida é o assinalado, a produção é histórica. Ou seja, necessita ser temporalizada, inscrita na sociedade que a gerou. Ela possui duas determinações importantes: espaço e tempo. A produção espacializa-se temporalmente e se temporaliza espacialmente; fora disso ela não poderá ser compreendida na multiplicidade de suas determinações. E mais, em qualquer tempo e espaço, ela serãou parte ou totalidade.

E a seguir Marx reforça a presença da sociedade por trás da produção, dizendo: "a produção não é apenas uma produção particular, mas é sempre, ao contrário, certo corpo social, sujeito social, que exerce sua atividade numa totalidade maior ou menor de ramos de produção. (...) (temos que distinguir) entre a produção em geral, os ramos de produção particulares e a totalidade da produção "33. O exame da produção deve revelar, portanto, a sociedade que lhe é subjacente.

Veja-se um exemplo econômico de totalidade. Diz Marx: "O resultado a que chegamos não é que a produção, a distribuição, o intercâmbio, o consumo são idênticos, mas que todos eles são elementos de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade. Uma (forma) determinada da produção determina, pois, (formas) determinadas de consumo, de distribuição, da troca, assim como relações determinadas destes diferentes fatores entre si. A produção, sem dúvida, em sua forma unilateral, é também determinada por outros momentos; por exemplo, quando o mercado, isto é, a esfera da troca, se estende, a produção ganha em extensão e divide-se mais profundamente" 34. Por onde se vê que mesmo um conjunto tão trivial de categorias econômicas se enlaça em uma totalidade. Mas esse exemplo econômico de totalidade (e não de uma totalidade econômica) é ainda um exemplo do pensar a unidade do econômico.

Retomando: por que começar com a produção e não, por exemplo, com o consumo? Porque nela é possível desvendar a essencia da organização social; porque ali se encontram as relações de produção básicas. A partir dessas relações os homens constituirão o tecido social que conduz à totalidade econômica. Pode-se colher, no <u>Prefácio de Para a Crítica da Economia Política</u>, o seguinte fragmento: 'Minha investigação desembocou no seguinte resultade: relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a

³² MARX, Karl. Idem. p.104-5. Grifos do autor.

³³ Idem. p.105.

³⁴ Idem. p.115-6.

partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de 'sociedade civil' (...) O resultado geral a que cheguel e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em pouças palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual cor-respondem formas sociais determinadas de consciência"35. Mas, que relacões são estas? "Estas relações não são relações entre um indivíduo e outro, senão entre o operário e o capitalista, entre o arrendatário e o proprietário da terra etc. Suprimi essas relações e tereis suprimido toda a sociedade"36. Os individuos entram, portanto, em relações de produção impregnados de determinações sociais, e torna-se necessário desvendar, por trás de "cada categoria econômica, uma relação determinada entre os homens a um nível determinado da sua evolução histórica (...) (e) o movimento da propria sociedade humana pode ser enfim percebido com suas leis internas, ao mesmo tempo como produto dos próprios homens e como produto das forças que surgiram das suas relações e escaparam ao seu controle. (...) Por outras palavras, a produção e a reprodução de uma totalidade econômica determinada, que a ciência se ocupa em conhecer, transformam-se necessariamente em processo de produção e de reprodução de uma sociedade global determinada¹¹³⁷.

Essas relações de produção, que os homens são constrangidos a manter entre si no seio de uma determinada sociedade, constituem os laços de interioridade de uma totalidade econômica. As "forças que escapam ao seu controle" emanam da totalidade e criam o retorno de efeito de que se falava no início deste capítulo. Elas formam uma espécie de "tecido por trás", de "fios condutores", por assim dizer, um "inconsciente econômico" que "governa" as relações de todos com todos. Elas constituem pelo menos uma parte da essência das formas fenomênicas, essência essa que não coincide com as suas aparências. Logo, o que se faz necessário, a partir deste momento, é verificar de que maneira o conjunto das relações de produção forma uma totalidade econômica. O exame dessa questão será realizado nos capítulos seguintes.

³⁵ MARX, Karl. Prefácio de Para a Crítica da Economia Política In MARX, Karl, op. cit. p.129-30.

³⁶ MARX, Karl. Miséria da Filosofia Apud, LUKÁCS, Georg. op. cit. p.63-4.

 $^{^{37}}$ LUKÃCS, op. cit. p.30.

III – TOTALIDADE ECONÔMICA E RELAÇÕES DE PRODUÇÃO ENTRE PRODUTORES SIMPLES DE MERCADORIAS

É necessário verificar, então, como emergem o todo e as partes, que tipo de relação de interioridade se estabelece no seio do todo e que determinações emanam do todo sobre as partes, quando os homens entram em relações de produção. Segundo Isaac Illich Rubin, em uma economia mercantil capitalista, os homens entram em relações de produção de três tipos básicos; cada tipo de relação de produção expressa uma "dimensão social" dessa economia. I

O primeiro tipo básico de relação de produção é o que se estabelece entre produtores privados e autônomos de mercadorias, na chamada economia mercantil simples, desenvolvido por Marx através de sua teoria do valor-trabalho. A segunda "dimensão" envolve, de modo diverso da primeira, uma sociedade composta por duas classes sociais, e a teoria que examina as relações de produção entre as classes é a da mais-valia ou do capital. Por fim, as relações que diferentes grupos de capitalistas industriais estabelecem entre si, por pertencerem a diversos ramos da produção social, foram desenvolvidas por Marx na sua teoria do lucro ou dos preços de produção.

Diz Rubin: "Se limitarmos a economia capitalista a esses três tipos de relações de produção, então essa economia é similar a um espaço de três dimensões no qual só é possível determinar uma posição em termos de três dimensões ou três planos. Posto que um espaço tridimensional não pode ser reduzido a um plano, tampouco a teoria da economia capitalista pode ser reduzida" exclusivamente a qualquer uma das três teorias acima citadas. Diz também que "a teoria do preço de produção supõe a existência dos três tipos básicos de relações de produção entre pessoas na sociedade capitalista". Essa afirmação sugere que cada teoria, na ordem antes exposta, pressupõe a anterior, que é algo como um desdobramento da teoria que a antecede.

É preciso, assim, examinar a "constituição" da totalidade em uma economia mercantil simples. Uma rápida explanação das características gerais dessa economia é útil como introdução às questões que serão discutidas.

RUBIN, Isaac Illich. <u>Ensayo sobre la teoría marxista del valor</u>. Mexico, Siglo XXI, 1979. p. 278.

² Idem.

³ Idem.

A economia mercantil simples é composta, exclusivamente, por produtores autônomos de mercadorias, sendo cada um proprictário dos seus meios de produção e único administrador do seu trabalho. Não existem classes sociais, e os produtores distribuem-se por ramos de produção, havendo, portanto, divisão do trabalho e intercâmbio na sociedade. Existe concorrência e nada impede a saída ou a entrada de um produtor em qualquer ramo produtivo. Há, pois, mobilidade do trabalho. Esses produtores de mercadorias entram em relações de produção quando trocam, no mercado, os produtos dos seus respectivos trabalhos. Um produtor privado só pode assim entrar na posse do fruto do trabalho alheio, alienando o resultado do seu próprio trabalho. As relações de produção são, por conseguinte, aquelas que os homens estabelecem entre si atraves de suas produções, ou melhor, dos produtos de seus trabalhos.Quando compram ou vendem mercadorias, eles estão comparando seus trabalhos. Através das mercadorias, nessa economia social, o trabalho enfrenta o trabalho: comparando-se, igualando-se. A estrutura dessa economia é sintetizada por Rubin através dos seguintes elementos: "1) células individuais da economia nacional, isto é, empresas privadas separadas, formalmente independentes uma das outras; 2) elas estão relacionadas materialmente entre si como resultado da divisão social do trabalho: 3) a conexão direta entre os produtores individuais de mercadorias se estabelece na troca, e isso influi indiretamente sobre sua atividade produtiva"⁵. E a teoria do valor-trabalho que permitirá analisar a relação de produção básica que une os produtores autônomos de mercadorias. E "essa relação é básica porque gera a economia social (...) como uma totalidade indiscutivel, ainda que flexível"6.

"O ponto de partida da teoria do valor-trabalho é um meio social determinado, uma sociedade com uma determinada estrutura produtiva" e "a divisão social do trabalho constitui o fundamento geral de toda a produção de mercadoria." Com outras palavras, Marx assinala que a divisão social do trabalho é condição para que exista a produção de mercadorias, já que pode haver divisão do trabalho sem que os produtos dos trabalhos dos homens sejam mercadorias. Ou seja, se há produção de mercadorias, então é porque existe divisão do trabalho na sociedade. É necessário estabelecer a relação que existe entre a divisão social do trabalho e a totalidade.

Se existe divisão do trabalho na sociedade é porque grupos de produtores fabricam mercadorias diferentes, e não para o seu próprio consumo, senão que para a troca com produtos de outros grupos de produtores. Há, portanto, especialização e o conjunto de necessidades de cada produtor só pode ser satisfeito através da troca do produto do seu trabalho com

⁴ MARX, Karl. <u>O Capital.</u> <u>Livro Primeiro</u>. Rio de Janeiro, Civilização Brasíleira, 1968. p.94.

⁵ RUBIN, I. I. op. cit. p.57. Grifo do autor.

⁶ Idem. p.142. Grifo do autor.

⁷ Idem. p.113.

⁸ MARX, op. cit. p.402.

⁹ Idem. p.49.

os produtos do trabalho dos produtores de outros ramos da produção social. 10 Isso faz com que a existência da divisão do trabalho crie laços de dependência entre cada produtor de um ramo particular da produção social e os produtores das demais mercadorias que lhe são necessárias, tanto para a reprodução da mercadoria que ele levará ao mercado, quanto para a sua própria reprodução individual (o que termina por resultar no mesmo, já que sua própria sobrevivência fisica depende de sua permanência na produção).

Ao se diversificar a economia social, ampliando a divisão do trabalho, mais interdependentes se tornam os conjuntos de produtores entre si e em relação ao todo econômico. Quanto mais se multiplica a diversidade das partes, tanto mais o desempenho de cada conjunto de produtores de uma mercadoria específica vai depender do desempenho dos produtores dos demais ramos da produção. Ao separar entre varios produtores independentes as etapas de produção de um artigo de consumo final, tanto mais se criam laços de vinculação e mais se estreita a dependência entre os vários gêneros de trabalho. O aumento numérico dos ramos da produção social pelo crescimento da variedade de mercadorias - logo diferenciação dos tipos de produtores com ampliação das multiplicidades no seio da economia social - não faz mais do que estreitar os laços de interdependência. Assim, a propria condição para a produção de mercadorias - a divisão do trabalho na economia social - ela mesma cria os laços de interioridade que vinculam uns aos outros os trabalhadores de ramos distintos da produção. O pressuposto da teoria do valor-trabalho é assim uma estrutura econômica internamente diferenciada e, ao mesmo tempo, totalizada. Nas palavras de Isaac Rubin: "A divisão social do trabalho une todos os produtores de mercadorias em um sistema unificado (...) em um 'organismo produtivo' cujas partes se acham mutuamente relacionadas e condicionadas"11.

Qual é, pois, a relação de produção que é examinada pela teoria do valor-trabalho? Qual é a relação de produção que se estabelece entre produtores autônomos e privados de mercadorias? Onde e através do que se estabelece essa relação? Essa relação é a existente entre os dois trabalhos que se defrontam. Ela se expressa na relação entre os produtos dos trabalhos, é a relação que se estabelece entre as duas produções através dos resultados dos trabalhos: as mercadorias. E é no momento da troca, através das suas mercadorias, que os produtores entram em relações de produção direta.

[&]quot;Um objeto útil so pode se tornar valor de troca, depois de existir como não valor de uso e isto ocorre quando a quantidade do objeto útil ultrapassa as necessidades diretas do seu possuidor. (...) A repetição constante da troca torna-a um processo social regular. Por isso, com o tempo, passa-se a fazer, para a troca, intencionalmente, pelo menos uma parte dos produtos do trabalho. A partir desse momento consolida-se a dissociação entre a utilidade das coisas destinadas à satisfação direta das necessidades e a das coisas destinadas à troca. Seu valor de uso dissocia-se do seu valor de troca."

MARX, Karl. O Capital. Lívro Primeiro. op. cit., p.98.

¹¹ RUBIN, op. cit. p.55.

Em uma sociedade de produtores de mercadorias, a forma social do trabalho é o valor. O valor, então, é a maneira de manifestar-se o trabalho, nas mercadorias, em uma sociedade mercantil. Diz Marx: "As mercadorias, recordemos, só encarnam valor na medida em que são expressões de uma mesma substância social, o trabalho humano; seu valoré, portanto, uma realidade apenas social, so podendo manifestar-se, evidentemente, na relação social em que uma mercadoria se troca por outra"12. E mais, assinala ainda que, quando se colocam duas mercadorias frente a frente, na troca, não se pode esquecer "que duas coisas so se tornam quantitativamente comparáveis depois de sua conversão a uma mesma coisa. Somente como expressões de uma mesma substância são grandezas homogêneas, por isso, comensuraveis"13. Sendo essa substância o trabalho, Marx acrescenta mais adiante: 'Os homens não estabelecem relações entre os produtos do seu trabalho como valores, por considerá-los simples aparência de trabalho humano de igual natureza. Ao contrário. Ao igualar, na permuta, como valores, seus diferentes produtos, igualam seus trabalhos diferentes, de acordo com a sua qualidade comum de trabalho humano"14. E isso é um resultado da interação social dos produtores de mercadorias", pois a conversão dos objetos úteis em valores é, como a linguagem, um produto social dos homens".

E, se numa sociedade mercantil o trabalho assume a forma de valor dos produtos do trabalho, então o valor deve possuir um papel-chave na "constituição" da economia social como um todo. "Só através do "valor" das mercadorias a atividade produtiva dos produtores separados e independentes conduz à unidade produtiva que recebe o nome de economia social, às interconexões e ao mútuo condicionamento do trabalho dos membros individuais da sociedade. O valor é a correia de transmissão que transfere o movimento dos processos de trabalho de uma parte da sociedade para outra, fazendo dessa sociedade uma totalidade em funcionamento" 16.

Por que chamo a atenção para isso? Porque existe uma dualidade de forças no interior dessa economia: se a divisão do trabalho é uma força de união, por outro lado existem forças centrífugas que atomizam essa sociedade ao nível da produção e que são parcialmente apresentadas por Rubin no texto que segue: "A propriedade privada e a atividade econômica autônoma dos produtores individuais de mercadorias pulverizam a sociedade em uma série de unidades econômicas autônomas e independentes. Essa sociedade mercantil atomizada'se converte em uma sociedade só pela troça, que é o único processo econômico conhecido para a economia dessa sociedade'¹⁷. O produtor de mercadorias é formalmente autô-

¹² MARX, op. cit. p.55.

¹³ Idem. p.57.

¹⁴ Idem. p.82.

¹⁵ Idem. p.83.

¹⁶ RUBIN, op. cit. p.133.

 $^{^{17}}$ HILFERDING, Rudolf. O Capitalismo Financeiro Apud, RUBIN. $\sigma_{P}.\,cit.$ p.132.

29

nomo. Atua de acordo com seu próprio juízo unilateral, guiado por seu próprio interesse e tal como o concebe"18.

Mas as forças centrífugas não se limitam à presença da propriedade privada e à atomização da gestão da empresa. Os diferentes trabalhos concretizam-se em objetos úteis de natureza diversa, os trabalhos concretos são diferentes entre si (o do sapateiro, o do ferreiro etc). Além disso, as mercadorias cristalizam trabalhos de diferentes qualificações (o do relojoeiro e o do tecelão) e, ainda mais, entre os vários produtores de um mesmo tipo de mercadoria, encontram-se trabalhadores mais habeis que outros. Como então igualar (trocar, comparar) trabalhos que são diferentes entre si por características tais como pelo fato de se expressarem em mercadorias que são propriedade privada dos produtores e que materializam trabalhos de natureza diversa? Como igualar (trocar, comparar) trabalhos que, por sua vez, possuem diferentes qualificações? Como igualar os diferentes graus de habilidade que apresentam os produtores de um mesmo tipo de mercadoria? Em resumo, se o trabalho de cada produtor se distingue e separa do de qualquer outro, do seu ou de outros ramos, por ser privado, concreto, qualificado e individual, como se homogeneiza o mundo das mercadorias?

Ora, no processo de intercâmbio, a mercadoria sofre modificações, revelando características que aparentemente não possuía antes desse momento, e essas modificações são sofridas também pelo trabalho do produtor; assim, na troca: "1) O trabalho do produtor privado e isolado de mercadorias manifesta seu carater de trabalho social; 2) a forma concreta de trabalho é igualada com todas as outras formas concretas de trabalho. Essa múltipla igualação do trabalho também inclui: 3) a igualação de diversas formas de trabalho que diferem quanto a qualificações; 4) a igualação de diferentes gastos individuais de trabalho que se aplicam a produção de unidades de produto de um tipo e uma qualidade determinados¹¹⁹. Sintetizando, o trabalho privado revela-se como social, o trabalho concreto assume a forma do trabalho abstrato, o trabalho complexo reduz-se a trabalho simples e o trabalho individual, a traba-1ho socialmente necessário (o que é "requerido para produzir-se um valor de uso qualquer, nas condições de produção socialmente normais, existentes, e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho") 20.

E Rubin assinala ainda que esses são quatro diferentes aspectos do mesmo processo de igualação do trabalho através dos seus frutos, as mercadorias, como valores, ou "expressões de diferentes aspectos da igualação do trabalho no processo de sua distribuição" 21. Acrescenta ainda que esse processo supõe a interconexão entre todos os processos de trabalho (trabalho social) e a igualação das esferas particulares de produção (trabalho abstrato). Para que essa igualação se dê entre diferentes ramos da produção, é necessário que exista igualação de formas

¹⁸ RUBIN, op. cit. p.132-3.

¹⁹ Idem. p.180. Grifo do autor.

²⁰ MARX, op. cit. p.46.

²¹ RUBIN, op. cit. p.180.

de trabalho com diferentes qualificações (trabalho simples); e para que ocorra dentro de um ramo, é preciso que haja igualação do trabalho aplicado a empresas individuais dentro de uma determinada esfera da produção (trabalho socialmente necessário).²² É mais, "a igualação das diversas formas do trabalho e a abstração das suas propriedades concretas é a única relação social que transforma a totalidade das unidades econômicas privadas em uma economia social unificada"²³.

É necessário encontrar, pois, a mercadoria que realiza o entrelaçamento de todos os produtos do trabalho humano nessa economia social. Essa mercadoria precisa ser o equivalente geral de todas as outras, "uma vez que nenhuma mercadoria se relaciona consigo mesma como equivalente, não podendo transformar seu próprio corpo em expressão de seu próprio valor, tem ela que relacionar-se com outra mercadoria, considerada equivalente, ou seja, fazer da figura física de outra mercadoria sua própria forma de valor"²⁴. E Marx apresenta três propriedades para a forma equivalente: "o valor de uso se torna a forma de manifestação do seu contrário, isto é, o valor"²⁵: o trabalho concreto torna-se "forma de manifestação de seu contrário, o trabalho privado torna-se a "forma de seu contrário, o trabalho em forma diretamente social"²⁷,

Para que de um equivalente particular que surge do confronte entre duas mercadorías se passe ao equivalente geral, é necessário que todas as mercadorias expressem seus valores em uma única e mesma mercadoria. 28 A forma geral do valor "surge como obra comum do mundo das mercadorias. O valor de uma mercadoria so adquire expressão geral, porque todas as outras mercadorias exprimem seu valor através do mesmo equivalente, e toda a nova espécie de mercadoria tem que fazer o mesmo. Evidencia-se, desse modo, que a realidade do valor das mercadorias só pode ser expressa pola totalidade de suas relações sociais, pois essa realidade nada mais é que a 'existência social' delas, tendo a forma do valor, portanto, de possuir validade social reconhecida"29. Então, quando os produtores estabelecem relação entre as suas mercadorias e o ouro, "como equivalente universal, ou encarnação universal do trabalho humano abstrato, é precisamente sob aquela forma (...) que expressa a relação entre seus trabalhos particulares e o trabalho social total''³⁰.

²² Idem. p.181.

^{· &}lt;sup>23</sup> Idem. p.183.

²⁴ MARX, op. cit. p.65.

²⁵ Idem. p.64.

²⁶ Idem. p.67.

²⁷ Idem. p.67.

²⁸ Idem. p.74.

²⁹ Idem. p.75.

³⁰ Idem. p.85.

A transformação geral dos produtos do trabalho em mercadorias gera a mercadoria equivalente universal, o dinheiro³¹, com validade social generalizada no mundo dos produtores de mercadorías. Existe simultaneidade: generaliza-se a produção de mercadorias, ao mesmo tempo em que se vai gerando a mercadoria que será o equivalente geral. Dia Marx: "Apenas a ação social pode fazer de determinada mercadoria equivalente geral. A ação social de todas as outras mercadorias elege, portanto, uma determinada para nela representar seus valores. A forma corporea dessa mercadoria torna-se, desse modo, a forma equivalente com validade social; ser equivalente geral toma-se função especificamente social da mercadoria eleita. Assim, ela vira dinheiro. (...) O desenvolvimento histórico da troca desdobra a oposição latente na natureza das mercadorias, entre valor de uso e valor. A necessidade, para o intercâmbio, de exteriorizar essa oposição exige forma independente para o valor da mercadoria e persiste até que, finalmente, é satisfeita com a duplicação da mercadoria em mercadoria e dinheiro. Os produtos do trabalho se convertem em mercadorias no mesmo ritmo em que determinada mercadoria se transforma em dinheiro"32.

fiassim que o ouro, como equivalente goral, vai tornar-se dinheiro através de uma função específica: a função de medida universal dos valores. "A primeira função do ouro consiste em formecer às mercadorias o material para exprimirem o valor ou em representar os valores das mercadorias como grandezas que têm a mesma denominação, qualitativamente iguais e quantitativamente comparáveis. Assim, exerce a função de medida universal dos valores e, só por meio desta função, o ouro, a mercadoria equivalente específica, se torna dinheiro 33. E Marx salienta também que "não é através do dinheiro que as mercadorias se tornam comensuráveis. Ao contrário. Sendo as mercadorias, como valores, encarnação do trabalho humano, e, por isso, entre si comensuráveis, podem elas, em comum, medir seus valores, por intermédio da mesma mercadoria específica, transformando essa em sua medida universal do valor, ou seja, em dinheiro. O dinheiro, como medida do valor, é a forma necessária de manifestar-se a medida imanente do valor das mercadorias, o tempo de trabalho. A expressão do valor de uma mercadoria em ouro (...) é sua forma dinheiro en seu preco".

Assim, se por um lado o trabalho igualado, o trabalho humano abstrato, é a substância do valor das mercadorias, materializando-se na forma dinheiro da mercadoria, por outro lado, a medida imanente do valor é o tempo de trabalho. Chega-se, assim, ao trabalho socialmente necessário. E é através dele que se pode estabelecer uma das maneiras pelas quais o todo influi sobre suas partes constituintes, mais especificamente a maneira pela qual um ramo opera e pela qual ele se enfrenta com os demais na divisão social do trabalho. Recuperando a definição geral

³¹ Idem. p.104.

³² Idem. p.97.

³³ Idem. p.105.

³⁴ Idem. p.106.

anteriormente apresentada, qual seja a de que o "tempo de trabalho secialmente necessário é o tempo de trabalho requerido para producir-se um valor de uso qualquer, nas condições de produção socialmente normais, existentes, e com o grau social médio de destreta e intensidade do trabalho" ele estabelecerá o valor-trabalho da mercadoria producida num ramo da produção. A heterogeneidade dos níveis de produtividade dentro desse ramo expressar-se-á num preço da mercadoria que reflete as condições médias de desenvolvimento das forças produtivas no ramo. Dessa maneira, os produtores se distribuirão acima, abaixo ou sobre o nível dado pelas condições médias. E Rubin assinala o seguinte sobre as variações da produtividade: "Se diminui o trabalho concreto em quantidade, então a quantidade desse trabalho que se considera como 'social' ou 'abstrato', isto é, como parte do trabalho total, homogêneo, da sociedade, diminui. O aumento da produtividade do trabalho modifica a quantidade de trabalho abstrato necessário para a produção''36.

E é por causa do trabalho socialmente necessário que o produtor individual e privado de mercadorias será constrangido, na produção, a levar em consideração as condições do mercado. O seu nivel de produtividade estabelecciá se está ou não desperdiçando tempo de trabalho em relação às condições dos seus concorrentes. Se o produtor estiver abaixo do nível, isso o constrangerá, com o tempo, para que ele possa permanecer na produção, a reduzir o seu tempo de trabalho, por exemplo, através de alterações técnicas, de forma a elevar o seu nível de produtividade. Então o valor-trabalho médio, expresso no preço da mercadoria do ramo em que o produtor está inserido, provocará nele decisões a respeito da sua produção e, dessa forma, da sua possibilidade de permanecer ou não no negócio. Ou seja, se por ser autônomo e proprietário privado possui independência formal para gerir sua produção, nem por isso pode deixar de, já no processo de produção direta, se ver obrigado a "adaptar sua atividade produtiva (de antemão) às possíveis condições do mercado. O fato de que o produtor dependa do mercado significa que sua atividade produtiva depende da atividade produtiva de todos os outros membros da sociedade"³⁷.

Por outro lado, isso também quer diter que a atividade produtiva de um produtor de mercadorias (ou de um grupo dentro de um ramo) — através, por exemplo, de uma elevação da produtividade do trabalho — pode influir sobre as condições de reprodução dos demais produtores do ramo. E, ao reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário à produção de sua mercadoria particular, ele (ou o grupo) estará afetando, através do ramo e do valor-trabalho expresso no preço médio de mercado, toda a distribuição, o dispêndio de trabalho da sociedade como um todo. Ao elevar a produtividade média do ramo, ele afeta também as condições de produção dos produtores de mercadorias diferentes da sua própria. Isso porque, dada a jornada global de trabalho da sociedade de produtores de mercadorias, uma parcela menor do tempo total estará sendo consumida na produção dessa mercadoria específica, e isso faz com que se al-

³⁵ Idem. p.46.

³⁶ RUBIN, op. cit. p.119.

³⁷ Idem. p.57.

terem as relações de troca entre essa mercadoria e todas as outras, ou seja, provoca um desequilíbrio no seio da sociedade como um todo. E esse desequilíbrio promoverá uma redistribuição do trabalho na sociedade, mais cedo ou mais tarde.

Assim, nessa economia mercantil, "os preços médios dos produtos são proporcionais ao seu valor-trabalho. Em outras palavras, o valor representa o nível médio ao redor do qual flutuam os preços de mercado e com o qual os preços coincidiríam se o trabalho social se distribuísse proporcionalmente entre os diversos ramos da produção" 38. Dessa forma, "o desvio dos preços de mercado em relação aos valores é o mecanismo através do qual se eliminam a superprodução e a subprodução e se afirma a tendência para o reestabelecimento do equilíbrio entre os ramos da produção da economia nacional" 39.

A condição de equilibrio entre dois ramos da produção na economia mercantil é apresentada por Rubin da seguinte forma: "A troca de duas mercadorias diferentes segundo seus valores corresponde ao estado de equilibrio entre dois ramos da produção. Nesse equilibrio cessa toda a transferência de trabalho de um ramo a outro, mas, se isto acontece, é óbvio que a troca de duas mercadorias segundo o seu valor iguala as vantagens dos produtores de mercadorias em ambos os ramos da produção e elimina os motivos para a transferência de um ramo para o outro. Na economia mercantil simples, tal igualação das condições de produção entre os diversos ramos significa que uma determinada quantidade de trabalho consumida pelos produtores de mercadorias em esferas diferentes da economia nacional ministra a cada um deles um produto de igual valor. O valor das mercadorias é diretamente proporcional à quantidade de trabalho necessario para sua produção. Se em media se necessitam três horas de trabalho para a produção de um 'arshin' de pano, dado certo nível da técnica (o trabalho gasto em matérias-primas, instrumentos de produção etc. também se conta), e são necessárias nove horas de trabalho para a produção de um par de botas (supondo que o trabalho do tecelão e o do sapateiro são de igual habilidade), então a troca de três 'arshins' de pano por um par de botas corresponde ao estado de equilíbrio entre ambos os tipos de trabalho. Uma hora de trabalho do sapateiro e uma hora de trabalho do tecelão se igualam, cada uma delas representa uma parte igual do trabalho total da sociedade distribuído entre todos os ramos da produção"40.

O trabalho socialmente necessário faz, então, com que vigore o mesmo preço para mercadorias produzidas, no mesmo ramo da produção, em condições diferentes, ou seja, "cada mercadoria particular não se vende segundo seu valor individual, senão segundo seu valor social médio" Esse seria o valor comercial daquele tipo particular de mercadoria. E "essa diferença entre o valor comercial e o valor individual, que origina diversas vantagens na produção para as empresas com diferentes ní-

³⁸ Idem. p.116. Grifo do autor.

³⁹ Idem. p.117.

⁴⁰ Idem. p.117-8. Grifo do autor.

⁴¹ Idem. p.226.

veis de produtividade do trabalho, é o principal motor do <u>progresso</u> técnico na sociedade capitalista¹⁴².

Finalmente, a relação de produção básica, que se estabelece entre dois produtores autônomos e privados de mercadorias e que se expressa na troca dos produtos como valores, permite que o trabalho abstrato gere a possibilidade do surgimento do equivalente geral e que o trabalho socialmente necessário quantifique as trocas. Isso estabelece nexos tanto entre os ramos da economia social quanto entre os produtores de uma mesma mercadoria; e isso dá-se de tal forma que o valor se apresenta como uma "correia de transmissão" que reúne os elementos da economia mercantil, fazendo com que as decisões na esfera da produção de cada produtor isolado sejam afetadas pelo conjunto da economia social. O valor, assim, éo veículo através do qual se realiza a integração da sociedade mercantil, cujo pressuposto é a divisão social do trabalho.

⁴² Idem. p.227. Grifo do autor.

IV – TOTALIDADE ECONÔMICA E RELAÇÕES DE PRODUÇÃO ENTRE CAPITALISTAS E OPERÁRIOS

Se na economia mercantil simples o produtor de mercadorias vendia os produtos do seu trabalho para comprar as mercadorias produzidas pelos demais, vendendo, portanto, para comprar, na sociedade mercantil <u>capitalista</u>, o capitalista industrial compra para vender. Se o circuito descrito pelo produtor simples de mercadorias, no mercado, pode ser sintetizado pelo esquema mercadoria-dinheiro-mercadoria (M-D-M), sendo as mercadorias dos extremos valores de uso diversos, o circuito percorrido pelo capitalista é sintetizado por dinheiro-mercadoria-dinheiro, sendo que, aqui, os extremos só podem ser diferenciados por sua magnitude. Melhorando: (D-M-D+d).

No circuito do produtor simples, o valor consome-se e o circuito só pode ser refeito colocando, novamente, um outro produto próprio à venda. Produz-se para vender, vende-se para comprar, compra-se para consumir. Diverso é o circuito do capital, onde o valor põe valor, ou melhor, onde o valor põe mais valor, onde ele se valoriza.

Esses dois circuitos caracterizam o comportamento, no mercado, das duas classes sociais básicas da sociedade capitalista: os capitalistas compram para vender e os operários vendem para comprar. Do confronto entre os dois circuitos surge a relação capitalista de produção que se expressa na mais-valia. Apresento, a seguir, como e por que se estabelece essa relação e de que modo ela nos remete, tal como a relação entre os produtores simples de mercadorias, à totalidade econômica; e isso sem romper com certos pressupostos da economia mercantil simples, tais como o de liberdade de compra e venda, de consumo ou de contrato. Mantêm-se, mas como aparências.

É que o estabelecimento de diferentes condições para cada uma das classes sociais fará com que os seus membros sejam forçados a executar, cada um por seu lado, um dos circuitos, e somente um deles. E isso darse-á de tal forma que a relação se perpetue, ou seja, que o exercício da relação contenha em si mesmo a reprodução das condições de eternização desse tipo de relação de produção.

A operação de compra e venda que vai estabelecer essa relação de produção é apresentada por Marx da seguinte maneira: "Um contratante vende sua força de trabalho, o outro a compra. O primeiro recebe o valor de sua mercadoria, cujo valor de uso, o trabalho, aliena, em consequência disso o segundo. Este transforma, então, os meios de produção que

MARX, Karl. O Capital. Livro Primeiro. Rio de Joneiro, Civilização Brasileira, 1968. p.170.

já lhe pertencem com a ajuda do trabalho de que se tornou proprietário num produto, que de direito também é dele"?. O valor de troca que o trabalhador recebe pela venda temporária de sua força de trabalho é um equivalente à reprodução da mercadoria (sua) que vendeu ao capitalista: esse valor expressa-se no seu salário (o preco da força de trabalho) e, num meio histórico e cultural dado, deverá permitir a reproducão da força de trabalho, 3 ou seja, deverá permitir ao trabalhador a aquisição dos meios de subsistência necessários de modo a compensar o desgaste sofrido no processo de trabalho, tornando-o apto a trabalhar um novo período, isto é, apto a reproducir a mercadoria que possui para vender e, consequentemente, a sobreviver. Por outro lado, o commrador capitalista, unindo os dois tipos de mercadorias que adquiriu (os meios de produção e a força de trabalho), obtém um produto-mercadoria (que é seu) para vender no mercado. O capitalista, então, comprou os meios de produção (instrumentos de trabalho, matérias-primas etc.) e forca de trabalho para vender o produto-mercadoria resultante da combinação dessas duas outras mercadorias. Comprou para vender.

Marx continua: "O valor do produto inclui, primeiro, o valor dos meios de produção consumidos. O trabalho útil não pode consumir esses meios de produção, sem transferir o valor deles ao novo produto (...). O valor do novo produto abrange ainda o equivalente ao valor da força de trabalho e uma mais-valia. Abrange esta porque a força de trabalho vendida por determinado espaço de tempo, dia, semana etc., possui menos valor do que aquele que é criado nesse tempo com seu emprego. Mas o trabalhador recebeu em pagamento o valor de troca de sua força de trabalho, alienando, por isso, seu valor de uso, o que sucede em qualquer compra e venda. " O trabalhador, então, ao vender a sua mercadoria, sua força de trabalho, recebe um equivalente à reprodução dessa mercadoria e cede ao comprador o consumo da mercadoria que vendeu. Como qualquer vendedor de morçadorias, interessa-lhe receber o equivalente pela mercadoria que cedeu ao outro, o uso que o comprador fará da mesma não lhe interessa. Recebe o valor de troca, cede o consumo. E o trabalhador realiza esta venda para, com o salário recebido, adquirir os seus meios de subsistência: o montante de necessidades sociais que devem ser satisfeitas para que ele possa retornar ao mercado e colocar

² Idem. p.680.

[&]quot;O valor da força de trabalho e determinado como o de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário à sua produção e, por consequência, à sua reprodução. Enquanto valor, a força de trabalho representa apenas determinada quantidade de trabalho social médio nela corporificado. Não é mais do que a aptidão do indivíduo vivo. A produção dela supõe a existência deste. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua manutenção ou reprodução. Para manter-se, precisa o indivíduo de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho reduz-se, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor." Marx, op. cit. p.191.

⁴ Idem. p.680.

à venda, novamente, a mercadoria que possui para alienar. Como produtor simples de mercadorias, ele só pode sobreviver produzindo e vendendo o que é produto seu. Sua produção, no entanto, é a de sua força de trabalho. Essa força é o que possui de seu para participar socialmente do mundo mercantil. Seu circuito, então, é vender sua força de trabalho para adquirir os meios de subsistência que permitirão a reprodução dessa sua mercadoria. Ele entra no mercado, sucessivamente, tal como um produtor simples de mercadorias: vende para comprar.

Por outro lado, o valor do produto que o capitalista levará ao mercado é superior à soma de valores que adiantou na forma de meios de produção e de força detrabalho. O produto do capitalista conserva o valor dos meios de produção consumidos no processo de trabalho, encerra o valor da força de trabalho que transformou a matéria-prima em produto pronto e mais um excedente de valor. Qual a origem desse mais valor? 'A circunstância de essa mercadoria especial, a força de trabalho, possuir o valor de uso peculiar de fornecer trabalho e, portanto, criar valor em nada altera a lei geral da produção de mercadorias. Se a soma de valores adiantada em salários, além de reproduzida no produto, é acrescida de uma mais-valia, não provém isto de um logro ao vendedor, que recebeu o valor de sua mercadoria, mas do emprego que o comprador fez dessa mercadoria"5. E Marx continua: "A lei da troca pressupõe igualdade apenas para os valores de troca das mercadorias que se intercambiam. Pressupõe mesmo diversidade entre seus valores de uso, e nada tem a ver com o emprego delas, que só começa depois de concluído o neρόςio''⁶.

A origem, portanto, da mais-valia está no uso que o capitalista faz da mercadoria que adquiriu, a força de trabalho. E no consumo produtivo dessa mercadoria que surge a mais-valia, de tal forma que o capitalista possa trocar valor por mais valor, ou seja, que ao completar o seu circuito possua em suas mãos mais dinheiro do que o montante que adiantara ao comprar as mercadorias necessárias à produção. Diz Marx: "No final, se retira mais dinheiro da circulação do que se lançou nela, no início. (...) A forma completa desse processo é (...) igual à soma de dinheiro originalmente adiantada mais um acréscimo. Esse acrescimo ou excedente sobre o valor primitivo chamo de mais-valia (valor excedente). O valor originalmente antecipado não só se mantém na circulação, mas nela altera a própria magnitude, acrescenta uma mais-valia, valoriza-se. E este movimento transforma-o (o dinheiro) em capital".

Que emprego é esse, então, que o capitalista faz da força de trabalho? Como a consome de modo a obter também a mais-valia? Em outras palavras, como o processo de consumo da força de trabalho se torna, ao mesmo tempo, um processo de criação de mais-valia? É preciso lançar mão de um exemplo: se a jornada de trabalho dura doze horas e se com seis horas de trabalho o operário gera o equivalente ao valor da sua força de trabalho (trabalho necessário), durante a outra metade da jornada ele estará criando mais-valia (trabalho excedente). E a taxa de mais-valia,

⁵ Idem.

⁶ Idem.

⁷ Idem. p.170.

no exemplo, é então de 100%, ou seja, "o valor da força de trabalho e o valor que ela cria no processo de trabalho são portanto duas magnitudes distintas". O valor de uso da mercadoria força de trabalho gera mais valores do que custa a sua reprodução. De outro modo: o uso dessa mercadoria gera um valor de troca de magnitude superior ao seu próprio. Assim: "O possuidor do dinheiro pagou o valor diário da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, o uso dela durante o dia, o trabalho de uma jornada inteira. A manutenção quotidiana da força de trabalho custa apenas meia jornada, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar uma jornada inteira, e o valor que a sua utilização cria num dia é o dobro do próprio valor de troca".

Mas faltam ainda as condições para que surja a força de trabalho no mercado e, portanto, para que surja o próprio capital. Marx as expõe da seguinte maneira: "A fim de o possuidor de dinheiro encontrar no mercado a força de trabalho como mercadoria, é mister que se preencham certas condições. Por si mesma, a troca de mercadorias não implica outras relações de dependência além daquelas que decorrem de sua própria natureza. Assim, a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado, enquanto for e por ser oferecida ou vendida como mercadoria pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. A fim de que seu possuidor a venda como mercadoria, é mister que ele possa dispor dela, que seja proprietário livre de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa. Ele e o possuidor de dinheiro encontram-se no mercado e entram em relação um com o outro como possuidores de mercadoria, dotados de igual condição, diferenciando-se apenas por um ser o vendedor e o outro o comprador, sendo ambos juridicamente iguais. A continuidade dessa relação exige que o possuidor da força de trabalho venda-a sempre por tempo determinado, pois se a vende de uma vez por todas, vender-se-á a si mesmo, transformar-se-á de homem livre em escravo, de um vendedor de mercadoria em mercadoria. Tem sempre de manter sua força de trabalho como sua propriedade, sua própria mercadoria, o que so consegue se a ceder ao comprador apenas provisoriamente, por determinado prazo, alienando-a sem renunciar à sua propriedade sobre ela"10. E a segunda condição para encontrar no mercado a força de trabalho como mercadoria é apresentada assim: "o dono dessa força não pode vender mercadorias em que encarne trabalho, e é forçado a vender sua força de trabalho que só existe nele mesmo"l.Sintetizando, diz adiante: "Para transformar dinheiro em capital tem o possuidor de dinheiro de encontrar o trabalhador livre no mercado de mercadorias. livre nos dois sentidos, o de dispor como pessoa livre de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo alem desta outra mercadoria para vender"12.

⁸ Idem. p.218.

⁹ Idem.

¹⁰ Idem. p.188.

¹¹ Idem.

¹² Idem. p.189.

As condições básicas são, portanto, por um lado a existência de liberdade para o estabelecimento do contrato e, por outro, que os contratantes sejam proprietários privados de mercadorias com diferentes valores de uso. O trabalhador deve ser proprietário exclusivamente de sua força de trabalho, de tal forma que inclusive sua própria sobrevivência física seja impossível sem a venda temporária dessa sua mercadoria. O outro contratante deterá a propriedade privada sobre os meios de produção e os meios de subsistência, já que ele é o possuidor da mercadoria dinheiro, o equivalente universal.

A relação de produção que se estabelece entre esses dois proprietários de mercadorias deriva de uma alteração da lei de apropriação, tal como vigorava na economia mercantil simples: "Originalmente, o direito de propriedade aparecia fundamentado sobre o proprio trabalho. Essa suposição era pelo menos necessária, uma vez que se confrontavam possuidores de mercadorias com iguais direitos, e o único meio de que uma pessoa dispõe para se apropriar de mercadoria alheia é alienar a própria, e essas só podem ser produzidas com trabalho. Agora, do lado capitalista, propriedade revela-se o direito de apropriar-se de trabalho alheio não pago ou do seu produto e, do lado do trabalhador, a impossibilidade de apropriar-se do produto de seu trabalho. A dissociação entre propriedade e trabalho torna-se conseqüência necessária de uma lei que claramente derivava da identidade existente entre ambos"¹³.

É essa dissociação entre trabalho e propriedade que estabelece a lei da troca entre trabalhadores e capitalistas. Essa dissociação faz com que os primeiros regressem sempre ao mercado como vendedores da sua força de trabalho e querendo troca-la pelo equivalente aos meios de subsistência necessários à sua reprodução, aos meios de vida. 14 Por outro lado, ela faz com que o detentor do dinheiro possa comprar sempre essa mercadoria com o objetivo de extrair mais-valia. Marx assinala que o "trabalhador realiza dois tipos de consumo. Na produção, consome meios de produção com seu trabalho e transforma-os em produtos de valor maior que o desembolsado pelo capital. Este é o consumo produtivo. Ele é ao mesmo tempo consumo de sua força de trabalho pelo capitalista que a comprou. Por outro lado, o trabalhador emprega o dinheiro pago para a compra da força de trabalho em meios de subsistência: este é o seu consumo individual. O consumo produtivo e o individual do trabalhador são, portanto, totalmente diversos. No primeiro, opera como força motriz do capital e pertence ao capitalista; no segundo, pertence a si mesmo e realiza funções vitais fora do processo de produção. O resultado de um é a vida do capitalista, e o do outro é a vida do proprio trabalhador'15. Mas os dois consumos formam uma unidade no sentido de que um implica o outro. O consumo produtivo desgasta a força de trabalho e faz com que se necessitem meios de subsistência para repo-la. O desgaste da força de trabalho é a única maneira de obter, de ter acesso aos meios de subsistência através da percepção de um salário. Reposta a força de

¹³ Idem. p.679.

MARX, Karl. Elementos fundamentales para la critica de la economia politica. México, Siglo veintiuno, 1978. v.l. p.227.

¹⁵ MARX, Karl. O Capital. op. cit. p.665.

trahalho, ela necessita ser consumida no processo produtivo, porque só através da nova venda o trabalhador pode adquirir os meios de vida necessários à sua sobrevivência. É um círculo que repõe permanentemente as condições de sua continuidade, de sua perpetuação. O dinheiro que o trabalhador recebe se afasta dele, porque o despende em meios de vida; o dinheiro que o capitalista despende para promover a produção retorna a ele acrescido de um valor excedente.

Mas trabalho assalariado e capital não existem independentemente um do outro. E se as condições para a existência do trabalho assalariado se repõem continuamente como resultado da propria relação de produção, então o capital também se gesta a si mesmo nesse processo: "O valor torna-se aqui o agente de um processo em que, através do contínuo revezamento das formas dinheiro e mercadoria, modifica sua própria magnitude, como valor excedente se afasta de si mesmo como valor primitivo, e se expande a si mesmo. O movimento pelo qual adquire valor excedente é seu próprio movimento, sua expansão, logo sua expansão automática. Por ser valor, adquiri: a propriedade oculta de gerar valor"16. E isso porque se a mais-valia se origina do capital num primeiro momento, logo o capital vai nascer da mais-valia. Ou melhor, mais capital vai surgir da mais-valia. "Aplicação de mais-valia como capital ou conversão de mais-valia em capital é o que se chama de acumulação de capital"17. "Para acumular é necessário transformar parte do produto excedente em capital. Mas, sem fazer milagres, só se pode transformar em capital coisas que são aplicáveis no processo de trabalho, isto é, meios de produção, e coisas das quais o trabalhador precisa para manter-se, istoé, meios de subsistência. Em consequência, parte do trabalho anual excedente tem de ser transformado para produzir meios adicionais de produção e de subsistência acima da quantidade necessária para substituir o capital adiantado. Em suma, a mais-valia só pode ser transformada em capital porque o produto excedente, do qual ela e o valor, jácontem os elementos materiais de um novo capital. 118

A acumulação de capital expande, desse modo, as relações capitalistas de produção; mais capital e mais trabalho assalariado serão mobilizados na transformação da mais-valia em capital. E, se em um primeiro momento a origem do capital aparecia na forma de um montante de dinheiro (não interessando a sua proveniência), pertencente ao capitalista e despendido na aquisição de meios de produção e de força de trabalho, agora, no momento de transformar mais-valia em capital, o que se pode perceber é que o resultado do processo, a mais-valia, será o elemento propulsor da expansão do próprio capital. É nesse sentido que o capital se afasta de si mesmo como valor primitivo. E Marx assinala que o capital adicional, a mais-valia capitalizada, desde "a origem, não contém ela nenhuma partícula de valor que não derive do trabalho alheio não pago. Os meios de produção aos quais se incorpora a força de trabalho adicional, e os meios de subsistência, com os quais se mantém essa força, não são mais do que elementos integrantes do produto excedente, do tributo que a classe capitalista anualmente extrai da classe trabalhadora. (...) De qualquer modo, a classe trabalhadora criou, com

¹⁶ Idem. p.173-4,

¹⁷ 1dem. p.674.

¹⁸ Idem. p.676.

o trabalho excedente do corrente ano, o capital que empregará, no próximo ano, trabalho adicional. Isto é o que se chama produzir capital com capital" E mais: "Patenteia-se aí que a única condição para o capitalista apropriar-se do trabalho vivo não pago em escala crescente é a propriedade sobre o trabalho passado não pago. Quanto mais o capitalista tiver acumulado, mais poderá acumular." Portanto o capital "não bem chegou a ser capital enquanto tal, produz seus próprios supostos, ou seja a posse das condições reais para a criação de novos valores sem intercâmbio, através do próprio processo de produção. Esses supostos, que originalmente apareciam como condições do seu futuro, (...) se apresentam agora como resultados de sua própria realização, como realidade posta por ele: não como condições de sua gênese, senão como resultados de sua existência."

O processo de produção capitalista gera, então, permanentemente as bases de sua própria expansão: "Não é mais o acaso que leva o trabalhador e o capitalista a se encontrarem no mercado, como vendedor e como comprador. É o próprio processo que continuamente lança o primeiro como vendedor de sua força de trabalho no mercado e transforma seu produto em meio que o segundo utiliza para comprá-lo. Na realidade, o trabalhador pertence ao capital antes de vender-se ao capitalista. Sua servidão econômica se concretiza e se dissimula, ao mesmo tempo, pela venda periódica de si mesmo, pela sua troca de patrões e pelas oscilações do preço do trabalho no mercado. A produção capitalista, encarada em seu conjunto, ou como processo de reprodução, produz não só mercadoria, não só mais-valia, produz e reproduz a relação capitalista: de um lado, o capitalista e de outro, o assalariado "22. Trabalho assalariado e capital, um não existe sem o outro, e o contato entre os dois reproduz continuamente cada um deles enquanto tal.

O seguinte fragmento de Marx sintetiza as relações dinâmicas entre o capital e o trabalho no processo de reprodução: "(...) como resultado do processo de produção e de valorização se apresenta antes de tudo a reprodução e a nova produção da relação entre o capital e o trabalho mesmos, entre o capitalista e o operário. Esta relação social, relação de produção se apresenta 'in fact' como uma consequência do processo ainda mais significativa que suas consequências materiais. E precisamente dentro deste processo o operário se produz a si mesmo como capacidade de trabalho e ao capital que se lhe contrapõe, da mesma maneira que o capitalista se produz a si mesmo como capital e à capacidade viva de trabalho que se lhe contrapõe. Ao reproduzir seu outro, sua negação, cada um se reproduz a si mesmo. O capitalista produz o trabalho como alheio; o trabalho produz o produto como alheio"²³.

¹⁹ Idem. p.678.

²⁰ Idem.

²¹ MARX, Karl. Grundrisse. Apud, ROSDOLSKY, Roman. <u>Génesis y estructura de El Capital de Marx</u>. México, Siglo XXI, 1979. p.305. Grifo do autor.

 $[\]frac{22}{100}$ MARX, Karl, $\frac{0}{100}$ Capital, op. cit. p.672-3.

P.419-20. Elementos fundamentales para la critica de... op. cit.

E mais, essa possibilidade de reprodução não se limita ao reencetamento, período a período, das relações capitalistas de produção entre esse capitalista e aqueles operários, ou entre tais grupos de capitalistas e tais contingentes de trabalhadores, porque na possibilidade da acumulação de capital se multiplicam as relações de produção. Mas essa ampliação das relações capitalistas de produção possui alguns limites. E esses limites à expansão do capital são estabelecidos pela totalidade dentro da qual ele se movimenta, ou seja, a totalidade do capital em funcionamento, num meio social dado, estabelecerá, por várias maneiras, os limites da expansão de cada capital individual no seu interior. assim como os do Capital Social Global. E o limite que aqui cabe apontar é o que fica estabelecido pelo volume da população assalariada: "em virtude da identidade entre mais-valia e trabalho excedente fica estabelecido um limite qualitativo para a acumulação de capital: a jornada global de trabalho, o desenvolvimento das forças produtivas e da população existente em cada caso, desenvolvimento que delimita o número de jornadas de trabalho simultaneamente exploraveis"26, ou seja, "pode conceber-se o trabalho posto em movimento pelo capital total de uma sociedade como uma jornada de trabalho (por exemplo, o trabalho total de 6 milhões de operários que trabalham uma médja de 8 horas diárias, como uma formada de 48 milhões de horas). Se esta formada de trabalho social constitui uma magnitude fixa 25, de tal modo que não se possa aumentar a massa de mais-valia através de um acréscimo da produtividade do trabalho, então somente através da transformação de uma parte maior da população em operários (ou seja, aumentando as jornadas simultâneas de trabalho) se pode gerar uma maior massa de mais-valía.²⁶ Em outras palavras, dada a taxa de mais-valia (ração entre o trabalho excedente e o necessário ou entre a mais-valia e o capital variável) e a extensão da jornada de trabalho, a massa do mais-valia gerável pola população assalariada depende do seu número. Isso é importante porque estabelece a possibilidade que o Capital Total tem de se valorizar de uma vez.²⁷ Em consequência, o crescimento da população operária aparece aqui como o "limite matemático para a produção da mais-valia pelo capital social total"28.

Por outro lado, dada a população trabalhadora e a jornada de trabalho, o acréscimo de mais-valia fica dependente da redução do trabalho necessário à reprodução dos meios de subsistência dos trabalhadores, ou seja, pelo aumento do trabalho excedente (quer dizer, aumento da mais-valia relativa). Esse aumento depende da elevação da produtividade do trabalho. Se na expansão temporal da jornada de trabalho e na multiplicação das jornadas simultâneas de trabalho se obtém um crescimento da mais-valia absoluta, pelo aumento da produtividade do trabalho obtém-se um acréscimo da mais-valia relativa.

²⁴ MARX, Karl. Grundrisse. Apud, ROSDOLSKY, Roman. op. cit. p.413. Grifo do autor.

²⁵ ROSDOLSKY, Roman. op. cit. p.282.

 $^{^{26}}$ Idem.

²⁷ Idem.

²⁸ MARX, Karl. O Capital. Apud, ROSDOLSKY, Roman. op. cit. p.283.

No entanto, a tendência do capital é unir ambos os tipos de mais-valia. Ele aspira à "máxima extensão da jornada de trabalho com a máxima quantidade de jornadas de trabalho simultaneas, simultaneamente com la redução ao mínimo, por um lado, do tempo de trabalho necessário, por outro lado, da quantidade de operários necessários essa ultima redução, acrescenta o seguinte: "o impulso do capital para a mais-valia relativa induz o capital 'a pôr como não necessários a muitos destes operários', e tal como antes no día singular de trabalho com as horas necessárias de trabalho, reduzir agora os dias de trabalho necessários em proporção com o total do tempo de trabalho objetivado. (Se para produzir 12 horas excedentes de trabalho são necessários 6 dias de trabalho (de 12 horas), o capital se esforçará para que a tal efeito bastem 4). Também se podem considerar os 6 dias de trabalho como um dia de trabalho de 72 horas: se o capital logra reduzir o tempo de trabalho necessário em 24 horas, eliminar-se-ão 2 dias de trabalho necessário, ou seja. 2 operários." "A lei: (...) aumentar o número das horas de mais trabalho", mediante a redução do trabalho necessário, "recebe aqui a forma: redutir o número dos operários necessários."30

Em outros termos, uma vez que a jornada individual de trabalho possui limites (tanto físicos como institucionais), as possibilidades de aumento da valorização do capital ficam restritas aos acréscimos de produtividade do trabalho, ou seja, ao aumento da mais-valia relativa.

Para superar, então, as barreiras que se colocam a geração de valor, faz-se necessário que o capital expanda constantemente o círculo produtivo, isto é, expanda a produção sob a forma capitalista (aumento da mais-valia absoluta) e isso porque "a mais-valia criada em um ponto demanda a criação de mais-valia em outro ponto, pelo qual o primeiro se intercambie (...). Por conseguinte, uma condição da produção fundada no capital é a produção de uma esfera da circulação constantemente ampliada, seja porque essa esfera se amplie diretamente, seja porque em seu interior se criem mais pontos como pontos de produção (...). Assim como o capital, pois, tem por um lado a tendência a criar sempre mais trabalho, também tem a tendência complementar a criar mais pontos de intercâmbio; vale dizer, e desde o ponto de vista da mais-valia ou trabalho excedente absolutos, a tendência a suscitar mais trabalho excedente como complemento de si mesmo; no fundo, a de propagar a produção baseada no capital."31

Por outro lado, deve ampliar-se o círculo consumidor dentro da circulação, pois o modo capitalista de produção também requer: "Em primeiro lugar: ampliação quantitativa do consumo existente; segundo: criação de novas necessidades, difundindo as existentes em um círculo mais amplo: terceiro: produção de novas necessidades e descobrimento e criação de novos valores de uso". Em outras palavras, o que importa é que "o tra-

²⁹ MARX, Karl. Grundrisse. Apud, ROSDOLSKY, Roman. op. cit. p.285. Grifo do autor.

³⁰ MARX, Karl. Grundrisse. Apud, ROSDOLSKY, Roman. op. cit. p.284. Grifo do autor.

³¹ MARX, Karl. Grundrisse. Apud, ROSDOLSKY, Roman. op. cit. p.262. Grifo do autor.

balho excedente obtido não fique como mero excedente quantitativo, senão que ao mesmo tempo se acrescente continuamente a esfera das diferenças qualitativas do trabalho (...); se torne mais múltipla, mais diferenciada em si mesma. Por exemplo, graças à duplicação da força produtiva já só se necessita empregar um capital de 50 onde antes se requeria um de 100, de tal modo que ficam livres um capital de 50 e o trabalho necessário correspondente; para o trabalho e o capital liberados é mister um novo ramo da produção, qualitativamente diferente, que satisfaça e produza uma nova necessidade.

Desde que encerrado num processo de totalização, cada capital tem por limite, por um lado, a necessidade social total que existe do valor de uso específico que ele produz — e Marx diz então que o capital tem por limite o consumo alheio — e, por outro lado, que a mais-valia gerada em um ponto do sistema suscita a produção de um "mais equivalente" em um outro ponto para que possa haver intercâmbio. Desse modo, acrescenta Marx que a valorização de cada capital tempor limite a produção alheia.

Os limites, então, que período a período se estabelecem à expansão do capital no seio de uma totalidade econômica são — pelo lado da geração da mais-valia global e da disponibilidade para a acumulação — as magnitudes da jornada individual de trabalho e da população assalariada, a produtividade do trabalho e a taxa de mais-valia, enquanto que, pelo lado da capitalização da mais-valia, os limites estão na necessidade social total dos produtos e na produção dos outros capitais, ou seja, no grau de aprofundamento da divisão do trabalho na sociedade como um todo.

Alguns dos argumentos que vêm sendo apresentados podem ser ilustrados através do esquema de reprodução simples tal como se encontra em O Capital. Marx introduz o problema da seguinte maneira: "Os capitais individuais constituem apenas frações cujo movimento, embora singular é parte integrante do movimento do capital social. Se observarmos, do ponto de vista do resultado, o funcionamento anual do capital social, do capital em seu conjunto, isto é, se observamos o produto mercadoria que a sociedade fornece durante o ano, veremos como o processo de reproducão do capital social se efetua (\ldots) . O produto anual abrange as partes do produto social que repõem capital, ou seja, a reprodução social, e as partes que cabem ao fundo constituído de mercadorias consumidas por trabalhadores e capitalistas: portanto, o consumo produtivo e o individual. A reprodução compreende a da classe capitalista e a da classe trabalhadora (a conservação delas), por conseguinte também a do carater capitalista da totalidade do processo de produção"33, ou seja, desde o ponto de vista da totalidade do Capital Social, "o processo global de reprodução inclui tanto o processo de consumo que se efetua por intermédio da circulação, quanto o processo de reprodução do proprio capital"³⁴.

³² MARX, Karl. Grundrisse. Apud, ROSDOLSKY, Roman. op. cit. p.263. Grifo do autor.

³³ MARX, Karl. <u>O Capital. Livro Segundo</u>. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970. p.419-20.

³⁴ Idem. p.420.

Nesse processo de reprodução do Capital Social Global, ao contrário do que é necessário para a compreensão do movimento do capital individual em geral, importa tanto o valor do produto-mercadoria quanto a sua materialidade. Como elementos da produção, as coisas constituem parte do Capital Social e tornam-se decisivas para a compreensão do processo: "a reversão a capital de parte do valor dos produtos, a transferência de outra parte para o consumo individual da classe capitalista e da classe trabalhadora constituem movimento dentro do próprio valor dos produtos em que resultou a totalidade do capital; e esse movimento é uma reposição tanto de valor quanto de matéria, sendo assim condicionado pelas relações recíprocas entre os componentes do valor do produto social e ainda pelo valor de uso desses componentes, por sua configuração material"35.

O processo de reposição do capital consumido na produção deve-se entrelaçar com o consumo da mais-valia pelos capitalistas e com o do salário pelos trabalhadores. Re assim que a produção social total será dividida segundo os dois grandes conjuntos de valores de uso necessários à reprodução das duas classes sociais: a Seção I produz meios de produção e a Seção II produz meios de consumo. Em cada seção, o valor do produto-mercadoria gerado decompõe-se em capital constante (c), em capital variável (v) e em mais-valia (m). A taxa de mais-valia da economia é de 100% e as mercadorias vendem-se por seu valor. A fração do capital fixo que não transferiu seu valor ao produto durante o período (porque não foi consumida produtivamente) não é computada nem como capital nem como valor no produto. Re assimilar de computada nem como capital nem como valor no produto.

Seção I: Capital: 4.000 c + 1.000 v = 5.000

Produto-mercadoria: 4.000 c + 1.000 v + 1.000 m = 6.000 emmeios de produção

Seção II: Capital: 2.000 c + 500 v = 2.500

Produto-mercadoria: 2.000 c + 500 v + 500 m = 3.000 em meios de consumo

Valor global do produto-mercadoria da sociedade: 9.000

As conclusões iniciais de Marx são: os 500 v e os 500 m da S II não abandonam o setor, sendo consumidos pelos operários e pelos capitalistas da própria Seção (jã que é reprodução simples, não hã acumulação, os capitalistas consomem toda a mais-valia gerada). Os 500 v despendidos pelos operários da S II na aquisição dos meios de consumo mostram que os capitalistas recuperam as quinhentas unidades monetárias que haviam adiantado na forma de salário aos trabalhadores da Seção de meios de consumo. Desaparecem do produto global 1.000 em meios de consumo. Em se-

³⁵ Idem. p.422.

³⁶ Idem.

³⁷ A série inícial e completa das hipóteses realizadas por Marx para apresentar o esquema da reprodução símples pode ser encontrada nas páginas 420 a 424 do Livro Segundo de O Capital da edição já referida. Não são reproduzidas porque não possuem importância crucial para o uso exemplificativo que se dará aquí.

gundo lugar, Marx aponta que os operários e capitalistas da Seção I despenderão seus salários e a mais-valia na aquisição de bens de consumo da Seção II. Sua demanda é de 1.000 v + 1.000 m e serátrocada pelos 2.000 c que a Seção II necessita para repor seu capital constante e que adquire na Seção I. Desaparecem mais 4.000 da produção global. Restam os 4.000 c da Seção I, que servem para repor o capital constante consumido e que são liquidados através da troca recíproca entre os capitalistas da Seção de meios de produção.

Gostaria de chamar a atenção para alguns pontos. Inicialmente que a divisão da economia social em partes — as seções que produzem os meios de consumo e de produção — se torna importante, porque são esses gêneros de mercadorias que reproduzirão materialmente o capital constante e o variável da sociedade. Estabelecem as condições materiais para a repetição do processo. Gostaria também de chamar a atenção para o fato de que cada parte do Capital Total da sociedade foi reproduzida: os 6.000 em meios de produção das duas seções, os 1.500 em meios de consumo para os trabalhadores e ainda os 1.500 para o consumo da classe dos capitalistas. Capital e trabalho foram reproduzidos. O dinheiro despendido pelos capitalistas na aquisição de força de trabalho retorna a eles no dispêndio que os operários das duas seções realizam, adquirindo os bens de consumo necessários à sua reprodução. Os capitalistas de S II recuperam o seu capital variável na troca interna do setor, e os da Seção de meios de produção o recuperam através das vendas que realizam aos capitalistas da S II. No período seguinte, os trabalhadores retornarão ao mercado para vender sua força de trabalho, recebendo salários e adquirindo os meios de consumo de propriedade dos capitalistas da S II. As condições básicas da produção capitalista reproduziram-se. Como classe, os capitalistas possuem em suas mãos a totalidade dos meios de produção (6.000) e dos meios de consumo da sociedade (3.000). No período seguinte, faz-se necessário que os dois grupos reencetem suas relações de produção. E sob as mesmas bases do primeiro período.

Portanto, ao nível das relações entre as classes envolvidas na produção capitalista, a totalidade econômica emerge como um ser que possui a propriedade de gestar, de um período produtivo para outro, as suas próprias precondições de funcionamento.

V – TOTALIDADE ECONÔMICA E RELAÇÕES DE PRODUÇÃO ENTRE GRUPOS DE CAPITALISTAS INDUSTRIAIS

Procedo, neste capítulo, ao exame das relações entre a totalidade econômica e as relações de produção entre grupos de capitalistas industriais. Diferentemente da relação capital-trabalho onde a mais-valia gerada (extraída) poderia variar de um para outro capital, dependendo de sua composição orgânica, da sua taxa de mais-valia e do número de operários colocados em atividade e que so encontrava limites para se valorizar no volume da população operária mobilizável e na produção e no consumo alheios, o lucro é uma categoria que uniformiza a remuneração dos capitais ao igualar os seus desempenhos, estabelecendo um outro tipo de laço, muito mais estreito, entre a totalidade e cada capital que atua no seu interior. O lucro, como massa apropriada por um capital individual ou como taxa de rentabilidade, é uma categoria que só pode ser compreendida a partir da totalidade do sistema. Ou seja, se há um "resultado econômico" individual para cada capital, ele só existe através da totalidade dos capitais.

O resultado econômico de um capital individual — o lucro — só é possível porque muitos outros capitais atuam lado a lado no interior de um conjunto, formando um sistema tal que estabelece para cada um deles a taxa de rentabilidade individual e daí a fração da massa total de mais-valia de que individualmente poder-se-ão apropriar. Ou seja, a capacidade de apropriação, por parte de cada capital individual, de uma parcela da mais-valia gerada pelo sistema não depende da mais-valia que

Prendo-me, aqui, ao que penso ser uma das possibilidades de interpretação da teoria dos preços de produção, explorando de modo unilateral o que está contido de maneira contraditória no Livro III de O Capital de Marx. Parece-me que ela foi colocada em evidência por Rubin (na sua obra já citada) no seu Capítulo XVIII, denominado "O Valor e o Preço de Produção". O objetivo geral desse capítulo me parece ser o de mostrar a coerência entre as teorias do valor-trabalho, da mais-valia e dos preços de produção. Os argumentos mais importantes para a criação desses laços são encontrados nas seguintes páginas: 278; 286-7; 291-2; 295; 297-304; 306-10. Não apresentarei nem mesmo toda a teoria de Marx com seus passos. Tento, no entanto, levar o que suponho ser um "achado" de Rubin até as últimas consequências, através de um exercício de imaginação, cuja propriedade, ou não, fica por determinar.

ele individualmente gera (em outros termos, da relação que cada capital estabelece com seus operários), mas das relações que ele possui com todos os outros capitais que atuam no sistema (e essas relações não são as de fornecedor ou comprador, nem as que advêm da demanda social global). Obviamente, um capital só pode estabelecer relação com outros capitais porque é capital, ou seja, porque se relaciona com o trabalho assalariado.

E a lei capitalista da apropriação - de quanto mais trabalho tiver-se apropriado, maior capacidade terá de apropriar-se de mais trabalho - que constitui a base que estabelece a magnitude da fatia que cabera a cada capital individual, à medida que a existência simultânea de vários capitais no seio de uma totalidade econômica colocará uns em relação com os outros — ou cada um em relação com todos os outros — de tal forma que a sua propria capacidade de expansão — de valorização e de acumulação — fica limitada pela existência dos demais capitais, de suas características, assim como pelas do conjunto de todos os capitais, pelas do Capital Total da sociedade. E isso porque um capital com determinadas características no seio de uma totalidade com certas qualificações obterá um resultado econômico diverso do que ele obteria no interior de um Capital Total com outras determinações. Por exemplo, um capital de 100 u.m. no interior de uma totalidade de 1,000 u.m. é diverso de um capital de cem em uma de 500. Depende então de sua magnitude relativa na totalidade do Capital Social. Por outro lado, depende das características do Capital Social Total (capital constante e variável total, taxa de mais-valia, massa de mais-valia etc.) ja que, se a massa de mais-valia total representar 15% para um capital social e 10% para outro, e ambos possuírem a mesma magnitude, isso formecera resultados individuais diversos para capitais de igual tamanho que operarem no seu interior.

Em outras palavras, a parcela de mais-valia de que cada capital individual poderá apropriar-se e que estabelecerá a sua possibilidade de acumulação (de expansão, de crescimento) é definida fora dele (ou do âmbito de suas decisões): ela estará localizada na relação que ele guarda com cada outro capital que existe nessa totalidade e na "conformação" do próprio Capital Total da sociedade. O primeiro laçõe o seu tamanho relativo (seu tamanho em relação aos tamanhos dos outros capitais ou, dito de outra forma, sua magnitude dentro do Capital Total) e o segundo depende das características do Capital Total, do volume, basicamente, de mais-valia que a sociedade como um todo pôde gerar (e que depende dos limites expostos no capítulo anterior), assim como da relação que essa massa guarda com o Capital Social Total.

Apresento, sucintamente, então, alguns elementos da teoria dos preços de produção (ou da taxa média geral de lucro). Rubin resume assim os elementos-chave da teoria: "A concorrência de capitais entre as diferentes esferas da produção leva à formação de uma taxa de lucro geral, média, e à venda das mercadorias a preços de produção, que são iguais aos gastos de produção mais o lucro médio e, quantitativamente, não coincidem com o valor-trabalho das mercadorias. A magnitude dos gastos de produção e o lucro médio, assim como suas mudanças se explicam pelas mudanças da produtividade do trabalho e no valor trabalho das mercadorias (...). Por outro lado, a taxa média de lucro e o preço de produção, que são reguladores da distribuição do capital entre os diversos ramos da produção, regulam indiretamente (através da distribuição dos

49

capitais) a distribuição do trabalho social entre os diversos ramos da produção"². Se os capitais buscam a mais elevada taxa de rentabilidade e se existe a possibilidade de eles se movimentarem, buscando aquelas atividades em que a taxa de lucro é mais alta, então isso fará com que, paulatinamente, a taxa de remuneração do capital no sistema chegue a ser uma só. A mobilidade dos capitais é, assim, uma hipótese básica para que se geste uma taxa geral de lucro: "A transferência de capital de ramos da produção com baixas taxas de lucro para ramos com elevadas taxas de lucro cria uma tendência para a igualação das taxas de lucro em todos os ramos da produção, uma tendência para o estabelecimento de uma taxa geral de lucro (...). A dita transferência tende a igualar as taxas de lucro e a estabelecer o equilibrio entre as diferentes esferas da produção"³. Essa taxa que remunera os capitais é uma relação de cada capital consigo mesmo4, é a taxa de valorização de todo o capital empregado na produção, consumido ou não. Ela é, portanto, uma parcela de mais-valia que não se relaciona com o capital variável (como a taxa de mais-valia), mas com o capital total individual.

lnicialmente, pode-se apresentar a questão assim: a composição em valor de uma mercadoria produzida por um capital expressa-se em M = c + v + m, onde c + v é o Capital Total adiantado em meios de produção (que se gastam todos, totalmente, no período) e de subsistência. Fazendo c + v = k, que nesse caso é tanto o capital total investido quanto os custos de produção, teremos que, enquanto a taxa de mais-valía é m' = m/v, a taxa de lucro será l' = m/k. Então M = k + l' . k é o preço de produção da mercadoria M. 'O preço de venda dos artigos, que inclui os gastos de produção e rende um lucro médio sobre o capital total investido, recebe o nome de preço de produção". Essa taxa de lucro (1'), no entanto, não será definida pelo próprio capital individual nem pelo ramo em que ele se insere; ela lhe sera imposta de "fora". Nesse mecanismo "capitais de valor igual investidos em diferentes esferas da produção rendem o mesmo lucro. Os capitais que diferem em seu montante rendem lucros proporcionais à sua magnitude 6. Assim, se L_i forem as massas de lucro de diferentes montantes de capitais Ki investidos em diferentes ramos da produção, então: $L_1/K_1 = L_2/K_2 = ... = 1'$.

Quando todas as mercadorias dos diferentes ramos da produção se vendem a seus preços de produção, há equilibrio dos capitais na economia; eles se igualam no sentido de que estão percebendo uma mesma taxa de remuneração. Havendo equilibrio, cessa a transferência de capitais de um para outro ramo (como cessava a de trabalho, na economia mercantil simples, quando as mercadorias se trocavam pelo seu valor-trabalho igualado). A equalização da taxa de lucro para todos os capitais de uma economia rea-

² RUBIN, Isaak Illich. Ensayo sobre la teoria marxista de valor. México, Siglo XXI, 1979. p.277.

³ Idem. p.282.

⁴ MARX, Karl. El Capital. México, Siglo veintiuno, 1978. t.3, v.6, p.56.

⁵ RUBIN, op. cit. p.283.

⁶ Idem. p.282-3. Grifo do autor.

liza a distribuição do capital entre os diferentes ramos da produção. Distribuído o capital entre os ramos, o trabalho fica também distribuído segundo as composições orgânicas do capital em cada um deles.

Apresento um quadro exemplificativo, muito simplificado, onde a economia se divide em cinco ramos de produção, onde todo o capital investido é consumido no período, onde a taxa de mais-valia é a mesma para todos os capitais, onde todos possuem a mesma magnitude, mas diferem em suas composições orgânicas:

CAPITAIS	VALOR-TRABALHO DOS PRODUTOS	MAIS-VALIA	TAXA MEDIA DE LUCRO	PREÇO DE PRO- DUÇÃO DOS PRO- DUTOS	DESVIOS DO PREÇO DE PRO- DUÇAO COM RESPEITO AO VA- LOR (E DO LUCRO COM RES- PEITO A MAIS-VALIA)		
1. 80c + 20v	120	20	22%	122	+2		
11. 70c + 30v	130	30	22	122	-8		
III.60c + 40v	140	40	22%	122	-18		
IV. 85c + 15v	115	15	22%	122	+7		
V. 95¢ + 5v	105	5	22	122	+17		
390¢ + 110v	610	110	110*	610	0		
78c + 22v	-	22	-	-	-		

FONTE: RUBIN, Isaac Illich. <u>Ensayo sobre la teoria marxista del valor</u>. México, Siglo XXI, 1979. p.295. (*) Lucro Total.

Se as mercadorias se vendessem por seus valores, forneceriam diferentes "taxas de lucro" ao longo dos cinco ramos: 20% para o primeiro, 30% para o segundo, 40% para o terceiro etc. Mas isso teria provocado deslocamentos dos capitais entre as esferas até que a taxa se equalizasse. A taxa, então, deve ser única para todos os capitais e ela será uma relação entre a mais-valia total produzida pelo sistema (110) e o Capital Social Total da economia (500). A taxa de remuneração é então de 22%. Como os cinco capitais possuem a mesma magnitude (= 100) e os seus custos de produção são iguais (c + v = 100), as mercadorias dos diferentes ramos serão vendidas pelo mesmo preço de produção (= 122). O montante total de mais-valia e o de lucro do sistema são iguais (110). O nivelamento pela taxa média geral de lucro redistribui amais-valia total por todos os capitais da economia, não segundo a mais-valia gerada no ramo, mas segundo a magnitude dos capitais: capitais de igual magnitude (100) recebem o mesmo montante de lucro (22).

Diz Marx: "Deste modo prevalece, pois, necessariamente a tendência a converter os preços de produção em formas meramente transmutadas do valor ou a converter os lucros em meras partes da mais-valia, mas que se acham distribuídas não em relação com a mais-valia gerada em cada esfera de produção em particular, senão em relação com a massa do capital empregado em cada esfera de produção, de modo que à massa de capital de

⁷ Idem. p.299.

igual magnitude, como queira que estejam compostas, correspondem partes de igual magnitude (partes alíquotas) da totalidade da mais-valia gerada pelo capital social global"⁸, ou seja, "o lucro médio não pode ser outra coisa que a massa global de mais-valia, distribuída entre massas de capital de cada esfera de produção em proporção a suas magnitudes. É a totalidade do trabalho não pago realizado e esta massa global se representa, da mesma forma que o trabalho inanimado e vivo pagos, na quantidade global de mercadorias e dinheiro que corresponde aos capitalistas"⁹.

E dessa forma, pois, que o lucro se forma a partir da totalidade do sistema sobre cada capital individual que atua no seu interior. Dada uma taxa de mais-valia, "a massa de mais-valia que se produz em uma esfera particular da produção é mais importante para o lucro médio global do capital social, quer dizer para a classe capitalista em geral, que diretamente para o capitalista dentro de cada ramo da produção em particular. Só o é para este na medida em que a quantidade de mais-valia produzida em seu ramo intervém como codeterminante na regulação do lucro médio"10. E Marx reforça ainda mais o aspecto da exterioridade da formação do lucro em relação a um capital individual qualquer, frisando que a rentabilidade de qualquer fração do Capital Social é uma determinação que emana do todo sobre cada uma de suas partes componentes, em outras palayras, que o nível de rentabilidade é uma qualidade do conjunto dos capitais individuais da seguinte maneira: "O lucro agregado ao preço de custo, se se considera esta esfera da produção em particular, está determinado não pelos limites da formação do valor que se opera no seu próprio seio, senão, pelo contrário, de uma maneira totalmente exterior"11. O resultado econômico, então, para cada capital individual é definido pela totalidade do sistema; o "direito" ao lucro deriva da extração da mais-valia por um capital qualquer (senão não seria capital), mas não da quantidade extraída; o montante recebido será tanto maior quanto maior for o capital individual (de quanto mais trabalho ele já tiver-se apropriado no passado); finalmente, a taxa de lucro é uma relação entre as duas classes sociais básicas, representadas na totalidade do Capital Social e na totalidade do trabalho não pago.

As variações da taxa geral de lucro dependem, assim, das variações na massa global de mais-valia e das variações no Capital Total. As variações da primeira dependem de alterações na jornada global de trabalho (e então da jornada média individual e do número de operários ocupados) e da taxa de mais-valia (o que nos remete às variações do trabalho excedente e necessário), o que leva, em última instância, às variações de produtividade do sistema (ou seja, ao valor-trabalho das mercadorias). Por outro lado, depende da variação da composição orgânica do Capital Total da economia, ou seja, de alterações da sua distribuição entre o capital constante e o variavel total 12 (o que também é remissível às

⁸ MARX, op. cit. p.220.

⁹ Idem. p.221.

¹⁰ Idem. p.211.

¹¹ Idem. p.212.

¹² Idem. p.210.

variações de produtívidade do sistema). Em outras palayras, a taxa geral está determinada pela composição orgânica dos capitais nas diferentes esferas da produção e pelas diferentes gerações de valor que de-las decorrem, assim como "pela distribuição do Capital Social Global nessas diferentes esferas, isto é, pela magnitude relativa do capital investido em cada esfera particular, (...) quer dizer, pela participação quantitativa proporcional do Capital Social Global absorvida por cada esfera particular da produção 13. Por fim, dada uma taxa de lucro no sistema, os preços de produção de uma esfera qualquer da economia podem variar, também em última instância, por alterações que decorrem de variações na produtividade do trabalho. Da seguinte maneira: "Se a taxa média de lucro não varia, então os preços de produção variamquando variam os custos de produção. Os custos de produção de determinadas mercadorias variam nos seguintes casos: 1) quando a quantidade relativa de meios de produção e o trabalho necessário para a produção variam. ou seja, quando varia a produtividade do trabalho na esfera considerada da produção, dados preços constantes; 2) quando os preços dos meios de produção variam; isso pressupõe variações na produtividade do trabalho nos ramos que produzem esses meios de produção (se permanecem constantes as quantidades relativas de bens de produção e de força de trabalho). Em ambos os casos, os custos de produção variam em relação com as variações na produtividade do trabalho e, consequentemente, na relação com as variações no valor trabalho"14

Isso posto, as ideias que gostaria de deixar registradas são simplesmente as que seguem. A mobilidade dos capitais é importante (desde um ponto de vista genético-formal ou genético-histórico), para que se chegue a "construir" a totalidade econômica capitalista na qual a taxa média geral de lucro comparece como laço sintético. Ela, a taxa geral de lucro, organiza a economia distribuindo os capitais e as respectivas remunerações, mas, uma vez totalizado o sistema, ocorre um efeito do conjunto sobre as partes de tal modo que o pressuposto mesmo — a mobilidade - pode ser abandonada (ou modifica-se), pelo menos nos termos da proposição em que ele gera a totalização. Constituída a totalidade econômica, ela "retorna" e transforma as regras do jogo, por assim dizer. Ela reorganiza a sua interioridade, ela modifica o seu próprio pressuposto gerador. Se a totalização pela taxa de lucro medio é um resultado¹⁵, logo ela passa a ser causa. Marx mesmo assinalou que existem graus de desenvolvimento do capitalismo que se encontram "refletidos" no conjunto de teorias por ele formuladas, ou, pelo menos, é o que penso que se pode depreender dos fragmentos que seguem: 1) "é totalmente apropriado considerar os valores das mercadorias não só teoricamente, senão também historicamente, como o prius dos preços de produção 116;

¹³ Idem. p.205.

¹⁴ RUBIN, op. cit. p.290-1. Grifo do autor.

MARX, op. cit. p.221. Onde se le: "O problema realmente difícil neste caso é o seguinte: como esta nivelação dos lucros chega a se converter na taxa geral de lucro, já que esta obviamente é um resultado e não pode ser um ponto de partida."

¹⁶ MARX, op. cit. p.224. Grifo do autor.

2) "o que a concorrência faz, pelo menos em uma esfera, é o estabelecimento de um valor de mercado e um preço de mercado uniforme a partir dos diversos valores individuais das mercadorias. Mas só a concorrência dos capitais nas diversas esferas fixa o preço de produção, que nivela as taxas de lucro entre as diferentes esferas. Para este último se requer um desenvolvimento superior do modo capitalista de produção que para o anterior" ¹⁷. Ou seja, o nivelamento em uma esfera da produção pelo trabalho socialmente necessário requer um grau mais baixo de desenvolvimento do capitalismo do que o que é requerido para que impere o lucro médio na economia. Quer me parecer que existe uma possibilidade na teoria dos preços de produção que so se toma visível quando a totalização do sistema se faz pela proposição de Rubin (a taxa de lucro como uma relação entre a mais-valia total e o capital total da economia) e não pela esfera de composição média como Marx faz mais frequentemente. Parece-me que Marx realiza a demonstração das partes em direção ao todo (e parece-me também muito preocupado em efetivar uma aproximação entre o valor-trabalho das mercadorias e os preços de produção, assim como entre o lucro médio e a mais-valia a nível dos capitais individuais) não explorando o sentido contrário, embora se encontrem numerosas passagens (como algumas já citadas) em que manifesta a primazia de capital total sobre seus elementos constituintes, os capitais individuais. Finalmente, Marx estabelece também "regiões" onde ocorre o nivelamento pela taxa geral de lucro quando existem monopólios no sistema: "em nada mudaria isto se alguns capitais, em determinadas esferas da produção, não estivessem submetidos ao processo nivelador por quaisquer motivos. O lucro médio se calcularia então segundo a parte do capital social que entra no processo de nivelamento"18.

Quero assinalar que a exclusão de grupos monopólicos ou oligopólicos não é necessária, uma vez que se passe a um outro momento teórico em que a taxa geral de lucro "sintetiza" a economia. Para isso, pode-se argumentar que tudo o que ha para distribuir entre os capitais de uma dada sociedade, em um período de tempo, é simplesmente o trabalho não pago: uma massa determinada e limitada de mais-valia que se expressa em mercadorias e dinheiro nas mãos da classe dos capitalistas. Se oligopólios e monopólios (ou os grandes proprietários fundiários) podem'receber" algo mais pelas mercadorias que vendem (ou pelas relações de produção que estabelecem, no caso dos proprietários fundiários), isso só pode ser retirado do fundo comum "construído" pelo Capital Total para efeitos dessa distribuição. O capital adiantado na forma de custos de produção (c + v) é recuperado, o acréscimo por sobre esses custos édeterminado pela totalidade do capital. Então os superlucros de uns devem ser retirados dos lucros menores de outros. Caso contrário, os superlucros de monopólios ou oligopólios (ou a renda diferencial para os proprietários fundiários) deveriam ter por origem o éter, por exemplo. Uma vez que se encerre o sistema em uma totalidade, o que há a distribuir entre os capitais é simplesmente, e mais nada, valor (ou melhor, mais valor). E o montante de valor que a sociedade extraiu no período é um "estoque", por assim dizer. Está dado. As "remunerações" dos ca-

¹⁷ Idem. p.228.

¹⁸ Idem. p.221.

pitais deverão ser daí retiradas e penso que não existe outro "lugar" onde busca-las. É nas Teorias sobre a mais-valia que se encontra, em Marx, uma ideia semelhante: "Efetivamente o produto do capital em cada esfera da produção particular não está de maneira nenhuma determinado unicamente pela quantidade de trabalho não pago que ele mesmo 'produziu', que ele joga no pote da massa de lucros, donde os capitalistas individuais tiram partes na proporção de suas cotas do capital total" Reforço, então é só nesse "depósito" que os capitalistas poderão buscar os lucros ou os seus superlucros. O que eu acho difícil é que se possam excluir desse "mecanismo" os monopólios e oligopólios, só aí existe uma fonte para as "retiradas", não vejo outra alternativa.

Cabe ainda tecer algumas considerações a respeito da mobilidade dos capitais individuais. A idéia mais geral e utilizada é a de que os capitais se deslocam entre atividades produtivas diversas, deixando de produzir um tipo de valor de uso para produzir outro. No entanto, mobilidade é também, o simplesmente, a capacidade de se mover. E esse mover-se, se permanecermos dentro da própria natureza do movimento do capital, pode ser tão-somente o valorizar-se, o acumular, o crescer. Se a concorrência entre os capitais no processo gerador da totalização econômica se caracteriza pela transferência de atividade para os ramos que estão fornecendo a mais alta taxa de remuneração, uma vez totalizado o sistema, a concorrência pode tomar a forma da maior acumulação possível. E a razão para isso seria a de que aquilo que qualquer capital individual necessita é assumir a maior magnitude possível no interior dessa totalização. Qualquer capital precisa crescer, e o mais possível, pois sua magnitude (dada uma taxa de lucro nivelada no sistema) lhe dara condições para colher a maior fatia da massa de mais-va--lia gerada pelo capital como um todo. De maneira simples: o direito ã maior parte do espólio cabe ao maior.

De uma outra forma pode-se assinalar que, quando os capitais individuais se movem, eles estão expressando, ao mesmo tempo, as reorientações, as redistribuições do Capital Social Total. É este que vai modificando a sua forma; é o Capital Total que vai-se redistribuindo entre as partes, que vai-se multiplicando e diversificando, se conformando. No processo de totalização, os capitais individuais afluem para as esferas que estão-se expandindo mais rapidamente. Por que a mobilidade não pode ser simplesmente a diversificação de um capital qualquer que passa a atuar simultaneamente em várias esferas produtivas ou em vários "pontos" da produção e da circulação? Um capital qualquer pode seguir-se valorizando em um ponto e acumular em outro, já que a idéia da mobilidade dos capitais não envolve que ele cerre suas portas em uma es-

MARX, Karl. <u>Théories sur la plus-value</u>. Livre IV du "Capital", Tome II. Paris, Editions Sociales, 1975. p.69. O primeiro grifo é do autor, o segundo é meu. No original "shares".

RUBIN, op. cit. p.281, onde se 1ê: "O capitalista dirige seu capital para uma ou outra esfera da produção segundo o grau em que o capital investido na dita esfera aumenta. A distribuição do capital entre esferas diferentes da produção depende da taxa de aumento do capital nelas."

fera da produção, para, depois, abri-las em outra. A idéia é que o Capital Total está distribuído e vai-se redistribuíndo. Se ele é o conjunto, deve suscitar as compatibilidades internas. Os ajustamentos entre suas partes. Ele deve promover o equilíbrio dos desequilíbrios.

Por outro lado, se existisse a possibilidade de uma tal totalização pela taxa média de lucro, se ela compreendesse em si todos os capitais que atuassem no seu interior e se fosse a magnitude de cada capital individual que estabelecesse o montante de lucros que ele perceberia no período, então seria possível imaginar algumas consequências.

Gostaria de assinalar que, se a natureza da concorrência se alterasse, se ela não mais se expressasse pelas transferências, mas simpela acumulação pura e simples, ela se tornaria compatível com as gigantescas imobilizações em capital fixo. É como se o império da tala permitisse o surgimento do contrário do seu processo gerador. A remineração pela parte aliquota do Capital Total da sociedade furia com que os grandes capitais, mesmo que tivessem elevadas composições orgânicas e baixas taxas de geração de valor, tivessem possibilidade e condições de seguir existindo no seio da totalidade. E mais, essa possibilidade teria sido engendrada pela própria totalização do sistema. Isso permitiria, também, que se superassem (até um certo ponto) certas características do sistema antes que a taxa geral se impusesse. A mobilidade dos capitais, perseguindo a maior taxa de lucro, remunerá-los-ia pelo risco, pela produtividade, pela invenção. Sería um sistema com altos níveis de descontrole e insegurança. O segundo momento, o da concorrência, segundo o crescimento dos capitais, envolveria a redução desses riscos, o controle das invenções e da difusão do progresso técnico assim como o da possibilidade de lançar mão da capacidade ociosa (porque a taxa incidiria sobre todo o capital e não so sobre a parte consumida). E mais, criar--se-ia a possibilidade de controlar o crescimento do proprio capital individual de acordo com a necessidade de manutenção ou de expansão da participação dentro da massa global de mais-valia. Apareceria, também, a necessidade de convivência e recriação contínuas de pequenos e médios capitais. Permitiria mesmo, se se quisesse, a flutuação da taxa de mais--valia no interior do sistema, ou que alguns setores permanecessem operando com baixas composições orgânicas. Marx mesmo assinala que a existência de um capital individual que não utilizasse nenhuma força de trabalho — no exagero da automação total —, ou seja, que não empregasse operário algum, obteria da mesma maneira que os outros o lucro médio do sistema. Ži E isso porque a relação de produção entre os capitalistas, que se consubstancia no lucro médio, depende da relação global que existe entre as duas classes sociais básicas. Um capital absolutamente automatizado não extrairia diretamente nenhuma mais-valia, mas, através

No hivro III d'<u>O</u> <u>Capital</u> já citado, na pagina 249, pode-se ler: "Um capitalista que não empregasse em sua esfera de produção capital variável algum, e que portanto não empregasse operários (hipótese exagerada, na verdade) estaria igualmente interessado na exploração da classe operária pelo capital e obteria exatamente do mesmo modo seus lucros do sobretrabalho não pago ..."

da totalidade, e por ser capital ao lado de outros capitais, perceberia, igual que os outros, o seu lucro médio. 22

Resta enfim registrar que, segundo Marx, o nivelamento pela taxa geral não é mais que uma tendência²³, já que o sistema se encontra em desequilíbrio, em movimentos permanentes e, mais, que existem períodos de nivelamento²⁴, o que implica períodos alternativos em que a igualação se rompe.

Ao longo dos três últimos capítulos expus como os três níveis básicos de relações de produção se relacionavam com a totalidade econômica. Concomitantemente, emergiram as vinculações entre os conceitos: do valor surgiu a mais-valia e dessa, o lucro. O cojunto de todas as relações básicas de produção, que são sintetizadas, em última instância, pela taxa média geral de lucro, forma a totalidade econômica de uma sociedade capitalista. No próximo capítulo busco as razões do movimento dessa totalidade.

²² Para uma opinião contemporânea e radicalmente oposta, que leva em consideração as perplexidades que o movimento do capital coloca atualmente, ver TAVARES, Maria da Conceição. O movimento geral do capital: (Um contraponto à visão da auto-regulação da produção capitalista). Estudos Cebrap, São Paulo, Brasileira de Ciências, (25). Para essa autora, a regulação da economia pela taxa de lucro medio e a mais--valía, entre outros, perdem capacidade explicativa à luz do desenvolvimento tecnológico, das oligopolizações, da intervenção do Estado e da pequena significação da força de trabalho na economia como um todo. O que devo observar é que talvez se esteja tomando las características da parte e fazendo-as transbordar para o todo. Mesmo que essa parte seja a mais "dinâmica" e uma das principais responsaveis pelo desempenho do sistema, nem por isso me parece que pode continuar existindo sem a sua contrapartida no interior da totalidade. A "especialização" em capital constante por parte de uns envolve a existência simultânea de outros não "especializados" da mesma maneira (e isso pode não passar de um ranço dualista). Penso que se pode estar tomando a parte pelo todo. Quando é o capitalismo que coexíste com as "formas atrasadas", é por ele que se percebe o movimento do todo. Mas, nesse caso, pode-se apontar que o que está em pauta é um capital total com "especializações" espelhadas: o uso restrito de força de trabalho por alguns capitais envolve sua ampla utilização por outros. Se algumas partes do Capital Total operam com elevadas composições orgânicas, elas "sobrevivem" porque outras partes não se acham compostas da mesma maneira. O trabalho morto continua sendo animado pelo trabalho vivo mas, agorasim, através da totalidade nivelada pela taxa geral de lucro. Ver a respeito dessa questão os argumentos que aparecem em "O surgimento de novas esferas da produção com menor composição orgânica do capital" In GROSSMANN, Henryk. <u>La ley de la acumulación y del derrumbe del sistema capi-</u> talista. Mexico, Siglo Veintiuno, 1979. p.217-21.

Ou seja, expressa um ponto de fuga em fuga permanente, dado que expressa o ponto de vista da ordem, do equilíbrio, numa sociedade que, ao menos do ponto de vista econômico, não se caracteriza por isso na superfície dos seus acontecimentos.

²⁴ MARX. Théories sur la plus-value. op. cit. p.22.

VI – ACUMULAÇÃO E CRISE

A taxa geral de lucro, no entanto, apresenta uma tendência à queda na longa duração. A tendência é contra-restada por uma série de forças que obstaculiza a sua efetivação que, entretanto, não pode evitar que de tempos em tempos ela se imponha à totalidade econômica gerando a crise, ou seja, a interrupção da acumulação do Capital Total. O elemento mais importante para justificar esse movimento tendencial é a existência de uma outra tendência: a de elevação da composição orgânica do capital na economia. Marx diz a respeito: "Se supuscrmos ademais que esta modificação gradual na composição do capital ocorre não só em esferas isoladas da produção, senão, em maior ou menor grau, em todas as esferas da produção, ou pelo menos nas decisivas, isto é, que la dita modificação encerra transformações na composição orgânica média do capital global pertencente a una sociedade determinada, então este paulatino aumento do capital constante em relação ao variável deve ter necessariamente por resultado uma baixa gradual na taxa geral de lucro, se se mantêm constantes a taxa de mais-valia ou o grau de exploração da força de trabalho por parte do capital. Mas se revelou como uma lei do modo capitalista de produção que, com seu desenvolvimento, se opera uma diminuição relativa do capital variável em relação ao constante e, desse modo, em relação com o capital global posto em movimento. (...) Com a progressiva diminuição relativa do capital variável com respeito ao constante, a produção capitalista gera uma composição orgânica crescentemente mais alta do capital global, cuja consequência direta é que a taxa de mais-valia, mantendo-se constante o grau de exploração do trabalho e inclusive se este aumenta, se expressa em uma taxa geral de lucro constantemente decrescente".

A tendência à queda da taxa geral de lucro manifesta-se a nível do capital como um todo e só expressa uma tendência a uma "proporção decrescente entre a própria mais-valia e o capital global adiantado e, portanto, é independente de qualquer distribuição arbitrária dessa mais-valia entre diversas categorias" (ou seja, não depende nem do número, nem da magnitude dos capitais existentes, nem mesmo de como a mais-valia será repartida entre as várias categorias de proprietários a título de lucros, juros, renda da terra etc.). E mais, a tendência é fruto de uma alteração relativa e não absoluta de proporção entre as partes que compõem o capital, pois a "proporção se altera não porque diminua a massa de trabalho vivo, senão porque aumenta a massa de trabalho já objetivado que aquele coloca em movimento. A diminuição é relativa, não

MARX, Karl. El Capital. Libro tercero. México, Siglo veintiuno, 1978. t.3, v.6, p.270-1. Por outro lado, pode-se encontrar um exemplo numérico onde a taxa de mais-valia e a composição orgânica se elevam, enquanto a taxa geral de lucro segue caindo (depende, e óbvio, da intensidade das variações de cada variável) em ROSDOLSKY, Roman. Genesis y estructura de El Capital de Marx. México, Siglo XXI, 1979. p.442. Grifo do autor.

² MARX, op. cit. p.273.

absoluta, e de fato nada tem a ver a magnitude absoluta. Lo trabalho e do sobretrabalho postos em movimento. A baixa da taxa de lucro não se origina em uma redução absoluta, senão somente relativa do componente variável do capital global, em sua redução em comparação com o componente constante do mesmo". Em outras palavras, isso quer dizer que a vigência da tendência à queda é compatível com a expansão econômica, com a acumulação de capital.

E Paul Mattick justifica a tendência à elevação da composição orgânica com efeitos depressores sobre a taxa geral de lucro do seguinte modo: "De qualquer maneira que a mais-valia esteja transformada e repartida (...), no que concerne ao capital global, é ela que determina a taxa de lucro e, do mesmo modo, a da acumulação. É como o capital total, da mesma forma que todo o capital individual, muda de composição orgânica no curso da acumulação, isto é,que o capital constante cresce mais rapidamente que o variável, a taxa de lucro que se calcula em relação ao capital total, mas que não é produzida senão por sua parte variável, deve necessariamente baixar. Tal não é o caso se o grau de exploração da força de trabalho aumenta mais rápido que a composição orgânica do capital; mas, segundo Marx, isto não pode prosseguir indefinidamente, pois a exploração sempre aumentada de um número de operários sempre mais restrito em relação a um capital sempre maior se choca com limites sociais e naturais absolutos"⁴.

Quanto 203 fatores contra-restantes à queda da taxa geral de lucro, que se exerçem pela redução da composição orgânica do capital (via, por exemplo, desvalorização do capital constante) e pela elevação da taxa de mais-valia, cabe colocar a questão proposta por Rodolsky: "Ninguém pode negar que estes fatores se achem operando; a pergunta é em que medida podem impor-se". Ou seja, embora prevaleça a tendência à queda da taxa de lucro, essa pode ser amortecida, protelada ou, até mesmo, transitoriamente revertida, através da lação das forças contra-restantes. Diz Marx: "Mas a mais-valia, enquanto soma global, está determinada em primeiro lugar por sua taxa, mas em segundo lugar pela massa de trabalho simultameamente empregado com essa taxa ou, o que é a mesma coisa, pela magnitude do capital variável. Em um sentido, aumenta um dos fatores, a taxa de mais-valia; no outro, diminui (relativa ou absolutamente) o outro fator, o número de operários. A medida que o desenvolvimento da força produtiva faz diminuir a parte paga do trabalho empregado, aumenta a mais-valia porque aumenta a sua taxa; mas na medida em que faz diminuir a massa global do trabalho empregado por um capital dado, faz diminuir o fator do número pelo qual se multiplica a taxa de mais-valia para obter sua massa. Dois operários que trabalham 12 horas diárias não podem produzir a mesma massa de mais-valia que 24 operários que só trabalham duas horas cada um. (...) Por isso, neste aspecto, a compensação da redução no número de operários mediante o incremento do grau de exploração do trabalho encontra certos limites insuperáveis; pelo que pode certamente obstaculizar a queda da taxa de lucro, mas não anula-la".

³ Idem. p.276.

MATTICK, Paul. Henryk Grossmann, théoricien de l'accumulation et de la crise. In: GROSSMANN, Henryk. Marx, l'économie politique classique et le problème de la dynamique. Paris, Champ Libre, 1975. p.17.

⁵ ROSDOLSKY, op. cit. p.448.

⁶ MARX, op. cit. p.317-8.

Se a mudança gradual de proporção entre o capital constante e o variável de uma economia (que não é mais que a expressão em valor de uma produtividade crescente) coloca em movimento uma relação sintética da importância da taxa geral de lucro, então esses dois movimentos, combinados, devem permitir o exame dos traços essenciais do movimento global da economia. Em outras palavras, penso que eles são argumentos-chave para que se torne possível a compreensão do ciclo econômico na acumulação de capital.

Arrolo, inicialmente, algumas questões colocadas por Marx e por Grossmann: dado que o "processo capitalista de produção é, essencialmente e ao mesmo tempo, um processo de acumulação", de que maneira as "mesmas causas que influem sobre a acumulação são as que provocam a queda da taxa de lucro"? 8 De que forma deve se apresentar então esta lei bifacética da diminuição da taxa de lucro e do aumento simultâneo da massa absoluta de lucro, derivados das mesmas causas?" As "mesmas causas que provocam uma redução absoluta da mais-valia e, portanto, do lucro sobre um capital dado (...) produzem também um aumento na massa absoluta da mais-valia e, por conseguinte, do lucro, apropriada pelo capital social (isto é, pela totalidade dos capitalistas). Como deve explicar-se isto então, como pode se explicar por si mesmo, ou que condições encer-ra esta contradição aparente?" E Grossmann, afirmando que la teoria do colapso do modo de produção capitalista (a transitoriedade histórica desse modo de produção) constitui o pressuposto necessário para a compreensão da teoria das crises - dos ciclos - com a qual se acha estreitamente vinculada¹¹, pergunta: "Como, e de que modo, a acumulação pode conduzir ao colapso a produção capitalista se deixarmos de lado, por um momento, as tendencias contrarias as quais Marx se refere?"12.

⁷ Idem. p.277.

EGROSSMANN, Henryk. La ley de la acumulación y del derrumbe del sistema capitalista. México, Siglo veintiuno, 1979. p.15.

⁹ Idem. p.15. Grifo do autor.

¹⁰ MARX, op. cit. p.281. Grifo meu.

¹¹ GROSSMANN, La lev ... op. cit. p.44.

¹² Idem. p.54. Grifo do autor. O método é consistente com o de Marx, pois a formulação da mais importante lei econômica, segundo Marx, a da tendência à queda da taxa de lucro, toma em consideração um dos efeitos contraditórios e simultaneamente existentes que resultam da elevação da composição orgânica do Capital Total da sociedade, qual seja, o da redução relativa da massa de mais-valia produzida. O outro efeito da elevação da composição do capital, que pode resultar em um aumento da massa de mais-valia — através da elevação da produtividade do trabalho — e que se expressa numa elevação da taxa de mais-valia relativa (num ramo qualquer ou na redução do valor do trabalho socialmente necessário à reprodução da força de trabalho pelo aumento de produtividade na seção de meios de subsistência) é apresentado por Narx como uma das forças contra-restantes a queda da taxa de lucro. Além disso, como jã foi citado, Marx considera a queda da taxa geral de lucro como o efeito predominante.

E Grossmann logo coloca o seu objetivo, dizendo que "nossa tarefa consiste em mostrar de que modo o processo de reprodução capitalista (...) se move necessariamente em movimentos cíclicos ascendentes e descendentes, que se repetem periodicamente e que conduzem finalmente ao colapso do sistema capitalista" 13.

E Grossmann, afirmando que "a condição característica, determinante, da marcha da reprodução capitalista" é o lucro, uma vez que o processo de produção capitalista é, ao mesmo tempo, um processo de trabalho e um processo de valorização e que somente este último é fator essencial e estimulante da produção 15, e também que a "ampliação das instalações produtivas, a acumulação é tão-somente uma função da valorização, ou seja, da magnitude do lucro" 16, resume o problema fundamental que tenta esclarecer da seguinte maneira: "Como se configuram as relações entre o lucro e a acumulação de capital? No processo de acumulação, o lucro permanece constante, cresce ou bem se reduz? A questão consiste, pois, na determinação exata das variações da mais-valia no curso da acumulação de capital. A resposta a essa questão também nos ilustrará a respeito do movimento ondulatório e das oscilações conjunturais que se produzem durante a marcha da acumulação de capital" 7. Por fim, "pode a acumulação prosseguir ilimitadamente, sem que o processo de reprodução, ou seja, visto desde o ângulo capitalista, o processo de valorização, se detenha?" 18

Grossmann busca a crise que decorre da acumulação de capital, que é função da acumulação 19, a crise que surge da natureza do capital 20, que como tal é um colapso da rentabilidade 21 e que não pode ter por origem nem a ascensão dos salários 22, nem a contração do crédito 23, nem as variações no valor do dinheiro 24, nem as modificações dos preços das mercadorias 25, nem mesmo as desproporções entre os setores produtivos ou a realização das mercadorias.

¹³ Idem. p.55.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Idem. p.56.

¹⁶ Idem. p.56. Grifo do autor.

¹⁷ Idem. p.57. Grifo do autor.

¹⁸ Idem. p.63. Grifo do autor.

¹⁹ Idem. p.64.

²⁰ Idem. p.65.

²¹ Idem. p.64.

²² Idem. Nota 38. p.64.

²³ Idem. p.65.

²⁴ Idem. p.67.

²⁵ Idem.

Para responder às suas perguntas, Grossmann lança mão do esquema de reprodução proposto por Otto Bauer 26 , assinalando como vantagens desse esquema o fato de l)"levar em conta sem limitação alguma o progresso técnico que se vai impondo, isto é, o desenvolvimento das forças produtivas, e mostra uma composição orgânica constantemente crescente do capital 127 , sendo que essa "acumulação fundada em uma composição orgânica sempre crescente do capital significa que os empresários, da maisvalia m obtida cada ano (após deduzir a parte k destinada ao consumo pessoal), aplicam uma parte progressivamente crescente à formação do capital constante adicional ($a_{\rm C}$) e uma parte relativamente menor à formação do capital variável adicional ($a_{\rm V}$)" 28 ; 2) que "existem regras fixas, às quais a acumulação deve responder, o capital constante cresce duas vezes mais rápido que o variável 129 ; 5) que "embora os capitalistas aumentem de forma absoluta o seu consumo, devido à crescente produtividade e à cres-

Bauer elaborou seus esquemas para refutar as teses de Rosa de Luxemburgo apresentadas em A Acumulação de Capital. O esquema visa amostrar que, respeitando a proporcionalidade entre os dois grandes departamentos da produção social, não so não aparece a necessidade de mercados externos não-capitalistas para a realização da mais-valia, como também que não se colocava a possibilidade da crise geraledefinitiva do capitalismo. Hilferding, Kautsky e também Lenin valorizaram muito o trabalho de Bauer como refutação às teses de Rosa.Resumos dos debates e sua história podem ser encontrados, entre outros, em GROSSMANN, H. Ensayos sobre <u>la teoria de las crísis</u>. México, Pasado y Presente, 1979, onde se encontra uma introdução de Gabriela Bonacchi sobre o desenvolar do debate; em ARICO, José. Otto Bauer In: COLLETTI, Lucio. El Marxismo y el "derrumbe" del capitalismo. México, Siglo Veintiuno, 1978. Os equívocos do debate travado em torno dos esquemas de reprodução de Marx são remetidos, por Grossmann, a incompreensões de ordem metodológica (sobre as funções dos esquemas de reprodução ao longo de O Capital) que incluíram a confusão dos esquemas com a realidade e por erros "técnicos": as diferentes taxas de lucro dos dois setores exigiriam a formação dos preços de produção que, por sua vez, eliminariam os resíduos invendáveis de Rosa ou a solução creditícia de Hélène Bauer. A respeito, pode-se ver In GROSSMANN, H. Ensayos sobre la ... op. cit. particularmente na carta a Paul Mattick de 16 de setembro de 1931, e o estudo da autoria de Grossmann que leva por título La transformación de los valores en precios em Marx y el problema de las crisis inserto na mesma obra. Na coletânea citada de Colletti, encontra-se um estudo de sua autoria sobre Grossmann. A evolução do debate entre Rosa e los neo-harmonicistas com a participação de Grossmann pode também ser encontrada no Prefacio de Jorge Tula à Ley de la acumulación ..., jácitada. Por fim, sobre questoes não-econômicas que envolveram o debate sobre o colapso ou não do capitalismo, ver PANNEKOEK, Anton; KORSCH, Karl e MATTICK, Paul. Derrumbe del capitalismo o sujeto revolucionario. México, Pasado y Presente, 1978.

²⁷ GROSSMANN, H. <u>La ley de la</u> ... op. cit. p.68.

²⁸ Idem. Nota 57, p.68.

²⁹ Idem. p.70. Grifo do autor.

cente massa de mais-valia, podem destinar uma parte cada vez maior da mais-valia à acumulação (30, 4) que "ademais se estabelece a proporcio-nalidade entre a acumulação realizada em ambos os setores do esque-ma" 31; por fim, que a taxa média geral de lucro cai ao longo do tempo 32. Por outro lado, o erro fundamental que Grossmann aponta no esque-ma que vai utilizar é o de que, malgrado se eleve a composição orgânica do capital, a taxa de mais-valia permanece constante. 33

Esse tipo de "erro", no entanto, deve ser tomado como uma proposição consistente com o problema que Grossmann quer resolver, pois a elevação da taxa de mais-valia (que acompanha à elevação da composição orgânica do Capital Social) é parte das forças contra-restantes à queda da taxa de lucro. E, numa primeira etapa do seu trabalho, como foi acima citado, ele deixa de lado a latuação daquelas forças. Quando o próprio aumento da produtividade fornece dois resultados contraditórios é forçoso abandonar um de cada vez para que se torne possível a análise dos efeitos, ainda mais quando, segundo Marx, o efeito preponderante é o que resulta na queda da taxa de lucro. Logo, ao iniciar o exame das causas contra-restantes, Marx diz o seguinte: "Os procedimentos para a geração de mais-valia relativa desembocam, em geral, no seguinte: por um lado, converter em mais-valia a maior quantidade possível de uma massa de trabalho dada, e por outro empregar a menor quantidade de trabalho, em geral, em relação ao capital adiantado; de modo que os mesmos motivos que permitem incrementar o grau de exploração do trabalho impedem que com o mesmo capital global se explore tanto trabalho quanto antes. São estas as tendências antagônicas que, enquanto trabalham no sentido de um aumento da taxa de mais-valia, propendem simultaneamente à diminuição da massa de mais-valia gerada por um capital dado e, portanto, a baixa da taxa de lucro"34. Então, se a tendência à queda da taxa de lucro leva o sistema ao colapso, é necessário ver que forcas atuam nesse sentido ou como se comporta a produção quando se suspendem as forças antagonicas; se não houvesse esse "erro" no esquema de Bauer, Grossmann não poderia realizar a sua demonstração. Do meu ponto de vista, essa "simplificação", esse "isolamento", essa "falsificação" ou mesmo "deformação" é não somente necessária para o que o autor quer demonstrar como também perfeitamente consistente com a proposição de Marx e a dele proprio, à medida que a resultante que prevalece entre todas as forças contraditóriase que se impõem periodicamente é a tendencia à queda da taxa de lucro.

Por fim, devo registrar que, segundo Grossmann, "para o problema das tendências de desenvolvimento da acumulação de capital de nosso mecanismo total fictício, perde toda a significação a diferenciação entre

³⁰ Idem. p.70.

³¹ Idem. Grifo do autor.

 $^{^{32}}$ Idem.

³³ Idem. p.68. Onde se lê: "excetuando alguns erros que, por outro lado, não têm por que incomodar-nos aqui", e logo remete, na nota correspondente, à constância da taxa de mais-valia.

³⁴ MARX, op. cit. p.298.

valores e preços de produção (...) na medida em que não se trata de esferas da produção senão de sua totalidade, do mecanismo social total:e a soma dos preços de produção pagos não pode ser maior que a soma dos valores presentes originalmente, condicionados pelo tempo de trabalho socialmente necessário"35. Decorre disso que, no esquema de Bayer transformado por Grossmann, não interessa a divisão entre os dois grandes setores da produção social e suas relações de troca segundo que Gros-Smann faz constar em carta a Paul Mattick: "Quanto ao meu esquema, a situação é completamente distinta. Como pode ver em meu livro, paramim, as esferas individuais são irrelevantes. Além disso, só tomo em consideração a soma dos dois setores. E a coisa resulta óbvia, jáque me proponho colocar em evidência a tendência da acumulação, sua dinâmica, para a sociedade em seu conjunto, prescindindo do modo em que o capital acumulado se subdivide entre as esferas individuais. Para mim so são importantes o dado real da acumulação de capital e suas consequências"35.

Apresento, então, o quadro de Grossmann referente à acumulação de capital, e registro certas observações a respeito: "denomino as magnitudes ac e av taxa de acumulação do capital constante e do capital variável respectivamente, e, para evitar mal-entendidos, friso com especial insistência o seguinte: as mencionadas magnitudes expressam um duplo significado. Por um lado, são relações numéricas, uma taxa, na medida em que se trata de determinar sua magnitude. Essa depende da magnitude do capital social ja acumulado, e se toma em nosso esquema como uma magnitude constante. Sempre alcança a 10% de c ou a 5% de y.Precisamente por isso as magnitudes ac e av são taxas de acumulação. Por outra parte, ac e av expressam magnitudes absolutas, uma massa, isto é, aquelas partes componentes da mais-valia m mudam (crescem) de magnitude absoluta, de ano em ano se acumulam. Assim a taxa de acumulação é também um indicador de uma massa mutante de acumulação, e precisamente essa circunstância e decisiva para nossa consideração 37. E mais, é uma sociedade capitalista isolada, sem comércio extérior, sem governo, sem outras classes sociais que não sejam a capitalista e a operária, sem crédito, e em que a taxa de mais-valia permanece constante, embora suba a composição orgânica do capital social e, consequentemente, caia a taxa geral de lucro. Os símbolos utilizados são os seguintes: c é o capital constante; v é o capital variavel; k é a parcela da mais-valia que atende ao consumo dos capitalistas; ac é a parcela da mais-valia que é acumulada sob a forma de capital constante, enquanto av é a que ē acumulada como capital variavel.

³⁵ GROSSMANN, op. cit. Nota 64. p.72. Grifo do autor.

³⁶ GROSSMANN. Ensayos ... op. cit. p.256-7. Grifo do autor.

³⁷ GROSSMANN. <u>La ley de la acumulación</u> ... cp. cit. Nota 96. p.79-80. Grifo do autor.

O ESQUEMA DE REPRODUÇÃO DE BAUER

c1.64

		¢		٧		k		a _c		٠,		VALOR ANDAL DO PRODUTO	CINSUMO DOS CAPITALISTAS k om 3 IV MAIS-VALIA	Tana De Acumulação B _e +ay em 1 Da Mais-Valia	TAXA DE LUCRO k+a _U +a _V c+v
1 ano	1	120.000		50.000		37.500		10.000		2-500		220,000	751 751	251 251	
	2	80.000	+	50.000	•	37.500	٠	10.000	•	2 500	•	180.000	751	251	
		200,000		100.000		75,000	•	20,000		5,000		400,000	75%	251	33,31
2º ano	L	134.000		53,607		39.740		11.244		2.685		242,000	74.051	25.951	
	2	85. 334	٠	51.335	٠	38.010	٠	10 50	•	2.567	•	180.000	74.051	25,951	
		220,000		105.600		77.750	,	22.000		5.250	-	430.000	74,05%	23,951	32,63
3º ano	1	151,048		57,576	•	42.070	•	12.638		2.868	-	266.200	73,041	26.961	
	2	90.952	٠	52.674	•	38.469	٠	t1-502	+	2.643	•	196.300	73,04\$	26,961	
		242,000		110.250		60.539		24,200		\$.5Ll		462.500	73,041	26.961	31 , 31
4° Alto	1	169-124		61,758		44,405	•	14-180		3.087		292.600	72.021	27,981	
	2	96.870	+	54.024	٠	36.909	•	14.414	•	2.701	-	204,924	72,021	27.981	
		266.000	+	115,762		83.374	,	26.600		5.788		497.524	72.021	27,984	30.31

ROMTE: UNDESPIANNI, Heavyk. La loy de la acumulación y del decrumbe del sistema capitalista. México, Siglo XXI, 1979. p.69.

A CONTINUAÇÃO DO ESQUEMA DE BALIER

	¢	٧		k		Bg		*,		Valor anual Do Produto	CONSUND UOS CAPITALISTAS k em 1 DA MAIS-VALIA	TAXA DE ACIMILAÇÃO ACIPO, EM 1 DA HRIS-VALIA	TAXA DE LUCI R+n _c +n _v c+v
of ano	Z92-600 +	121.550	,	86.213	+	29.260	•	0.077	•	\$35.700	70.931	29.071	29.31
þ° ano	321.800 +	127.627	٠	69 - 060	+	32.186	٠	6.381	•	577, 114	69,70%	30,301	28,41
7° 410	364.045 ◆	134.006	٠	91.904	٠	\$5.404	٠	6.700	٠	622.0b2	68,58%	31,425	27,41
8º ano	389-450 +	140.708		94,728	٠	38.945	٠	7.035	•	670.866	67.321	52,681	26.S%
99 AND	42 a .395 +	147.743	•	97.517	٠	42.839	٠	7.387	•	723.861	66,001	54,001	25.61
10 200	471-254 +	155.130	٠	100.231	+	47,123	٠	7,756	•	191.494	64 . 651	35,57%	24,7%
ll' ano	518.357 •	162.646	٠	102.907	٠	\$1.035	٠	8.144	•	844.129	63,10)	36,90%	23.91
Li ^o ano	758,925 +	197,946	•	112, 197	•	75.892	٠	9.699	•	1-154-901	\$6.671	43,331	20,61
19 ° ano	1111-139 +	240.654	+	117,599	•	111.113	٠	12.032	•	1.592.447	49,661	50,345	17.81
2∪° ano	1222.252 +	252-691	+	117-832		127-225	٠	12-634		1.727.654	46,636	\$3.371	17,11
21° amo	1344.477 •	265.325		117.612	٠	134.447	•	13.266		1.875.127	44,331	55,674	16,41
25 * ano	1968.446 +	322.503	٠	109.534	٠	196.844	٠	16-125	•	2,613,452	33,961	66,041	14.01
27° ano	2381.619 +	35\$.\$\$9	٠	99.601	٠	238.161	+	17,777	•	5.092.937	25,204	74,804	12,91
jul* amo	3170.20U +	411.607		73.822		317.200	•	20.580		5.993.404	17,971	82,059	11.51
one *12	3487.220 +	432.182		61.851	٠	378,722	٠	21.609	-	4-351.584	14.311	490,26	11.0%
33° ano	4219.530 •	476,460	٠	30.703	+	421.953	٠	23.824	•	5,172,496	4,201	95,80%	10,11
34° eno	4 926.1466	500.594		11.141	•	464,148	٠	25.015		5.642.697	0.45%	99,553	9,71
35° ano	5105.657 +	\$25,319	•	,	+	\$10.563	٠	14.756	•	6-156,275	,	104.614(1)	9.31
36º ano	a) capital existence: \$.610.200 b)capital en funcio- namento: \$.499.015* + c)excedente de capital:	ajpopulação existente: 551.584 (v. b)população ativa: 540.075 c)exército de reserva.	s;*ayy;) •	g fréqueri Sol. 620		540.075 (requeria 127.003	·)	requerado 20.265 defect 11-509	•	6.690.350	ı	109,35%(1)	8,75
	117,105	11.509		deficit 21.545		Jeficit 27.003	Ì						

ROMTE: CROSSINNI, Henryk. La ley de la acumulación y del derruebe del sistema capitalista. Héxico, Siglo XXI, 1979, p.81.

O colapso do sistema nos idos da terceira decada está contido nas hipóteses formuladas e no próprio conceito de acumulação. A população operária e o capital variável crescem a 5% ao ano. O crescimento da massa de mais-valia (dado que a taxa é constante) faz-se ao mesmo ritmo que a população operária. No entanto a massa de mais-valia que assim cresce deve cobrir gastos que aumentam anualmente num ritmo superior ao seu: os gastos de aumento da população operária (av) e mais os gastos com a acumulação do capital constante (ac) que sobe, ano a ano, a dez por cento do capital constante em operação no ano anterior38. "Este capital cada vez mais expandido deve ser valorizado por uma população que, embora cresça em termos absolutos, sempre aumenta menos que o capital, pelo qual a base da valorização se torna cada vez menor em termos relativos até chegar a um ponto em que fracassa enquanto tal"39.Sobrevém a crise econômica do sistema: interrompe-se a acumulação de capital, pols "a mais-valia produzida não é suficiente para assegurar a valorização do capital ampliado. Se a valorização devesse produzir-se sobre a base existente até ali, então a mais-valia teria que ascender no 35º ano a 536.828 e não a 525.319. Põe-se, pois, de manifesto a existência de um déficit de mais-valia de 11.509. Esse é o motivo pelo qual, no ano seguinte, não se pode ocupar plenamente toda a quantidade de operários existentes (551.584), já que 11.509 operários ficam sem trabalhar e sem produzir mais-valía, em função do que a bare da valorização do capital que até ali se havia desenvolvido se estreita ainda mais¹¹⁴0.

Embora a taxa de lucro decline, o capital em funcionamento produz uma massa de mais-valia que se expande constantemente (pelo menos até o vigésimo ano, a partir do qual começa a declinar). Apesar da queda da taxa, o ritmo da acumulação aumenta ano a ano, já que o volume a acumular está relacionado com o capital já acumulado (ac e av são taxas de ce v) e não com a taxa geral de lucro que cai. "A queda da taxa de lucro e relativa ao capital total e a mais-valia global; ela é ocultada ao nível dos capitais individuais" E isso manifesta-se em uma acumulação anual que se expande: a taxa de acumulação passa de 25% da mais-valia gerada no primeiro ano para 55,57% no vigésimo ano (e a massa de mais-valia continua em expansão), alcançando 99,55% da mais-valia do 54% ano. A acumulação depende, então, nesse esquema global, da massa do lucro (ou da mais-valia que, no caso, são iguais) e não da taxa. O que faz com que, segundo os pressupostos do esquema, quanto mais se tiver acumulado, maior o incentivo a acumular.

A partir, no entanto, do vigésimo ano, o capital em funcionamento jánão gera uma massa de mais-valia suficientemente grande de maneira a poder cobrir a expansão do consumo capitalista e a acumulação em capital constante e variável. Grossmann fat com que a restrição recaia sobre a parte destinada ao consumo dos capitalistas. Aponta, ainda, que seria aí mesmo, nesse instante, que estouraria a crise. E isso, para o autor, revela a importância fundamental da parte k no funcionamento do sistema⁴². Desaparecendo a parcela que se destina ao consumo capitalista,

³⁸ Idem. p.120. (e na pagina 89 da mesma obra se le: "A porção ac da mais-valia destinada a acumulação cresce tão aceleradamente que, de modo progressivo, vai absorvendo uma quantidade cada vez maior da mais-valia.") Grifo meu.

³⁹ Idem. p.120.

⁴⁰ Idem. p.89.

MATTICK, P. In: GROSSMANN, H. Marx, 1'économie politique classique ... op. cit. p.23.

⁴² GROSSMANA, H. La ley de la acumulación ... cp. cit. p.90.

"desaparecería toda a mais-valia no sentido de um ingresso dos que não trabalham⁰⁴³. E essa questão não é gratuita. A mais-valia expressa a forma específica do sobretrabalho em uma sociedade capitalista. O sobretrabalno encontra suas raízes últimas e sua propria possibilidade de existência na produtividade do trabalho humano. Muitas classes e castas, ao longo da História, viveram do sobretrabalho de outras e isso nunca quis dizer mais que a vida de alguns(alguns grupos.classes,castas) será provida pelo trabalho de outros. Ou seja, quando a partekse contrai ou quando se reduz em benefício da acumulação, é a propria "razão de vida" última do sistema que deixa de existir: que alguns poucos vivam do trabalho de muitos outros (e acredito que isso não sejamero subconsumismo). Ou, como diz Grossmann, "a mais-valia no sentido de trabalho não pago, o sobretrabalho por sobre o tempo requerido para a produção dos meios de vida necessários teria desaparecido. Todos os meios de vida ja não seriam senão meios de vida necessários, so se destina-riam ao consumo dos operarios. (...) Consequentemente, a parte k constitui uma condição essencial e característica da acumulação capitalista¹⁹⁴⁴. Enfim, ameaçada essa parte da mais-valia, necessariamente o ritmo da acumulação tenderia a arrefecer a partir de então. As forças contra-restantes começariam a manifestar-se (por exemplo, reduzindo a taxa de acumulação, reduzindo os salários etc.).

Mas o autor não se detém e, mantendo as hipóteses sem alteração, leva o desenvolvimento do esquema até suas últimas consequências. O que interessa é que vai-se tornando patente, com o passar dos anos, uma valorização insuficiente do capital em funcionamento: ele não gera uma massa de mais-valia que lhe permita prosseguir no mesmo ritmo de expansão, ou seja, não é mais possível, a partir de um certo momento, seguir com as taxas de acumulação (dos capitais constante e variável) tal como vinham sendo efetivadas até então. O colapso da valorização do capital, nesse esquema, é então dado pela produção de uma massa de mais-valia que resulta insuficiente para o prosseguimento da expansão econômica no ritmo em que vinha ocorrendo.

No esquema de Grossmann, quando chegamos ao trigésimo sexto ano, encontramos, por um lado, uma classe capitalista que não tem como consumir, e, por outro, capital e mão-de-obra ociosos. "Por um lado, temos capital não utilizado, capital não frutífero; do outro, temos um exército de reserva em constante crescimento, e não porque se tivesse produzido demasiada mais-valia (...), senão porque em proporção com a massa de capital acumulada é demasiadamente pequena a mais-valia produzida"46.

⁴³ Idem. p.90.

⁴⁴ Idem. p.91. Grifos do autor.

⁴⁵ Grossmann afirma também que a escassez de meios de poupança no final da conjuntura de expansão não é mais que a manifestação dessa escassez de mais-valia: "Afirmar que esse capital — o capital adícional, o novo capital oferecido — se torna cada vez mais escasso no curso da acumulação não significa realmente mais que comprovar que, no curso da acumulação, a fonte originária desse capital, a mais-valia, se torna cada vez mais escassa em relação ã massa de capital já acumulada." (Idem. p.100).

⁴⁶ Idem. p.87. Grifo do autor.

Por fim, o Capital Social em funcionamento já não produz uma rentabilidade suficiente: o lucro é uma magnitude relativa e "a rentabilidade depende da relação existente entre o incremento do lucro e o do capital" E a rentabilidade insuficiente do capital total indica sobreacumulação.

Por outro lado, "a insuficiente valorização provocada pela sobreacumulação indica que o capital cresce mais rápido que a mais-valia que pode extrair-se de uma certa população". 48 É na fase adiantada do ciclo, na virada final para a crise, surge um excesso de população operária como produto da acumulação de capital (e não como mão-de-obra deslocada pela introdução de maquinaria). 49 A formação do exército industrial de reserva surge assim do bojo da acumulação de capital. Sobreacumulação, pletora de capital por um lado, população operária desocupada por outro. E surge a crise com capital constante ocioso e desemprego dos trabalhadores, porque a sua utilização não acarretaria uma massa de lucros suficiente para prosseguir a acumulação nas expectativas de crescimento que vinham ocorrendo até o momento. 50 O excesso de ambos, en-

⁴⁷ ldem. p.84.

⁴⁸ Idem. p.85.

p. 87. Unde se lê: "O surgimento do exército de reserva, isto é, a liberação de operários a que nos referimos aqui,deve ser distinguida rigorosamente do deslocamento de trabalhadores pela manuina. O deslocamento de operários pela máquina (...) constitui um fato de natureza técnica, provocado pelo crescimento dos MP (meios de produção) em relação a FT (força de trabalho), o que enquanto tal não representa nenhum fenomeno específico do capitalismo. Todo o progresso técnico descansa em um aumento da produtividade do trabalho, ou seja, que este é poupado, liberado, em relação a um certo produto suposto como dado. Que a maquina libera trabalho constitui um fato irrefutavel que não requer maiores "demonstrações", pois se depreende do proprio conceito de maquina enquanto meio destinado a aconomizar trabalho. "Parece evidente que, para reforçar a sua distinção, o autor chega praticamente a propor um progresso técnico "neutro". É correto o que afirma, embora pareça evidente que existe um uso capitalista do progresso técnico. Enfim, os grifos são do autor.

⁵⁰ A respeito disso, Grossmann recolhe duas citações do Lívro Terceiro de O Capital de Marx: "Esta pletora do capital surge das mesmas circunstancias que produzem uma sobrepopulação relativa, pelo qual é um fenomeno complementar desse último, apesar de ambos se acharem situados em pólos opostos: o capital desocupado por um lado e a população operária desocupada por outro." (Marx, L III. p.322.) E a outra: "Não constitui uma contradição que essa sobreprodução de capital esteja acompanhada por uma sobrepopulação mais ou menos grande. As mesmas circunstâncias que elevaram a força produtiva do trabalho, que aumentaram a massa dos produtos mercantis, que expandiram os mercados, que aculeraram a acumulação de capital, tanto em relação à sua massa quanto ao seu valor, e que rebaixaram a taxa de lucro, as mesmas circunstâncias geraram uma sobrepopulação relativa e a geram constantemente, uma subrepopulação de operários que o capital excedente não emprega pelo baixo grau de exploração do trabalho com o qual unicamente poderia emprega-la, ou, pelo menos, pela baixa taxa de lucro que sería proporcionada no caso de um grau de exploração dado." (Marx, ep. cit. p.328).

tão, está em relação com a valorização que gerariam no momento e que não é suficiente para o prosseguimento da expansão do capital no mesmo ritmo.⁵¹

Segundo Grossmann, os fatores que aceleram a proximidade do colapso são o nível da composição orgânica e a taxa de acumulação do capital constante: quanto mais elevadas forem, menor é o número de períodos que devem transcorrer até a crise. O fator que protela a crise é a taxa de mais-valia. Quanto mais elevada for, maior é o número de anos que devem transcorrer até a crise final. Se Finalmente, o processo de acumulação pode prosseguir: "a) quando a taxa de acumulação ac se reduz, ou seja, quando o ritmo da acumulação arrefece ou bem; b) quando o capital constante se desvaloriza, com o que, por sua vez, a taxa de acumulação novamente diminui; c) ou quando se desvaloriza a força de trabalho, ou seja, o salário se reduz, com o que a taxa de acumulação do capital variável av se torna menor e, consequentemente, aumenta a taxa de mais-valia; d) e finalmente, através da exportação de capital, devido a qual a taxa de acumulação ac novamente se reduz.

E o autor afirma também que a teoria da derrocada ésimultaneamente uma teoria das crises do capitalismo: "Na realidade, pode-se observar como, com a aparição da tendência à derrocada - isto é, com o colapso do nível de valorização existente, ou o que é o mesmo: a paralisação do processo de acumulação - se apresentam tarde ou cedo tendências contra--restantes. Ou seja, que os capitalistas tentam restabelecer a valorização do seu capital. Na crise se manifesta a desvalorização, isto é,a diminuição dos capitais existentes e consequentemente o período de reorganização e concentração, durante o qual a taxa de lucro é elevada através do incremento da produtividade e da 'racionalização' (...). Devido ao efeito que produz, a tendência ao colapso é interrompida, o processo de acumulação pode se iniciar novamente inclusive sobre uma base ampliada, e o colapso absoluto fica reduzido dessa maneira la luma crise passageira". 54 Da natureza dos processos postos em movimento durante a reorganização, o autor deduz que a duração da crise é indeterminável: assim sendo, a "crise é só uma pausa de maior ou menor duração existente entre duas fascs da acumulação"55. Por fim, o que se altera entre uma fase e outra da expansão é o patamar sobre o qual se dá a acumulação de capital, e esse patamar fica definido de crise em crise pela natureza e intensidade das forças contra-restantes colocadas em

⁵¹ GROSSMANN, op. cit. p.121, com grifos do autor, onde se lê: "a cota que anualmente deve ser capitalizada não se limita a esgotar a mais-valia senão que finalmente tem que acabar sendo maior que a mesma, apesar de não ser de fato mais que uma parte da mais-valia. É aqui que se encontra a contradição. A massa de mais-valia jã não pode prover a massa que se requer para a acumulação de acordo com o ritmo da acumulação preestapelecida. Daí deriva o colapso do sistema, seu necessário fim econômico."

⁵² Idem. p.124.

⁵³ Idem. p.125. Grifo do autor.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Idem.

69

ação.Ou seja, se clas atuarão mais no sentido de desvalorização do capital constante ou do capital variável. E mais, da sua qualidade e quantidade dependerá a duração do novo ciclo expansivo.

Fruto, então, da elevação da composição orgânica do Capital Global e da queda da taxa geral de lucro, apresenta-se uma massa de mais-valia que se expande primeiro e depois se contrai (relativamente às necessidades da acumulação de capital), até estabelecer a crise, e esses elementos explicam o fundamental do movimento econômico; o ritmo da expansão e a paralisação ficam como uma propriedade da totalidade econômica. Mas, na realidade, o que pode ser identificado como uma totalidade econômica? E a economia de um Estado, de uma região ou tão-somente a economia mundial? É a essa questão que me proponho responder no próximo capítulo.

VII – ESTADO NACIONAL E TOTALIDADE ECONÔMICA

Parece-me que a totalidade econômica pose ser, mais pertinentemente, identificada com a economia de um Estado nacional. O que farei então, será arrolar os argumentos que, a meu ver, conduzem à justificativa dessa identificação.

Inicialmente poderia assinalar que o Estado burguês, sendo essencialmente composto polas duas classes sociais básicas e antagônicas — capitalistas e operários -, é o espaço possível e próprio para o desenvolvimento da luta de classes, sendo esse o motor da história (das transformações) da sociedade que corresponde a este Estado. Compreendo com Hirsch que a acumulação de capital é, ela mesma, lutade classes. O autor, partindo da hipótese de que "toda a sociedade de classe se caracteriza por uma relação de violência que garante a exploração econômica de uma classe pela outra", diz que "a luta de classes não se 'desenvolve' (por exemplo, durante a crise) de algum modo a partir do processo de acumulação do capital, mas é a acumulação do capital enquanto reprodução ampliada das relações de exploração através da exploração que o luta de classe"2. A luta de classes não "estoura", portanto não é uma reação à continuidade ou ao desenvolvimento do processo de acumulação, mas ela é, também e mesmo principalmente, o proprio processo. E mais, se esta sociedade se cinde multiplamente no sentido de classes e no de grupos de capitais concorrendo entre si (forças de natureza contrifuga), o Estado pode impor às classes antagônicas e às frações de classe em concorrência os interesses da continuidade do sistema em seu conjunto, qual seja, o interesse da reprodução do Capital Total³, o interesse da reprodução do sistema enquanto totalidade econômica. E se, como afirma Suzanne de Brunhoff, "o capital privado sempre teve necessidade da existência de um poder estatal⁶⁴, ou seja, se o capital nunca pode passar sem o poder do Estado, então a sustentação das condições gerais da reprodução do sistema em seu conjunto deve possuir como fonte a ação e o poder do Estado. Ele vai delinear os limites (até mesmo físicos) que estabelecerão o espaço interior onde vão se produzir e reproduzir as relações básicas de produção do sistema.

HIRSCH, Joachim. Observações teóricas sobre o Estado burguês e sua crise In: POULANTZAS, Nicos. O Estado em Crise. Río de Janeiro, Graal, 1977. p.87.

² Idem. p.96. Grifo do autor.

³ BRUNHOFF, Suzanne. <u>Etat et Capital</u>. "aris, Maspero, 1976. p.23. Onde se lê: "O Estado burguês pode, ao contrario, gerar diretamente, ou impor um quadro de gestão, de forma tal que sejam impostos as duas classes antagonistas os interesses do conjunto da reprodução do capital."

⁴ Idem. p.3.

O Estado pode ser assim apresentado como um meio para perpetuar a estrutura econômica de uma sociedade, como força de coesão que atua centripetamente em relação às forças dispersivas que brotam de sua base social. Existe ai um duplo movimento: se o Estado é, por um lado, um reflexo (um resultado) da sociedade que lhe corresponde, por outro, ele retorna sobre ela cristalizando as situações estabelecidas; período a período, ele é reflexo e retorno, expressa e reforça a situação da luta de classes e da concorrência intercapitalista que se desenrola no seu interior.

É necessário, pois, explicitar mais a concepção de Estado. Uma primeira concepção pode ser encontrada em Engels. Em A origem da família, da propriedade privada e do Estado podem-se colher alguns fragmentos de interesse. 'O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impos a sociedade de fora para dentro; (...) É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedado se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas, para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecero choque e a mantê-lo dentro dos limites da 'ordem'. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima delas se distanciando cada vez mais, é o Estado"5. E acrescenta mais adiante: "Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe políticamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida"⁶. Uma sociedade dividida em classes torna o surgimento do Estado uma necessidade⁷ e ele emerge tanto para manter e garantir essa divisão de classe quanto para impedir que os conflitos entre as partes conduzam à destruição dessa sociedade, assim estruturada, e do próprio Estado que lhe corresponde. Em outras palavras, "a intervenção do Estado é decisiva há muito tempo, mas sobretudo para assegurar a continuidade da extração da mais--valia"8. E o mesmo autor acrescenta que a "relação capital-trabalho é um processo consubstancialmente marcado pela luta de classes e onde la mais-valia, antes de ser a base original do lucro, é uma relação social antagônica que implica em uma luta incessante do capital contra o tra-

⁵ ENGELS, Friedrich. A origem da familia, da propriedade prívada e do Estado. Rio de Janeiro, Vitoria, 1964. p.135-6.

⁶ Idem. p.137.

⁷ Idem. p.13d. Onde se lê: "Portanto, o Estado não tem existido eternamente. Houve sociedades que se organizaram sem ele, não tiveram a menor noção do Estado ou de seu poder. Ao chegar a certa fase de desenvolvimento econômico, que estava necessariamente ligada à divisão da sociedade em classes, esta divisão tornou o Estado uma necessidade."

⁸ VINCENT, J. M. Introduction In: VINCENT, J. M. <u>L'Etat contemporain</u> et le marxisme. Paris, Maspero, 1975, p.13.

balho para extrair o trabalho não pago¹⁹. Ou seja, số o Estado pode garantir com o seu direito e a sua força a manutenção das condições basicas para o estabelecimento de relações de produção capitalistas: a propriedade privada dos meios de produção por parte de uma classe e a propriedade somente sobre a força de trabalho por parte da outra classe. Protegidas pela legislação, as relações de produção estabelecem-se e restabelecem-se, período a período, de forma a que as classes retomem o contato econômico nas mesmas condições vigentes no início do processo, tal como foi desenvolvido no quarto capítulo deste ensaio. É o direito do Estado burguês que garante a perpetuação das condições materiais que permitirão, período a período, a repetição das relações de produção. O Estado, então, define e garante os direitos das classes antagônicas: o direito de uma classe à propriedade privada dos meios de produção e de subsistência, e o direito dos componentes da outra classe a venderem, a primeira, sua força de trabalho. È J. M. Vincent reforça a ideia dizendo que "para a burguesia, o direito e o Estado são realídades objetivas das quais ela não pode prescindir tanto quanto da mais--valia"10. De qualquer forma, dando cobertura jurídica e policial a exploração de uma classe pela outra, o Estado garante o seu "direito" à participação no espólio global do trabalho social: ao lado do capital financeiro, dos grandes proprietários fundiários e dos capitalistas industriais, ele retira, sob a forma de imposto, o que as classes proprietárias (ou frações de classe) retiram a título de juro, de renda da terra e de Iucro industrial¹¹. E se a massa global de mais-valia (cujo papel foi discutido no capítulo quinto) for realmente um momento de sintese do trabalho global da sociedade -- o da divisão da parte daquele que vai para as classes proprietárias —, então o Estado possui a mesma fonte de renda que as classes proprietárias da sociedade que lhe corresponde. Ele está no seu lugar e ao lado dos seus comem na mesma mesa.

Isso, no entanto, quase permite que o Estado seja identificado com a classe dominante da sociedade, o que não é verdade, pois sua identificação deve ser com a manutenção das condições de existência da sociedade como um todo. Sobre essa questão, nas Notas sobre Maquiavel, a Política e o Estado Moderno, Antonio Gramsci diz que "o Estado é concebido como organismo proprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis a expansão máxima desse grupo. Mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias 'nacio-

⁹ Idem. p.13.

¹⁰ Idem. p.19.

¹¹ MARX, K. El Capital. Libro tercero. México, Siglo veintiuno, 1978.

t. III. v.6. p.230. Onde se lê: "Observemos aqui, totalmente de passagem, que as 'necessidades sociais', isto é, aquilo que regula o princípio da demanda, estão condicionadas no fundamental pela relação recíproca entre as diversas classes e por sua respectiva posição econômica, isto é, principalmente e em primeiro lugar, pela proporção entre a mais-valia global e o salário, e em segundo lugar, pela proporção entre as diversas partes nas quais se divide a mais-valia (lucro, juro, renda da terra, impostos, etc) ..." O grifo é meu.

nais'. O grupo dominante coordena-se concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados, e a vida estatal é concebida com uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados''¹².

O Estado aparece aqui como um organismo que é "apropriado" por uma das classes sociais existentes numa sociedade nacional. O destino, o objetivo ou a finalidade do Estado — o seu "para que serve" ou o "para que é utilizado" — é apresentado como sendo a criação de condições favoráveis à expansão do grupo dominante. E em que consiste essa expansão? Ela deve consistir na ampliação da base material de vida condizente com a existência dessa classe social. Em outras palavras, a expansão do seu modo material de vida. Em uma sociedade capitalista seria a expansão das relações de produção sobre as quais se assenta a reprodução do capital. E as condições dessa expansão? As condições gerais, pelo menos, de expansão do capital: aprofundamento da divisão social do trabalho, a propriedade privada, expansão da circulação das mercadorias, crescimento do salariato etc. E, nesse texto. Gramsci assinala também que essa expansão é o projeto de um grupo para o conjunto da sociedade nacional, sendo não só apresentado como também concebido como um projeto de todos os grupos dessa sociedade. Enfim, a existência temporal do Estado aparece como a criação e superação de choques de interesses entre o grupo que domina e os grupos subordinados. Mas grupo dominante e grupos subordinados não "esgotam" essa sociedade. Uma classe "é dirigente em relação às classes aliadas e dominante em relação às classes antagônicas. É por isso que uma classe pode (e deve) ser dirigente antes de tomar o poder. Uma vez no poder, ela se torna dominante, mas continua também a ser dirigente" 13. O Estado, então, é o organismo de uma classe que dirige e domina. Dirige a constelação de grupos subordinados e domina os antagônicos. Existem, portanto, forças de coesão e de dispersão contidas nessa idéia de Estado. Por conseguinte o Estado não pode, como organismo, ser identificado exclusivamente com o Governo ou com o aparelho de Estado (exercito, polícia, administração, burocracia).

Diz Christine Buci-Glucksmann que Gramsci distinguiu, ao longo do seu trabalho, "dois conceitos de Estado, ou, mais precisamente, dois momentos da articulação do campo estatal: o Estado no sentido estrito (unilateral), e o Estado no sentido amplo, dito integral. O Estado no sentido estrito se identifica com o governo, com o aparelho de ditadura de classe, enquanto possui funções coercitivas e econômicas. A dominação de classe se faz através do aparelho de Estado no sentido clássico (exército, polícia, administração, burocracia). Mas esta função coercitiva é inseparável de um certo papel adaptativo — educativo do Estado (no sentido integral), que procura realizar uma adequação entre o aparelho produtivo e a moralidade das massas populares: 'Tarefa educadora e formadora do Estado, que tem sempre por objetivo criar tipos de civilização novos e mais elevados, de adaptar a civiltã e a moralidade das mas-

GRAMSCI, Antonio. Maguiavel, a Política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. p.50.

¹³ GRAMSCI, Antonio. Cahiers de Prison. Apud, GLUCKSMANN, Christine Buci. Gramsci et l'Etat. Paris, Fayard, 1975. p.79.

sas populares mais amplas às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho produtivo" E essa tarefa educativa do Estado faz-se através do aparelho de hegemonia da classe que dirige a sociedade: escolas universidades, museus, bibliotecas, jornais etc. Mas a razão das funções coercitivas e educativas do Estado também aparece. A coerção e a educação aparecem como modos para promover a adaptação da população às necessidades do desenvolvimento do aparelho produtivo. O Estado, que aparecera como um organismo que possuía como finalidade criar condições para a expansão de um grupo, consegue seu objetivo através do exercício dessas funções que promovem o ajustamento da população à estrutura produtiva.

Não é diferente a afirmação que Gramsci faz na Concepção Dialética da História quando discute o "homo oeconomicus": "Entre a estrutura economica e o Estado, com a sua legislação e coerção, está a sociedade cívil, e esta deve ser radical e concretamente transformada, não apenas nos códigos de lei e nos livros dos cientistas: o Estado é o instrumento para adequar a sociedade civil à estrutura economica, mas o Estado deve "querer" fazer isto, ou, em outras palavras, o Estado deve ser dirigido pelos representantes da modificação ocorrida na estrutura econômica" 15.

O Estado pode ser concebido, então, como o campo próprio para a promoção da totalização do capital em uma sociedade determinada, num dado período. O Estado burguês aparece como o campo de forças que tem por objetivo a perpetuação de um modo de produção específico. É preciso ressaltar, no entanto, que o Estado não deveria ser concebido nem como "sujeito" nem como "objeto". Nicos Poulantzas diz a esse respeito: "O Estado como Coisa: a velha concepção instrumentalista do Estado, utensílio passivo, senão neutro, totalmente manipulado por uma única fração, caso em que não se reconhece nenhuma autonomia ao Estado. O Estado como Sujeito: a autonomia do Estado, considerada aqui como absoluta, é relacionada a sua vontade própria como instância racionalizante da sociedade civil. Concepção que (...) relaciona esta autonomia ao poder proprio que o Estado supostamente detém e laos portadores deste poder e da racionalidade estatal: notadamente a burocracia e as elites políticas. Com refeito, é um traço próprio desta tendência dotar as ins~ tituições-aparelhos de poder proprio, quando na verdade o aparelho de Estado não possui poder, já que só se pode entender por poder de Estado o poder de certas classes e frações, a cujos interesses corresponde o Estado 116. E adiante acrescenta que essa concepção de Estado como Sujeito compreende-o como um árbitro entre as classes sociais, portanto acima dos interesses particulares de qualquer uma delas e, então, neutro num outro sentido; o da isenção.

¹⁴ GLUCKSMANN, C. B. op. cit. p.115: A citação final é do <u>Maquiavel</u> de Gramsci. Grífo do autor.

¹⁵ GRAMSCI, A. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. p.305-6. Grifo meu.

¹⁶ POULANTZAS, N. As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado In: POULANTZAS, N. op. cit. p.22.

O Estado corresponde assim a uma classe, ou melhor, aos interesses de uma classe, mas não pertence a ela. E por quê? Porque essa classe a qual o Estado burguês corresponde so existe enquanto tal na sua relação com as outras classes sociais: as subordinadas e, principalmente, as antagônicas. O interesse da classe dominante é o de continuidade no tempo do sistema enquanto tal. O Estado deve assim contra-restar as forças básicas que ameaçam esfacelar o sistema econômico, a sua destruição. E se ele deve adaptar a população ao aparelho produtivo, a reprodução continuada e ampliada do capital, ele representa o interesse do Capital Total na sua "intenção" de eternização. Para isso é preciso que, por vezes, ele atue mesmo contra o interesse imediato da classe capitalista.

Cabe assim ao Estado "cuidar" do interesse a longo prazo de continuidade do sistema capitalista na sociedade que lhe corresponde. Nesse sentido, ele deve compatibilizar as partes em litígio: sejam as forças da concorrência entre os capitais, sejam as forças que se expressamna luta de classes. No tocante à luta de classes, e tendo em mente a interpretação de Hirsch Litada anteriormente, é possível verificar que tem sido necessária uma intervenção do Estado que impeça a liquidação da força de trabalho pelo capital. Ou seja, ha uma atuação do Estado capitalista no sentido de impedir que a jornada de trabalho se estenda a tal ponto que impeça a reprodução da força de trabalho, quiçã do proprio trabalhador. O Estado aparece, assim, limitando as possibilidades de extração da mais-valia absoluta imediatamente contra o interesse do capital individual, mediatamente no interesse de reprodução do capital como um todo. Resguardando os limites da jornada em que é possível a reprodução da força de trabalho, o que o Estado faz e proteger a continuidade do processo. Por exemplo, no século passado, quando a burguesia industrial inglesa literalmente consumiu em trinta anos três geracões de trabalhadores, o Estado foi obrigado a efetuar contratos de imigração para repor com estrangeiros o que o capital destruíra. E essa ação do Estado burguês, limitando a jornada de trabalho, imprimiu novos rumos à produção capitalista: o capital apelou para o progresso técnico e a consequente extração de mais-valia relativa para contornar os limites impostos pelo Estado. Acho que é nesse sentido que o Estado representa o interesse a longo prazo da reprodução do capital total. Ou seja, por essa via ele estaria "protegendo" a base física do capital variável — o trabalhador — contra o impulso "natural" de extração de mais-valia. E, através dessa "proteção", ele estaria "protegendo" o Capital Total da sociedade.

É Suzanne de Brunhoff, no entanto, que apresenta os fundamentos definitivos, a meu ver, para a identificação entre a economia nacional e a totalidade econômica. Perguntando-se por que o capital privado sempre necessitou da existência de um poder estatal, ela se questiona: "Por que a produção e a circulação capitalistas não podem prescindir de uma gestão estatal que se aplica em pontos determinados?" E acrescenta em seguida que o problema colocado "não é o de saber se o Estado capitalista tem uma ação econômica, mas por que e como ele intervêm como tal no coração do funcionamento do capitalismo" Em outras palavras, por

¹⁷ BRUNHOFF, S. op. cit. p.3.

¹⁸ Idem. p.3. O grifo ẽ meu.

qual relação fundamental o Estado é imprescindível para a reprodução do capital? É inicia assinalando que "no mundo das mercadorias, força de trabalho e moeda têm uma situação particular, em função do caráter de seu valor de uso. Utilizada para produzir mercadorias, a força de trabalho é capaz de criar o valor de troca. Quanto à moeda, por sua forma concreta — qualquer que seja o suporte material, metal ou papel —, ela serve de equivalente geral a todas as outras mercadorias, de cuja série ela se encontra excluída. Essas duas mercadorias, cujo valor de uso mantém com o valor de troca relações particulares, têm condições de reprodução que exigem uma intervenção estatal" 0 Estado capitalista intervém, assim, na reprodução das duas mercadorias especiais do sistema: a que cria mais-valia e a que serve de equivalente geral a todas as demais. O Estado está presente na produção de mais-valia e na circulação das mercadorias.

Para justificar essa imprescindível participação do Estado no cerne do processo capitalista de produção e de circulação, Brunhoff assinala, inicialmente, que a gestão estatal da força de trabalho "responde a uma necessidade do capital que não pode ser diretamente satisfeita pelo proprio capital"20. E acrescenta as razões: "O mercado de trabalho funciona no quadro de um exército proletário de reserva cujo volume aumenta ou diminui segundo as necessidades da acumulação capitalista, mas que não é jamais inteiramente reabsorvido. Paz-se necessário manter esse exército de reserva, privado dos meios de existência, para que a força de trabalho esteja sempre disponivel (levando em conta o imperativo geral de uma mão-de-obra a baixo custo). É lá que intervêm instituições não capitalistas, de caráter mais ou menos estatal, que asseguram a reprodução da força de trabalho nos limites de uma insegurança fundamental do emprego e nas formas que garantem a disciplina do trabalho"21. A autora afirma também que disciplina do trabalho e insegurança do emprego são dois aspectos diferentes e complementares do uso capitalista da força de trabalho. 22

Justifica, ainda, a interferência do Estado no campo dos contratos entre capitalistas e operários da seguinte maneira: "Se a força de trabalho vendida ao capitalista é remunerada mediante um salário, o é enquanto ela for imediatamente utilizada no processo de produção. Quando o trabalhador está doente ou quando está desempregado, ele não toca o salário direto e, perdendo seu valor de uso, a mercadoria força de trabalho 'se desmonetiza', ela perde seu valor de troca enquanto este exprime a subsistência cotidiana do trabalhador, mas não a manutenção e a reprodução da força de trabalho. Se, pelo contrário, o valor de troca da força de trabalho comporta não somente aquela do pão cotidiano do operário no trabalho, mas a da manutenção do desempregado, do doente, das crianças, o salário direto é inferior a esse valor. Pois o ca-

BRUNHOTF, S. Crise capitalista e política econômica In: POULANTZAS, N. op. cit. p.130.

BRUNHOFF, S. État et Capital. op. cit. p.7.

⁷¹ Idem. p.7-8.

²⁷ Idem. p.7.

pital privilegia necessariamente sua própria valorização imediata, e não assume, como tal, completamente o encargo da reprodução do valor da força de trabalho da qual ele tem, no entanto, necessidade⁰²³.

É por isso que se torna imprescindível a gestão estatal -sobre a força de trabalho: "Quaisquer que sejam sua forma e suas modalidades,a gestão estatal da força de trabalho tem por objeto principal o encargo de uma parte do valor dessa força que os capitalistas não remuneram de maneira direta. (...) (As instituições) constituem uma espécie de meio no qual se desenvolve e funciona a exploração capitalista e testemunham que não existe um capitalismo puro, que o Estado virla confortar ou completar de uma ou de outra maneira"²⁴. E continua afirmando que "as formas das instituições públicas de gestão da força de trabalho cobrem um vasto campo no tempo e no espaço, da assistência aos pobres à segurança social. Esse campo não é homogêneo, no sentido de que existe uma mutação de uma forma extrema à outra, em relação com as mudanças da acumulação de capital e das relações de classe. (...) Assistência ou Segurança social, ela limita ou desloca 'o risco especificamente proletario', a insegurança da força de trabalho como mercadoria, mas ela não pode suprimir esse risco. É nos poros do mercado de trabalho que nasce a gestão pública da força de trabalho, desde os princípios do capitalismo"25.

A reprodução de uma das mercadorias especiais do mundo mercantil do capital é assim "garantida" por uma intervenção estatal. E pense-se na importância desse fato diante dos resultados a que leva a acumulação de capital quando a massa de mais-valia já não é suficiente para manter a expansão do sistema nas taxas que até então vigoravam e que faz com que, periodicamente, ressurja o exército industrial de reserva. O papel "social" do Estado aparece aí recorrentemente e em decorrência da própria flutuação da acumulação que exige uma massa de operários disponível para a seguinte retomada da expansão.

O outro pilar do sistema, a moeda, também terá sua reprodução garantida pelo Estado: "Ocorre o mesmo para a moeda cuja reprodução como equivalente geral implica uma ação estatal ao mesmo tempo exterior e imanente à circulação do capital. A intervenção do Estado não cria a forma moeda, que se constitui na circulação mercantil, mas ela contribui para determiná-la como tal"²⁶. E continua: "Esse é o caso desde antes do capitalismo, quando se desenvolve uma circulação mercantil na qual a moeda desempenha inevitavelmente um papel, já que as mercadorias não podem se trocar diretamente entre si. A fixação de um estalão de preços como unidade de medida, a amoedagem dos metais preciosos em peças cunhadas com signos que permitem identificar sua proveniência e sua capacidade de compra foram o objeto de conflitos entre reis, senhores e mercadores, permanecendo a soberania monetária um dos atributos do poder. A moeda do capitalismo herda isso, inevitavelmente, ainda que ela tenda a se tornar antes de tudo moeda de crédito privado que nasce e se ex-

 $^{^{23}}$ Idem. p.9-10.

²⁴ Idem. p.14-5.

²⁵ Idem. p.15.

²⁶ Idem. p.31.

pande nas relações entre bancos e empresas. A gestão estatal se modifica então: ela comporta a ação de um banco central emissor de uma moeda que lhe é própria, em um sistema bancário cujas partes são articuladas entre si segundo regras fixadas pelo Estado" 27. E, um pouco adiante, a autora relaciona a moeda com a soberania e o espaço do Estado, da seguinte maneira: "Na circulação mecantil se fixa, por outro lado, uma relação entre um certo peso de ouro e uma unidade monetária cujo nome (...) e cotação (...) nascem da experiência, mas devem ser validadas por uma instituição. Aqui intervém um primeiro tipo de gestão estatal, coextensiva da soberania do Estado, e que consiste em fixar a cotação de, pelo menos, uma das moedas em circulação em um espaço determinado, aquela cuja cunhagem ou emissão são asseguradas pelo Estado" 28.

Quando Brunhoff examina a "pirâmide da moeda e o papel do Estado", procurando articular as principais formas de moeda existentes no capitalismo (a moeda de crédito privado, a moeda nacional e a moeda internacional), assinala que o anteriormente exposto "não quer dizer que o Estado dirija a moeda ou que se ache em condições de controlar sua quantidade global e através disso (...) o valor. Não, isso significa somente que o Estado participa necessariamente da reprodução do equivalente geral. Para que isso se efetue, é necessário sobretudo que as diversas formas de moeda que circulam em conjunto num momento dado sejam intercambiaveis umas pelas outras a uma taxa dada. O vendedor que recebe em pagamento um cheque de 10 F deve poder obter em troca uma nota de 10 F do Banco Central, ou 10 moedas de 1 F, e isto em Lyon como em Paris, e num banco qualquer. Dado que existem em uma esfera nacional num momento dado, vários tipos de moedas, é necessário e suficiente que o Estado garanta, de alguma maneira, sua qualidade monetária, o que é o caso enquanto elas permanecerem conversíveis na moeda da qualo Estado é diretamente responsável. E como existem vários Estados é necessário que se verifique a conversibilidade das moedas nacionais entre si,o que supõe uma moeda internacional colocada em circulação segundo as regras de gestão fixadas e admitidas pelos Estados¹²⁹. O que, no entanto, não hierarquiza as diferentes formas de moeda.³⁰

Por outro lado, a vinculação que a autora estabelece entre o circuito de crédito privado para o financiamento da produção e a moeda nacional é a seguinte: "No entanto, os meios de pagamento bancários dos quais se serviu o empresário para pré-financiar sua atividade foram emitidos por um banco privado. Para que as transações possam se fazer de outro modo que a uma escala local limitada, é necessário que as moedas bancárias sejam conversíveis entre si. Ora, cada banco tem sua própria moeda, equivalente geral somente dentro de seu próprio circuito. A conversibilidade entre as diferentes moedas bancárias se efetua então somente através da moeda nacional, quer dizer, a moeda Banco Central, lugar da conversibilidade das moedas bancárias em moeda nacional; conversibilidade, isso significa signos de valor tornados equivalentes ou

²⁷ Idem. p.31.

²⁸ Idem. p.33. Grifos meus.

²⁹ Idem. p.34.

³⁰ Idem. p.36.

ainda equivalência geral das moedas bancárias aferidas em uma única unidade de conta, a moeda nacional. É uma condição necessária, ainda que não suficiente, de verificação em última análise da reprodução do equivalente geral pelo Banco Central¹³.

Em outro trabalho, a autora insiste: "Se só existissem moedas escriturais privadas, emitidas por bancos em resposta as necessidades dos pedintes e as demandas de pagamento, a qualidade monetária dos títulos em circulação seria limitada no tempo e no espaço e dependeria de incessantes procedimentos de autenticação. As moedas emitidas pelos diferentes bancos são, ao contrário, validadas como moedas na medida em que são imediatamente e constantemente conversíveis em moeda central emitida pelo Estado. A moeda central, da qual uma parte, a moeda fiduciária, tem como área de circulação todo o Estado, assegura a regulamentação dos saldos entre bancos, regulamentação que os bancos não podem assegurar emitindo moeda por si mesmos. O sistema de crédito privado, decisivo para a circulação capitalista, não permite evitar o uso de uma moeda pública de regulamentação, emitida pelo Banco Central, quer dizer, o Estado. A moeda nacional deve ser ela mesma validada como moeda numa outra escala, a do mercado mundial"³².

E continua dizendo: "A intervenção do Estado se vê aqui solicitada pela insuficiência da moeda privada em assegurar a reprodução do equivalente geral. Ela é possível porque o Estado não mediatiza também cada relação de transação, como não o faz com cada relação de exploração, de modo que ele pode assim veicular uma coação pública que tem um papel particular. Mas ela não significa absolutamente que existe uma oferta de moeda em escala nacional, oferta cujo volume seria regulado pelo Banco Central. O modo de intervenção do Estado, circunscrito pelo desenvolvimento das relações de crédito e da circulação financeira privadas, consiste em garantir a manutenção da qualidade dos meios de pagamento cuja emissão ele não controla. É determinado com relação à primazia da circulação mercantil capitalista. Assim, a gestão estatal da moeda é ao mesmo tempo imanente e exterior às relações de circulação capitalistas "33".

Por fim, afirmando que a gestão da força de trabalho e a gestão da moeda são hoje como outrora os fundamentos da intervenção econômica do Estado, possíveis porque o Estado não mediatiza nem cada relação de exploração nem cada relação de troca, diz que "é preciso tentar delimitar a intervenção econômica do Estado naquilo que ela tem de particular, ao mesmo tempo imanente e exterior à "base econômica", e no que ela tem de fundamental para a reprodução das relações de produção e de circulação capitalistas" Reforço então: essa intervenção do Estado, decisiva para a reprodução das duas mercadorias que possuem características particulares no mundo mercantil capitalista, entrelação a totalidade eco-

³¹ Idem. p.34-5.

³² BRUNHOFF, S. In: POULANTZAS, N. op. cit. p.132.

³³ Idem. p.132.

³⁴ Idem. p.133. O grifo é meu.

nômica com o espaço do Estado nacional. Acredito que esse seja um argumento decisivo para a identificação a que me propus proceder no início deste capítulo.

E se a totalidade econômica for identificada com a economia de um Estado nacional, é importante acrescentar elementos que justifiquem o primado dessa economia em relação as forças que emanam do mercado mundial (notadamente o imperialismo e as firmas multinacionais). É Nicos Poulantzas perguntando pelas repercussões na forma do Estado nacional que decorrem da fase atual do imperialismo, quem afirma: "O que caracteriza a fase atual do imperialismo é que, cada vez mais, e em função das formas revestidas pela internacionalização do capital e dos processos de trabalho, as relações de produção imperialistas dominantes (notadamente as dos Estados Unidos) se reproduzem elas mesmas no seio das outras formações sociais ao se interiorizarem, por esta reprodução induzida, nas relações proprias a estas: tendência que se manifesta, na fase atual, igualmente nas relações entre o imperialismo dominante,o dos Estados Unidos, e notadamente de outros países imperialistas da Europa, produzindo uma dependência específica destes com relação aqueles. Esta interiorização vale também para as relações do capital imperialista estrangeiro com os blocos no poder destas formações, e tem efeitos sobre o Estado destas, Estado que intervem de modo decisivo na reprodução das relações imperialistas dominantes no seio de sua propria formação social"³⁵.

Reforço, o fragmento de Poulantzas acima apresentado indica que as forcas da economia mundial (que, no caso, são verdadeiramente internacionais, pois arrancam do bojo de um ou de vários Estados nacionais) necessitam se internalizar nas economias nacionais, o que me parece sugerir que o espaço interior da totalidade econômica seja desenhado efetivamente pelas fronteiras do Estado nacional. Mas o autor continua: "Assim, o Estado nacional destas formações sofre modificações importantes de modo a encarregar-se deste processo de internacionalização do çapital. Em contrapartida, a fase atual do imperialismo e esta internacionalização não retiram nada (como frequentemente se pensa erroneamente) da pertinência do Estado nacional neste processo. Não se trata de modo algum de um processo de internacionalização que doravante ocorreria 'acima' destes Estados, e que, ou substituiria o papel dos Estados nacionais pelo das 'potências econômicas' (sociedades multinacionais), ou implicaria o nascimento de um Estado supranacional efetivo (a Europa unida ou o super Estado americano). Ainda mais pelo fato de que a luta de classes, quer dizer, a luta classe dominante-classes dominadas cujas relações de força o Estado condensa, se situa sempre, no essencial, no quadro do espaço nacional e se reveste sempre de uma forma nacional por excelencia"36.

POULANTZAS, N. op. cit. p.31-2. O primeiro grifo é do autor, o segundo é meu. Este fragmento lembra de modo irremediável a "aventura geométrica" da reta que atravessa a circunferência: a interiorização do exterior.

³⁶ Idem. p.32. O prímeiro grifo é do autor, o segundo é meu.

Mas é quando o autor apresenta suas observações sobre o fundo da crise atual do Estado que traz argumentos mais decisivos para a não identificação entre a totalidade econômica e a economia mundial. Diz ele: "É evidente que a crise atual é uma crise que concerne ao conjunto do capitalismo imperialismo: o que significa que 'fatores externos', no sentido das contradições externas, intervêm no processo de crise no seio das diversas formações sociais, lugares efetivos de reprodução do capitalismo e de existência da cadeia imperialista. Mas, ao mesmo tempo, na crise econômica e muito particularmente na crise política, lá onde a crise econômica se traduz em crise política, são os fatores ou contradições internos que detêm o primado sobre os fatores externos, e isto vale igualmente para a crise do Estado Nacional das formações sociais onde ela ocorre" 37.

Então, se o lugar efetivo de reprodução do capital, mesmo o internacional, são as formações sociais concretas as quais correspondem Estados, e se são as contradições internas que têm primazia sobre os fatores externos, então, penso eu, a totalidade econômica só pode ser identificada com a economia do Estado nacional. E o seguinte fragmento explicita melhor ainda a ideia: "Colocar o primado dos fatores internos significa que as coordenadas da cadeia imperialista 'exteriores' a cada país — incluindo aí a relação de forças mundial, o papel de talou qual grande potência etc. — só agem sobre estes países por sua interiorização, quer dizer, na medida em que se inserem, modificando a na relação de força entre as classes proprias a este país, e na medida em que se articulam a suas contradições específicas: contradições que, elas mesmas, por alguns de seus aspectos, aparecem como a reprodução induzida, no seio dos diversos países, das contradições da cadeia imperialista" 38.

O texto parece sugerir não que a economia mundial seja uma totalidade econômica, mas sim que ela seja um conjunto de totalidades econômicas que interagem entre si e, mais, que o "transbordamento" de alguns segmentos do capital de alguns Estados capitalistas sobre outras economias capitalistas só tem possibilidade de enraizar-se através da adaptação a ambiência das relações de força das classes em luta nos Estados "hospedeiros". A interiorização faria, por assim dizer, com que "surgissem" novas partes, com que aumentassem as multiplicidades internas dessa economia; faria com que as relações entre as partes "antigas" se alterassem e mesmo a delas com o todo econômico; provocaria o estabelecimento de novas relações entre todas as (agora) partes do todo. E isso diante de um todo em reorganização, em mutação para conter sua própria novidade. Seria tão-somente o próprio processo de totalização do capital se aprofundando, se multiplicando, reorientando, enfim,a estrutura daquela formação social.

Não é diferente a posição manifestada por Gramsci no fragmento que segue: "A situação internacional deve ser considerada no seu aspecto nacional. Realmente, a relação nacional é o resultado de uma combinação 'original' única (num certo sentido) que nesta originalidade e unicidade deve ser compreendida e concebida se se quer domina-la e dirigi-

 $^{^{37}}$ Idem. p.32. O primeiro grifo $\tilde{\mathrm{e}}$ meu, o segundo $\tilde{\mathrm{e}}$ do autor.

³⁸ Idem. p.33. Grifo meu.

-la"³⁹. Ou o que aponta em Maquiavel: "As relações internacionais precedem ou seguem (logicamente) as relações sociais fundamentais? Seguem, é indubitável. Toda a inovação orgânica na estrutura modifica organicamente as relações absolutas e relativas no campo internacional, através de suas expressões técnico-militares. Inclusive a posição geográfica de um Estado não precede, mas segue (logicamente) as inovações estruturais, mesmo reagindo sobre elas numa certa medida"⁴⁰.

A determinação nacional da acumulação de capital, mesmo na era do imperialismo, é apresentada por Paul Mattick da seguinte maneira: "O crescimento da grande empresa (big business) em um país dado significa que ela foi bem sucedida na reprodução da estrutura do seu capital. Esta operação, permanecendo indispensavel à formação contínua do capital, é bem mais dificil em uma escala internacional. Tornada muito grande para o seu enquadramento nacional, a grande empresa não tardou em se estender por todos os países capitalistas, provocando assim a exportação de capitais e a criação de trustes e cartéis internacionais de todos os gêneros. Mas a 'internacionalização' assim realizada constítui bem menos uma internacionalização autêntica do processo de concentração e de centralização determinado pelo mercado que uma tentativa de fazer face aquela da produção e das trocas capitalistas sem renunciar à forma nacional propria, desde a origem, à grande empresa. Ela exprimiu, por outro lado, a dificuldade de colocar as exigências da 'acumulação pela acumulação' em harmonia com as instituições sociais, mais estáveis sob todos os pontos de vista, que se desenvolveram no seio dos díversos Estados nacionais. Jamais foi encontrado um meio realmente eficaz de repetir na escala internacional o processo de acumulação e de concentração concorrenciais do capital que se desenvolveu separadamente em cada pais 1141.

E continua adiante: "O 'internacionalismo' do capital se revela, pois, um nacionalismo imperialista. Isto pressupõe uma certa unidade do Estado e do Capital, unidade realizada pela colaboração, o compromisso ou a força, e que deveria estabelecer limites às formas que a concorrência individual tomou inicialmente. (...) Para cumprir suas funções novas — ou antes de tudo complementares —, os governos, entrando na arena da concorrência internacional, dispuseram de prerrogativas mais extensas, senão mesmo de todos os poderes. A este primeiro tipo de sistema — uma concorrência econômica sustentada pelo Estado — sucedeu uma concorrência de um tipo vizinho da guerra, até mesmo a guerra propriamente dita — sustentada por toda a economia nacional"⁴².

Um último argumento para identificar a totalidade econômica com a economia de um Estado nacional pode ser buscado em Marx: se a taxa de mais--valia e a geral de lucro forem expressão de dois níveis de relações de

³⁹ GRAMSCI, A. Obras Escolhidas. São Paulo, Martins Fontes, 1978. p.229. Grifo meu.

⁴⁰ GRAMSCI, A. Maquiavel ... op. cit. p.44. Grifo do autor.

⁴¹ MATTICK, Paul. Marx et Keynes. Paris, Gallimard, 1972. p.166. 0 primeiro grifo e do autor, o segundo e meu.

⁴² Idem. p.166-7.

produção de uma economia capitalista e se elas forem específicas para cada formação social, então a totalidade econômica se identifica com a economia nacional. Pode-se ler no Livro III de O Capital: "A diferença entre as taxas de mais-valia em diferentes países e, por conseguinte entre os graus nacionais de exploração do trabalho é totalmente irrelevante para a presente investigação. Pois o que queremos exporprecisamente nesta seção é a maneira como se estabelece um taxa geral de lucro dentro de um país. Não obstante resulta claro que ao comparar as diversas taxas nacionais de lucro so é necessario unir o anteriormente desenvolvido com o que temos que desenvolver aqui. Considere-se primeiro a diversidade entre as taxas nacionais de mais-valia, e comparem-se a seguir, com base nestas taxas dadas de mais-valia, as diferentes taxas nacionais de lucro (...) sua diversidade não resulta da diversidade entre as taxas nacionais de mais-valia (...)"43. E se não existissem diferentes taxas (de mais-valia e) de lucro médio, que sentido teria a exportação de capitais como ação contra-restante à tendência ao declínio?

Sintetizando, por 11m, se a moeda como equivalente geral e medida dos valores for o veículo conveniente para expressar os laços que relacionam todos os produtores de mercadorias - criando através da sua capacidade de expressar tempos de trabalho os vínculos de produtividade comparada entre os vários produtores de cada mercadoria e entre os conjuntos de produtores de todas as mercadorias — e se a sua reprodução enquanto equivalente geral só for garantida pela ação do Estado nacional; se as relações de produção que se estabelecem entre capitalistas e operários — e se eles compõem as classes sociais básicas de uma sociedade - têm por fundamento último a propriedade privada dos meios de produção e de subsistência por parte daqueles e se esse direito số for garantido pela coerção do Estado (o que quer dizer, enfim, que a extração de mais-valia é fundamentalmente garantida pelo Estado); se a taxa geral de lucro for um laço sintético da totalidade econômica capitalista e se ela for específica para cada formação social; se essa taxa possui uma tendência ao declinio e se isso comunica movimento expansão e interrupção — à acumulação de capital, sendo esse movimento expressão da luta de classes; se o capital privado não pode dar conta da reprodução da base material de uma parte sua — a do capital variável — e se cabe ao Estado a garantia de reprodução dessa base — inclusive durante a crise; se a luta de classes for específica a cada formação social concreta e se a cada uma corresponde um Estado nacional; se as forças do capital que transbordam de algumas economias nacionais capitalistas sobre outras só o fazem se interiorizando e se ambientando à luta de classes específica dessas formações sociais, então, penso eu, as determinações de uma totalidade econômica capitalista — que seriam sintetizadas pelas relações de produção que se expressam teoricamente no valor, na mais-valia e na taxa media geral de lucro — se identificam, no concreto histórico,com as formações sociais dos Estados nacionais.Creio,enfim, que consegui estabelecer os laços de argumentação que relacionam umá totalidade econômica com a economía de um Estado nacional.O tempo, portanto, da economia do Estado nacional será fator decisivo para orientar a análise do desempenho de uma economia regional. Com isso, penso

⁴³ MARX, K. op. cit. p.180.

eu, forneci os argumentos que conduzem aquilo que penso ser o critério fundamental para que se possa periodizar um "conjunto" econômico qualquer, qual seja o de que o tempo, o movimento, de qualquer conjunto econômico não pode ser jamais balizado por outro movimento que não seja o da luta de classes — ou o da acumulação de capital se assim se quiser — que se desenrola no seio único e original da economia de um Estado nacional e na história de cada formação social concreta, porque PODER, política ou economicamente, sempre quis dizer a mesma coisa: desigualdade e, então, luta.

ABSTRACT

The present essay is not only aimed at establishing the concept of economic totality, but also at listing the arguments wich lead to its identification with the economy of a national State.

This work is made up of seven chapters. After a general introduction (Chapter 1), some ideas of Sartre and Lukács about totality, totalization and the methodological importance of the question are put forward, together with the author's view of the knowledge conception related to that matter (Chapter 2).

In the three following chapters the author attempts to establish the concept of economic totality through an analysis of each basic type of production relation in a capitalist society.

Concerning the production relations among simple commodity producers, economic totality is fundamentally brought about by money taken as general equivalent and as measure of values (Chapter 3).

In Chapter 4, where the relationship between the basic social classes of the capitalist system is examined, totality appears synthetized through the total mass of surplus value and through the permanent replacement of the preconditions which enable the resumption, one productive period after the other, of this kind of production relation.

On the other hand, when examining the relationship between the groups of industrial capitalists, the author tries to show that average profit is a result of the action of total capital operating in an economic system (Chapter 5).

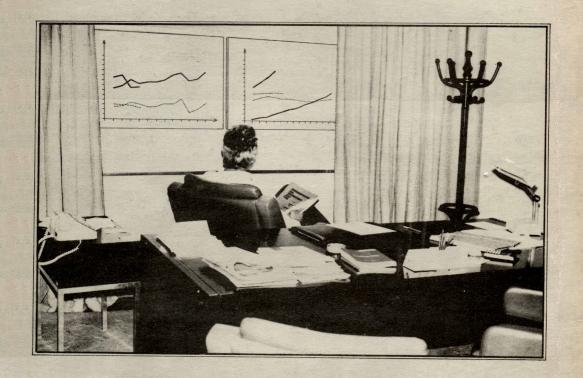
In Chapter 6, considering the general average rate of profit as a synthetic moment which contains in itself all levels of the basic production relations and wich reveals a tendency to fall, the author seeks in this synthesis-tendency the ultimate reason of the cyclical fluctuations of the economy.

In the last chapter the author identifies—the economic totality with the space of a national State. The main arguments—which justify—this identification emphasize the State's role both as an intervening agent of fundamental importance to the reproduction of the general equivalent and the labour power and as guardian of the right to private property, which is the legal support of surplus value.

BIBLIOGRAFIA

- BRUNHOFF, Suzanne. Etat et Capital. Paris, Maspero, 1976.
- COLLETTI, Lucio. El Marxismo y el "derrumbe" del capitalismo. México, Siglo Veintiuno, 1978.
- ENGELS, Friedrich. A origem da familia, da propriedade privada e do Estado. Rio de Janeiro, Vitória, 1964.
- GLUCKSMANN, Christine Buci. Gramsci et l'Etat. Paris, Fayard, 1975.
- GRANSCI, Antonio. <u>Maquiavel</u>, <u>a política e o Estado Moderno</u>. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- -. Concepção dialética da História. Rio de Jameiro, Civilização Brasileira, 1978.
- -- Obras Escolhidas. São Paulo, Martins Fontes, 1978.
- GROSSMANN, Henryk. La ley de la acumulación y del sistema capitalista. México, Siglo Veintiuno, 1979.
- --- Ensayos sobre la teoria de las crisis. México, Pasado y Presente, 1979.
- —. Marx, l'économie politique classique et le problème de la dynamique. Paris, Champ Libre, 1975.
- ISARD, Walter. Métodos de Análisis Regional; Una Introducción a la Ciencia Regional. Barcelona, Ariel, 1971.
- KULA, Witold. <u>Problemas y Métodos de la Historia Económica</u>. Barcelona, Península, 1974.
- LUKACS, Georg. <u>História e Consciência de Classe</u>. Porto, Escorpião, 1974.
- MARX, Karl. <u>Manuscritos Econômico-Filosoficos e outros textos escolhidos</u>. 2 ed. São Paulo, Abril Cultural, 1978.
- -. Elementos fundamentales para la crítica de la política. México, Siglo Veintiuno, 1978. v.1.
- MARY Karl. <u>O Capital. Livro Primeiro</u>. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- —. <u>O Capital</u>. <u>Livro Segundo</u>. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 19.0.
- -. <u>Fl Capital</u>. <u>Libro tercero</u>. <u>México</u>. Siglo Vointiumo, 1978. T. III. v.6.
- -- Théories sur la plus-value. Paris, Editions Sociales, 1976. T. II.
- MATTICK, Paul. Marx et Keynes. Paris, Callimard, 1972.
- OLIVEIRA, Francisco de. A Economia Brasileira; Crítica à Razão Dualista. Estudos Cebrap, São Paulo, Brasileira de Ciências, (2) out. 1972.

- OLIVEIRA, Francisco de & REICHSTUL, Henri-Philippe. Mudanças na Divisão Inter-Regional do Trabalho no Brasil. Estudos Cebrap, São Paulo, Brasileira de Ciências, (4) abr./maio/jun. 1973.
- PANNEKCOEK, Anton, KORSCH, Karl e MATTICK, Paul. <u>Derrumbe del capitalismo o sujeto revolucionario</u>. México, Pasado y Presente, 1978.
- POULANTZAS, Nicos. O Estado em Crise. Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- RODRIGUES, José Honório. <u>Teoria da História do Brasil</u>; Introdução Metodológica. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969.
- ROSDOLSKY, Roman. <u>Génesis y estructura de El Capital de Marx</u>. México, Siglo XXI, 1979.
- RUBIN, Isaac Illich. Ensayos sobre la teoria marxista del valor. Mexico, Siglo XXI, 1979.
- SARTRE, Jean-Paul. <u>Critique de la raison dialectique</u>. Paris, Gallimard, 1960.
- TAVARES, Maria da Conceição. <u>Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil</u>. Rio de Janeiro, <u>UFRJ</u>, 1975. <u>Livre Docencia/DAECA, mimeo</u>.
- TAVARES, Maria da Conceição. O movimento geral do capital: (Um contraponto ã visão da auto regulação da produção capitalista). Estudos Cebrap, São Paulo, Brasileira de Ciências, nº 25, 1980.
- VINCENT, J. M. L'Etat contemporain et le marxisme. Paris, Maspero, 1975.



APOIO-CHAVE PARA SUAS DECISÕES



FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Rua Gen. Vitorino, 77 - 29 andar - Fone 25-9355 90.000 - Porto Alegre, RS